

FACULDADE  DAMAS

VIII CIRIPE

Congresso Internacional de Relações
Internacionais de Pernambuco

PANDEMIA E CRISE NAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
ATUAÇÃO • E DESAFIOS

ORGANIZAÇÃO:

Prof. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares

Prof^a Nadia Patrizia Novena

REDE **DAMAS**
EDUCACIONAL



Pedro Gustavo Cavalcanti Soares (org.)

Nadia Patrícia Novena (org.)

Pandemia e Crise nas Relações Internacionais: atuação e desafios
Anais do VIII Congresso Internacional de Relações Internacionais de
Pernambuco

Recife

2021

Ficha catalográfica
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

C749a Congresso Internacional de Relações Internacionais de Pernambuco (8. :
2021 : Recife, Pe).
Anais [recurso eletrônico] 8º Congresso de Relações Internacionais de
Pernambuco: Pandemia e Crise nas Relações Internacionais: atuação e
desafios, 9 e 10 nov. Recife, Pe. - Recife: Faculdade Damas da Instrução
Cristã, 2021.

ISBN 978-65-993283-8-1

Inclui bibliografia.

1. Relações internacionais. 2. Crise. 3. Pandemia. I. Soares, Pedro
Gustavo Cavalcanti (org). II. Novena, Nadia Patrizia (org.). III. Faculdade
Damas da Instrução Cristã. VIII. Título.

FICHA TÉCNICA

Organização

Pedro Gustavo Cavalcanti Soares

Nadia Patrizia Novena

Revisão Técnica

Beatriz Gama Vieira de Araújo Régis

Maria de Lourdes Godoi

Maria Eduarda Gonçalves Mota

Autores

Alexsandro José de Oliveira

Antonio Matias

Ariê Scherreier Ferneda

Camila Venturim Ribeiro dos Santos

Fabírcia dos Santos Rabelo

Hugo Leonardo Barboza

Jean-Luc Costa Boyet

Keilla Kaori Watanabe

Letícia Rafaela de Almeida

Lorena Lopes Marques

Manoelle Patriota de Medeiros

Maria Clara de Almeida Afonso Ferreira Paiva

Maria Eduarda S de Almeida

Murilo Mesquita

Nicandro Oquete Indi

Pedro Paulo Procópio de Oliveira Santos

Poliana Ribeiro dos Santos

Renan Gustavo Souza da Costa

Sandra Maria de Lima Alves

Valniele de Sá Albuquerque

Wanessa Teixeira

SUMÁRIO

1. GT – Comércio Exterior e Economia Internacional	4
1.1. <i>A crise do dólar e a ascensão da moeda chinesa (Jean-Luc Costa Boyet, Manoelle Patriota de Medeiros)</i>	<i>4</i>
2. GT – Diplomacia, Segurança Internacional e Política Externa	21
2.1. <i>Cyber milícias e relações internacionais: novo peões, velhas jogadas (Alexsandro José de Oliveira)</i>	<i>21</i>
2.2. <i>Intersecções entre Propaganda, Soft Power e Política Externa: uma análise bibliográfica (Letícia Rafaela de Almeida, Pedro Paulo Procópio de Oliveira Santos)</i>	<i>37</i>
2.3. <i>O Oriente Médio: uma região estratégica para a segurança e da Justiça Internacional: compreensão da Guerra do Iraque e a intervenção do governo dos Estados Unidos da América (Camila Venturim Ribeiro dos Santos, Fabrícia dos Santos Rabelo).....</i>	<i>51</i>
2.4. <i>O Pragmatismo na Política Externa Brasileira (1985 – 2019: uma análise de conteúdo dos discursos de posse dos Ministros de Relações Exteriores (Murilo Mesquita).....</i>	<i>68</i>
2.5. <i>Relação Norte-Sul: uma análise analítica da relação política-diplomática entre a Guiné-Bissau e Portugal, desde período pós-colonial até data presente (Nicandro Oquete Indi).....</i>	<i>74</i>
3. GT – Terceiro Setor, Sociedade Civil Global e Direitos Humanos	84
3.1. <i>Diáspora em Contexto Pandêmico: panorama atual da crise dos refugiados Rohingya (Antonio Matias, Maria Eduarda S. de Almeida e Wanessa Teixeira.....</i>	<i>84</i>
3.2. <i>O Diálogo entre Cortes e a proteção dos Direitos Humanos: a formação de um Ius Constitucionale Commune na América Latina (Hugo Leonardo Barboza, Ariê Scherreier Ferneda e Poliana Ribeiro dos Santos)</i>	<i>98</i>
4. GT – Religião e Relações Internacionais	101
4.1. <i>O Mito do Estado Secular (Valniele de Sá Albuquerque)</i>	<i>101</i>
5. GT – Gênero e Relações Internacionais	119
5.1. <i>#Stopasianhate e o Coronavírus: a coalescência do racismo e do sexismo na dinâmica interseccional da pandemia (Keilla Kaori Watanabe).....</i>	<i>119</i>
5.2. <i>As implicações do discurso feminino no construto da dignidade humana em um contexto pandêmico: uma análise comparativa (Sandra Maria de Lima Alves, Lorena Lopes Marques, Maria Clara de Almeida Afonso Ferreira Paiva e Renan Gustavo Souza da Costa)</i>	<i>126</i>

GRUPO TEMÁTICO (GT) 01 – COMÉRCIO EXTERIOR E ECONOMIA INTERNACIONAL

A CRISE DO DÓLAR E A ASCENSÃO DA MOEDA CHINESA

Por *Jean-Luc Costa Boyer*

Manoelle Patriota de Medeiros

RESUMO

Estudo no campo das relações internacionais, em específico do econômico e do estudo de ascensão e queda das grandes potências, busca entender o(s) motivo(s) pelo(s) qual(is) o dólar ocupou o papel referencial no mundo financeiro após a Segunda Guerra Mundial e se há a possibilidade dessa moeda ser substituída por ele em um futuro próximo ou intermediário, analisando, para tanto, as possibilidades da moeda chinesa: o Renminbi. Valendo-se de referencial teórico categorizado como liberal-realista, o estudo empregou para suas conclusões dados secundários de natureza quantitativa e qualitativa. Assim, os resultados obtidos permitiram a conclusão de ainda que o renminbi esteja ganhando espaço no sistema internacional, a implantação dele como moeda internacional ainda não está muito clara.

Palavras chave: sistema financeiro; economia mundial; moedas.

ABSTRACT

A study in the field of international relations, specifically in the economic field and the study of the rise and fall of the great powers, seeks to understand the reason (s) for which the dollar played the leading role in the financial world after the Second World War and if there is a possibility that this currency could be replaced by it in the near or intermediate future, analyzing, for this purpose, the possibilities of the Chinese currency: the Renminbi. Using a theoretical framework categorized as liberal-realistic, the study used secondary data of a quantitative and qualitative nature for its conclusions. Thus, the results obtained allowed the conclusion that even though the renminbi is gaining space in the international system, its implementation as an international currency is still not very clear.

Key words: financial system; world economy; currencies.

INTRODUÇÃO

O mercado financeiro pode ser definido com um local em que há a transferência de recursos dos agentes superavitários (os poupadores) e os deficitários (aqueles que possuem seus projetos, cujos os custos são maiores do que suas rendas, demandando empréstimos). Nesse cenário, existe uma renúncia da liquidez, recompensada por uma promessa futura: os juros (MANKIW, 2020). Um sistema financeiro, por sua vez, é o conjunto desses mercados, acrescido dos mecanismos reguladores, ou seja, o sistema é o conjunto de mercados.

Entretanto, o mundo real é mais complexo. Nele existem países, no qual há pessoas, idiomas e moedas diferentes (essa reforçada pela ideia do curso forçado), o que às vezes pode facilitar as transações e em outras dificultar e até travar as trocas, perfazendo a necessidade de uniformização dos sistemas. O desejo de lucro consegue estabelecer uma unidade às pessoas (SMITH, 2009), a língua franca soluciona a discrepância dos idiomas, e a moeda internacional padronizada soluciona a diferença de moedas. Além de garantir as trocas entre pessoas de diferentes países (ao garantir a aceitabilidade, ao nível internacional, pois ela poder ser trocada por produtos ou serviços) também serve como unidade de conta para os contratos entre agentes em diferentes países.

Na contemporaneidade, a moeda que desempenha uma função referencial é o dólar, com as commodities e bens derivados delas cotados na moeda dos Estados Unidos. Assim, essa moeda possui função crucial para a conclusão dos negócios internacionais, cada vez mais necessários em um mundo interdependente em que a quantidade produzida baseia-se na teoria da vantagem competitiva.

SISTEMA FINANCEIRO PRÉ BRETTON WOODS

Previamente ao sistema Bretton Woods ocorreram uma série de eventos históricos que conduziram para a construção de um sistema financeiro com regramento mínimo. Os dois eventos chave são as Primeira e Segunda Guerras Mundiais, que contribuíram para a edificação do projeto na medida em que desorganizaram as estruturas prévias.

No período anterior à Guerra Prussiana, os países alternavam entre um sistema monetário lastreado nos princípios liberais de oferta e demanda ou aqueles baseados em um sistema metálico, com especial atenção para o áureo. O melhor exemplo é o Brasil, que alternou entre moedas lastreadas em metais ou com valor confiado pelo governo (FRITSCH, 2020). Contudo, o fim dos embates entre a França e o Império Alemão conduziram o cenário internacional à estabilidade (ainda que a paz fosse sustentada por uma crescente militarização e uma política complicada de alianças), o ambiente propício para o acréscimo das trocas comerciais, em especial a entre países.

O aumento da transação de produtos e serviços aumentou a importância da Libra, a moeda mais comum no ambiente de empréstimos em virtude do elevado número de casas bancárias no Reino Unido, e da conversibilidade para materiais físicos que tivessem valor parecido em diversos lugares do planeta. Para tanto, as nações optaram por um produto com ampla aceitabilidade e que desempenhou a função de moeda ao longo da história da humanidade: o ouro. Assim, os países realizaram, aos poucos, a transação para o Padrão Ouro, com o Brasil, a título de exemplo, trocando o sistema flutuante em 1906, por meio do mecanismo da Caixa de Conversão.

Com o início do conflito e sua rápida escalada, os tomadores de decisão governamentais se depararam com o dilema como pagar suas tropas com um orçamento limitado pela quantidade de ouro que os países dispunham em caixa. A solução, presente em muitos momentos da história, foi lançar mão da impressão de uma grande quantidade de dinheiro, em um montante tão grande, que o abandono do padrão metálico se fez necessário (SILVA, 2010?).

Porém, o ouro continuou importante para as indústrias armamentistas, em especial para a de um país: os Estados Unidos da América, principal fornecedor de equipamentos bélicos na Grande Guerra e que somente aceitava o ouro como meio de pagamento, em virtude da estabilidade e confiabilidade fornecida pelo metal. Logo, como principal fornecedor não envolvido no conflito, o país, por meio dos fabricantes de armas, acumulou uma reserva importante de ouro, chegando ao ápice de 70% do disponível do mundo naquela época (SERRANO, 2002). Outra decisão importante tomada por Washington D.C foi a continuidade da convertibilidade do ouro para sua moeda, o Dólar, garantindo assim, que o papel poderia ser trocado por uma quantidade determinada do mineral. Assim, a moeda estadunidense ganhou confiabilidade em um cenário pós-guerra, no qual os litigantes europeus (até então, os principais produtores de moedas confiáveis) lutavam contra uma inflação provocada pela demanda reprimida e o excesso de papel-moeda nas suas economias, evento cujos os pontos máximos culminaram na crise de 1920 e na de 1929.

Em virtude da segurança do Dólar, os países migram, aos poucos, da Libra Esterlina para a moeda americana, em um evento favorecido pela externalidade de rede do comércio mundial (RUBINFELD; PINDYCK, 2013). Portanto, no período entreguerras, o mundo viveu um período dual no mercado financeiro, com a perda relativa de importância da moeda do Reino Unido (e das demais europeias, embora em menor medida) e ganho para os norte-americanos. Mais uma vez, o Brasil, sob ótica de exemplo, efetuou sua transição da Libra para o Dólar durante o governo do Ex-Presidente Epitácio Pessoa (PESSOA, 1925).

A dominância total deslanchou com a Segunda Guerra Mundial e as operações nos

teatros de guerra da Europa e da Ásia. Como os principais pólos industriais foram afetados, a capacidade produtiva das nações partícipes diminuiu, com resultado nas curvas de possibilidade de produção das economias. Todavia, uma nação, que desempenhou papel importante nos embates, não teve seu parque fabril afetado, trata-se dos Estados Unidos, um país que além de fornecer os materiais para a guerra, experimentou um aumento da economia, expandindo sua base monetária, com a devida compensação na expansão da produção de bens.

Assim, sob o ponto de vista econômico, os Estados Unidos saíram como grandes vencedores da Segunda Guerra Mundial, pois dispunham de mercados de bens e mercados monetários robustos, prontos para estender sua influência pelo mundo.

SISTEMA BRETTON WOODS

Concebido como uma estratégia para organizar a economia mundial no período pós-guerra, o sistema Bretton Woods buscou evitar o cenário das guerras cambiais, uma tática que as nações empregavam para estimular suas exportações, desvalorizando o câmbio artificialmente, cujos os resultados demonstraram um potencial inflacionário devastador, pois tratava-se de uma espiral desvalorizante, na lógica da ausência de cooperação entre os oligopolistas no modelo oligopolista de Cournot (TROSTER, 2017).

Para reorganizar o comércio e evitar catástrofes financeiras, uma série de instituições vieram à luz, cada qual com um objetivo, embora perdidos ao longo do tempo. Assim, o mundo ganhou o FMI, o BIRD e o GATT, sendo o último resultado da malograda tentativa de criação de uma entidade reguladora dos temas relacionados às trocas mercantis internacionais. O Fundo Monetário Internacional tem como função básica o auxílio aos países com desequilíbrios agudos em suas contas externas, avaliando a nota de crédito dessas nações (balizando a possibilidade de tomada de crédito para saneamento da balança de pagamentos) e, em casos extremos, pode se valer de seus fundos para emprestar às nações necessitadas; o BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, parte do futuro Banco Mundial) tem como função primordial a concessão de empréstimos para projetos de desenvolvimento das nações do terceiro mundo.

Porém, aquilo que mais se destaca dos resultados dos trabalhos de Bretton Woods é, indubitavelmente, a adoção do sistema dólar-ouro, fruto das condições estruturais do planeta em um momento imediato de pós-guerra. Em virtude da destruição dos principais polos produtores durante a guerra e o deslocamento de outros, somente os Estados Unidos possuíam uma economia forte e de ampla base monetária capaz de amparar o lastreamento do sistema

internacional em uma moeda, que por sua vez foi atrelada ao ouro, como instrumento de confiabilidade, pois se garantia a conversibilidade com o mundo material, em especial com um recurso de ampla aceitabilidade.

Logo, as nações optaram por internacionalizar o dólar em virtude da disponibilidade monetária e a confiabilidade do sistema econômico dos Estados Unidos. A opção pela vinculação ao ouro deu-se por conta da necessidade de confiança (vital em um sistema abalado pelo conflito ímpar na história da humanidade que foi a Segunda Guerra Mundial) e a grande quantidade do metal detida pelos Estados Unidos.

Portanto, no cenário que emergiu de Bretton Woods, as nações atrelaram seu câmbio ao dólar, deixando-o flutuar de forma mínima, quase optando pelo sistema fixo, com o objetivo de ofertar estabilidade e previsibilidade aos negócios. O Dólar, por sua vez, foi atrelado a uma quantia fixa de ouro (35 dólares equivaleram a uma Onça Troy de ouro), cuja conversibilidade seria garantida por Washington. Assim, todas as moedas foram atreladas ao ouro, de forma indireta, e tiveram a sua conversão garantida pelo governo dos EUA mediante apresentação de um equivalente em dólares.

O sistema advindo dos trabalhos garantiu a estabilidade e a previsibilidade, condições básicas para o desenvolvimento estratégico a longo prazo é fundamental no combate às incertezas, cujos os resultados são a maior estabilidade na produção e ampla disponibilidade de produtos e serviços, em especial os de capital, fundamentais para a ampliação das curvas de possibilidade de produção.

SISTEMA PÓS BRETTON WOODS

O padrão dólar ouro sobreviveu enquanto as condições lhe foram favoráveis. Desde sua elaboração até meados da década de 1960 e 1970, os Estados Unidos não tiveram dificuldades em manter a conversibilidade metálica. Todavia, os avanços científicos da União Soviética e a aparente confirmação da teoria do dominó (com notória atenção para a vitória comunista na Revolução Chinesa de 1949 e todo o contexto do Sudeste Asiático durante a Guerra Fria) conduziram os tomadores de decisão norte-americanos a aumentar os seus gastos públicos (FMI, 2016), financiando pesquisas tecnológicas e as economias de países estratégicos para os interesses dos Estados Unidos (com notoriedade à Europa Ocidental, Japão e Coreia do Sul).

Assim, os dispêndios dos Estados Unidos aumentaram, pressionando o sistema monetário por mais dólares, que por sua vez estavam atrelados ao ouro. Assim, um aumento da base monetária só era possível mediante ao aumento do estoque do metal, algo contrário à realidade do sistema enfrentado pelos americanos naquele contexto. A situação progrediu

desfavoravelmente a Washington e os déficits se intensificaram com uma série de registros negativos nas contas internacionais do país, com resultado na diminuição dos espaços de manobrabilidade fiscal e impacto na liderança mundial dos Estados Unidos, com potencial periculosidade no último, em virtude do contexto da Guerra Fria.

Diante da fuga de moeda e da possibilidade de quebra do governo, o então presidente Richard Nixon promoveu o rompimento unilateral de sua nação com o sistema monetário de Bretton Woods. A partir de 1972, (PRATES, 2015) o dólar operou no sistema flutuante, com o valor determinado por leis de demanda e oferta mercadológicas e lastreado na confiança do curso forçado garantido pelo Estado.

Para os demais países, a queda do sistema dólar-ouro resultou no fim do câmbio fixo atrelado à moeda estadunidense, com alguns optando por fixar suas moedas às próprias custas (como o caso do Brasil com a política das minidesvalorizações) e outros adotando o mesmo sistema pelo qual os norte-americanos optaram. Com o passar do tempo, a opção pela rigidez cambial mostrou-se inviável, em virtude dos altos custos associados a essa opção, que embora garanta a estabilidade e a previsibilidade fundamental para os negócios, onera as contas públicas e conduz os governos para colapsos fiscais (ABREU; WERNECK, 2014).

Logo, os Estados Unidos conseguiram financiar seus projetos científicos e geopolíticos, garantindo um novo fôlego ao seu esforço de confrontação ao projeto socialista da União Soviética, a qual não dispôs do mecanismo de moeda internacional para financiar seus gastos militares, impactados por uma série de guerras na década de 1970 e 1980, o desastre nuclear de Chernobyl e uma economia combalida por um sistema que não incentivava a livre concorrência e a inovação tecnológica, profundamente mergulhada no tradeoff da arma e da manteiga (MANKIW, 2020).

VANTAGENS E DESVANTAGENS DE UMA MOEDA INTERNACIONALIZADA

O Dólar evoluiu ao ponto de ser a unidade de conta para as diversas commodities e serviços disponibilizados em todo o mundo, adotando a configuração de denominador comum para todos os países em suas tratativas fora de suas fronteiras ou uniões monetárias (caso da União Europeia).

Assim, a moeda norte-americana configurou uma situação em que cada vez mais interessados, o que amplia a aceitabilidade da moeda, que é lastreada, por sua vez, na confiança passada pela grandeza da economia dos Estados Unidos, a estabilidade daquela nação e tamanho da base monetária proporcionada por Washington. Logo, é mais fácil realizar negócios quando se dispõe do meio de troca estadunidense.

A externalidade de rede e o efeito cumulativo da moeda internacionalizada podem, em certo ponto, serem empregados como arma política. Restringir o acesso aos dólares pode ser empregado como medida corretiva às nações que se rebelam contra os americanos, já que afastar esses países do mercado cotizado nessa moeda representa a exclusão do comércio internacional (em virtude da aceitabilidade ampla do Dólar) e das possibilidades de incremento do bem-estar da população (MANKIWI, 2020) e do crescimento econômico, reduzindo os embargados à posição de produção para sua própria sobrevivência em um cenário de aguda escassez. Contudo, destaca-se que a exclusão varia de forma inversamente proporcional, pois caso cada mais países sejam vetados do uso de determinada moeda, eles podem se articular e usarem outro meio de pagamento, tal como praticado pela Rússia, privada de uma série de mercados, adota a política de compra de ouro para comerciar com outros países sancionados (FUNDIÇÃO MORENO, 2017?).

Outra vantagem da moeda internacionalizada, em especial no sistema pós-Bretton Woods, é o privilégio exorbitante, que é a capacidade do monopólio de impressão para o pagamento de dívidas em uma moeda em que todos aceitarão. Os Estados Unidos possuem, hoje, o livre arbítrio de aumentar os seus gastos indefinidamente, pois podem pagar pelos seus gastos ao imprimir mais dinheiro, cuja a aceitabilidade será imediata, em virtude da demanda da moeda.

Entretanto, a internacionalização da moeda também possui suas desvantagens, com destaque para a valorização artificial em momentos de crise. Em virtude da alta aceitação, o Dólar possui a função de diluição de risco, pois encontra pouca resistência em ser trocado por produtos e serviços. Durante momentos de crise, devido à sua baixa volatilidade, o meio de pagamento internacionalizado encontra alta demanda, valorizando o seu valor. A desvantagem advém do impacto negativo nas exportações, pois os preços acabam mais altos nos mercados finais exteriores, com impactos no balanço de pagamentos do país emissor, que passa a registrar déficits em suas contas com o mundo.

CRESCIMENTO DA CHINA

O crescimento chinês foi uma política conduzida por *Deng Xiaoping*, o sucessor de *Mao Tse-Tung*, e foi apoiada pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, pois enxergaram na abertura chinesa uma oportunidade para eliminar o sistema socialista do país e fortalecer um rival da União Soviética. Assim, em 1976, a nação asiática passou por uma série de transformações políticas e sociais, sempre pautadas pelo objetivo de garantir o desenvolvimento chinês.

A primeira parte do plano promoveu a privatização das comunas agrícolas, com o objetivo de promover a criação de um mercado consumidor primário, organizar o destino das produções (mercado interno ou externo), tudo visando o aumento da produtividade agrícola.

Após a campanha de racionalização, o governo chinês promoveu a criação das ZEEs (Zonas Econômicas Exclusivas) para atrair as indústrias internacionais por meio de baixos impostos e mão de obra barata. Assim, revela-se a estratégia de crescimento por meio do sistema de plataforma de exportação, no qual as empresas internacionais se instalam no país, montam seus produtos de forma competitiva e os enviam para o mercado internacional, com a China se especializando na economia produtiva.

Superada a parte de instalação, o governo sino buscou apoiar o desenvolvimento do setor tecnológico, mirando superar o atraso do país em relação às potências mundiais. Em simultâneo, as autoridades de Pequim desenvolveram suas forças armadas, por meio do desenvolvimento nuclear e de outros equipamentos.

Como resultado das políticas de abertura controlada, a China Continental apresenta-se, hoje, como uma nação revisionista de grande monta (junto à Federação Russa) a ordem instalada no mundo desde o fim da Segunda Guerra Mundial pelos Estados Unidos e seus aliados satélites. O milagre chinês, ao contrário do que o governo americano previu, não enfraqueceu o Partido Comunista Chinês (PCC), mas o fortaleceu, pois o crescimento da economia do país permitiu o aumento do bem estar de vida da população, que tolera diversos pontos negativos em sua sociedade, em especial os flagrantes desrespeitos aos direitos humanos (MELLO, 2016).

Calcado na economia produtiva, a China e sua economia de socialismo de mercado (no qual há diversas empresas estatais, rendendo dividendos para o governo, um grande ator das atividades econômicas) transformou-se, por meio do modelo de exportações, na fábrica do mundo, sanando as demandas físicas da humanidade. Logo, ao contrário dos outros países, os chineses não se desenvolveram por meio de investimentos em mercados financeiros (de maior retorno, porém mais instáveis e sujeitos a bolhas), o que lhes dá substrato para seguir crescendo, pois há uma conectividade maior ao mundo, com o PIB da China registrando sua última recessão em 1976 (THE WORLD BANK, 2021). Portanto, Pequim promoveu a modernização da nação com base na demanda por bens industrializados, com a garantia da participação ativa do Estado na economia, com o objetivo de fortalecer o Partido Comunista por meio da ampliação do bem estar populacional.

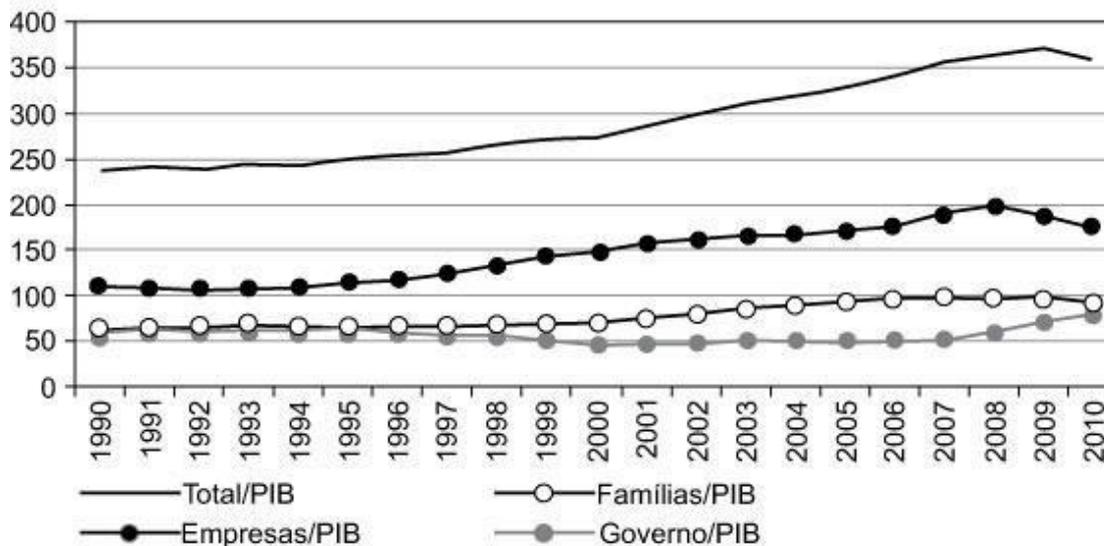
A CRISE DE 2008 E A ATUALIDADE

Tendo seu momento de explosão a partir da falência do Lehman Brothers, a crise de 2008 foi um o evento mais marcante para a economia mundial dos anos 2000 que acabou por ditar a forma em que o sistema financeiro e o Estado, quanto a questão econômica, deve funcionar na forma mais ideal. Além disso, ela acaba ainda por ser o ponto definidor para a situação de disputa em relação à questão atual sobre o futuro país hegemônico no sistema internacional.

Um dos fatores que possibilitou o surgimento dessa em 2007-2008 foi o cancelamento de leis, como a Glass-Steagall Act, o Securities Act e o Securities Exchange Act, pelo então presidente Bill Clinton que objetivavam controlar a emissão de crédito e o número de ações que eram emitidas e assim, conseqüentemente, dificultar o surgimento de um novo 1929. Somado a isso, desde o atentado de 11 de setembro de 2001 e o medo que assolava na população americana, o governo do país como uma forma de demonstrar que estava tudo sobre controle, principalmente para os investidores, que o país estava estável e também para financiar os seus gastos na área militar e na sua guerra contra o terror, passa a incentivar uma onda de consumo através da diminuição das taxas de juros e expansão e desburocratização ao acesso a créditos.

O objetivo do governo dos Estados Unidos é, então, atingido, uma vez que o consumo e consequente endividamento das famílias, devido, principalmente, aos diversos empréstimos tomados sofre um aumento a partir do atentado às torres gêmeas. Esse aumento no número de crédito, esses sendo concedidos sem nenhuma forma de controle pelos bancos, acaba por gerar uma bolha na economia do país, que é estourada e passa a mostrar todos os seus efeitos e conseqüências a partir do momento em que o governo federal norte-americano aumenta a taxa de juros e de impostos do país, isso ocorrendo porque via-se que era necessário para conseguir custear ainda mais os gastos com o setor militar.

**Endividamento total, das famílias, do governo e das empresas nos EUA
- 1990-2010 (% sobre o PIB)**



Fonte: Elaborado a partir de Federal Reserve System (2011).

Com esse novo ato do governo norte-americano, a população, que agora não tinha como pagar os seus empréstimos e o poder de compra que possuía antes, passa a devolver os itens, que agora já se encontram desvalorizados, adquiridos e a diminuir o seu ritmo de consumo. Isso acaba por levar diversas empresas à falência, uma vez que sem ter consumo por parte da sociedade do país, não se faz necessário produzir.

A partir do momento em que a economia norte-americana, ainda que em âmbito nacional, começa a apresentar sinais de crise e instabilidade, a moeda nacional vai sofrer uma desvalorização devido, principalmente, à rápida e alta quantidade de dólares, que estavam investidos em diversas empresas, que saem desse país da América do Norte.

A crise de 2008 se tornou, então, mundial a partir do momento em que os Estados Unidos, país com mais alta taxa de importação da época, não mais tinha poder de compra para adquirir itens e produtos de outros países para o seu território. Isso acaba, portanto, por afetar países como o Brasil, por exemplo, que tinham a sua economia dependendo do comércio exterior.

Esse evento bastante marcante para o capitalismo acaba por fazer com que os Estados Unidos, ainda que seja por um “curto” período de tempo, se enfraqueçam e, dessa forma, dê a possibilidade para a China passar a ganhar ainda mais força na economia e no sistema internacional, passando, portanto, a disputar com os Estados Unidos a posição de país hegemônico.

O crescimento chinês e a possibilidade de se destacar como potência, ainda que esse nunca tivesse sido o objetivo central do país asiático, já vinha sendo moldado. Diante disso, percebe-se que a possibilidade da China passar a disputar com os Estados Unidos a partir da Crise de 2008 só ocorre, tendo algum desses fatores já sido mencionados anteriormente, por conta: da liberalização do comércio exterior chinês, da criação de Zonas Econômicas Especiais, da elevada mão de obra nos campos que acaba por causar um êxodo rural, da tamanho da população possibilitando uma economia em escala, do aumento no número de investimentos externos, do desenvolvimento tecnológico chinês e investimento em áreas científicas e tecnológicas.

Diante desses fatores e do ocorrido em 2008, percebe-se que atualmente vive-se em uma realidade em que a taxa de crescimento da economia chinesa é maior que a americana (China crescendo uma média de 6,1% em 2019 e os EUA uma média de 2,3%), existe um alto índice de investimentos na economia chinesa. Além desses, a balança comercial do país asiático é mais positiva e equilibrada do que a do país americano, esse fato se dando bastante pelo controle e forte intervenção que o governo chinês possui sobre a sua economia e pelo fato da cultura americana de possuir grandes dívidas e pagá-las através da impressão de mais moeda, concedendo, portanto, a possibilidade do aumento da inflação e da existência de uma crise de confiança na moeda americana, uma vez que investidores acabam por ficar com uma insegurança pelo fato dessa inflação crescer em níveis alarmantes e causar, por consequência, uma desvalorização do dólar.

O RENMINBI INTERNACIONAL

Em 2016, o FMI (Fundo Monetário Internacional) introduziu o Renminbi em sua cesta de moedas internacionais, junto ao Dólar, Euro, Libra Esterlina Britânica e Iene. A ação incentiva os países a adotarem a moeda chinesa em suas trocas comerciais com o mundo e a utilizarem como mecanismo de reserva internacional, para pagamento de futuras dívidas.

Ao passo em que a economia sínica evoluiu e se dinamizou, passando para a fase internacional, sua moeda também seguiu o mesmo ritmo. De acordo com a SWIFT (*Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication*), a moeda de Pequim é empregada em 2,04% dos negócios de câmbio mundiais, configurando na quinta posição dos meios de trocas estatais mais utilizados em 2018 (Oliveira, C. R. de ., Van Noije, P., 2020).

Quanto às reservas internacionais, o Yuan ganha cada vez mais protagonismo. Com o acréscimo nos fundos do FMI, o meio de troca chinês passou a configurar 10,9% (Oliveira,

C. R. de ., Van Noijs, P., 2020) do peso dos DES (a moeda empregada pelo FMI). Entretanto, o elemento mais importante do acréscimo aos DES é o incentivo aos demais bancos centrais a manterem renminbis em suas carteiras, pois uma das principais instituições a aceita para questões de pagamento, podendo assim, ser empregada pelos demais países no âmbito internacional.

De fato, a adoção promoveu uma modesta inclusão nas cestas mundo afora. No terceiro trimestre de 2018, as quantias de reservas em Yuans eram de 193 bilhões de dólares ou 1,8% do total (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2018). Embora modesta, essa cifra é relevante em virtude de seu rápido crescimento, pois os valores de reserva em meio de pagamento chinês começaram no terceiro trimestre de 2016.

Por fim, destaca-se que a política chinesa de contestação à hegemonia do Dólar encontrou profunda semelhança àquelas adotadas pela Rússia, que sempre defendeu a reforma das entidades financeiras internacionais e o uso de moedas alternativas à norte-americana. Assim, a China vale-se de sua diplomacia para fechar uma série de acordos de internacionalização de sua moeda, com destaque para acordos de pagamento e os de swap cambial, dentro da linha defendida por Moscou, e mais recentemente Pequim, em um movimento já expresso durante algumas cúpulas dos BRICS, notórios países revisionistas.

CONCLUSÃO

Ao analisar, portanto, a história mais recente do mundo (período entreguerras em diante), passando por diferentes tipos de sistemas financeiros de aspecto mundial, observa-se a similaridade no fato de países diferentes terem se desenvolvido e se destacado ainda mais a partir de momentos em que o mundo viveu uma “calamidade”. Sendo esse aspecto, uma característica já nas viradas dos pontos de inflexão do capitalismo.

Desse modo, após se analisar sobre diferentes pontos da economia mundial e do sistema financeiro ao longo dos anos, entende-se como o dólar e o país que o emite, os Estados Unidos, atingiram o status de país hegemônico que possuem nos dias atuais. Entretanto, ao refletir sobre a possibilidade dessa moeda entrar em declínio, observa-se que o capitalismo é formado por ciclos de “rise and fall” (KENNEDY, 1987). Dessa forma, uma moeda/um país passa a ganhar visibilidade durante alguns anos e, depois, atinge a posição de potência mundial (processo e estabelecimento de rise), tomando o lugar de um outro Estado-Nação, como foi o caso dos Estados Unidos da América com a sua antiga colônia, a Inglaterra. Após atingir esse patamar, busca-se as mais variadas formas e as mais incansáveis tentativas de se manter nessa posição pelo maior período de tempo possível (ascender ao poder é uma tarefa mais fácil do que se

manter nele), mas mesmo com um árduo esforço, depois de um tempo esse Estado era substituído por outro, sofrendo, portanto, a sua decadência (processo de fall).

Diante disso, observa-se que a partir do fim da Primeira Guerra Mundial, as antigas 13 colônias inglesas iniciaram o seu processo de ascensão e passaram a tirar o status de hegemonia que era possuído pela Inglaterra, estabelecendo definitivamente o seu poderio com o fim da Segunda Grande Guerra Mundial e buscando manter o seu status desde esse momento. Entretanto, essa manutenção no poder e controle da economia mundial passou a falhar a partir do momento em que a economia americana entrou em Crise em 2008, permitindo, portanto, que outro país, a China nesse caso, ameaçasse o título detido pelos Estados Unidos, ou seja, causando o possível, uma vez que tal questão ainda não está definidos os dias atuais, declínio (fall).

Percebe-se, dessa maneira, que momentos de crises são pontos definidores e de mudanças (turn points) na economia mundial. Com isso, pode-se levantar o questionamento sobre uma das mais fortes e marcantes crises na história recente do capitalismo, a Crise de 1929, que, ainda que tenha gerado graves consequências para o mundo na época, não teve um grande poder de virada quanto ao aspecto do detentor do título de hegemônico. Isso foi muito devido ao fato de que qualquer outro país que tivesse a possibilidade de competir com os Estados Unidos e evitar que ele adquirisse esse status, estava destruído devido a guerra que vai de 1914 a 1918. Já em 2008, o mundo e especialmente a China não tinham sofrido com eventos devastadores, como a guerra mundial, em períodos recentes, possibilitando, então, que um ator surgisse para competir com os norte-americanos. Vale-se ainda ressaltar que ainda que se tenha a discussão sobre a possibilidade da China alcançar o papel de hegemônico no sistema econômico mundial, economistas, como é o caso de Barry Eichengreen, não acreditam que esse país asiático conseguirá tomar para si o atual título norte-americano. Isso porque, pelo renminbi ser uma moeda com uma forte participação e controle do governo chinês, ação essa para controlar os níveis da economia e os seus índices (ideia que é um dos motivos pelo qual o país asiático tem apresentado resultados mais positivos do que o resto do mundo), a internacionalização dela, uma vez que é necessária para que o país se torne a referência mundial no quesito de economia, seria de difícil implantação. Ainda que, desde meados de 2016, a moeda chinesa esteja se inserindo no mercado através da introdução dessa na cesta de moedas internacionais do FMI, esse ato não é suficiente para internacionalizar e substituir o dólar. Desse modo, pode-se refletir que a maior probabilidade para o sistema financeiro internacional é a coexistência de diversas moedas com caráter internacional, o que é positivo pelo fato de que, ao se investir e realizar transações comerciais em mais de uma moeda, não se corre o risco de

existir uma crise mundial por conta de problemas em um tipo de numerário específico.

Além disso, para que o iuane atinja o patamar e título que o dólar americano possui hoje, segundo Eichengreen, é necessário que o país asiático intensifique o papel internacional da sua moeda através do desenvolvimento e expansão do acesso de investidores e clientes a mercados de títulos de dívida líquidos. Diante dessas apresentações, o autor teoriza que o dólar só perderia o seu status, ocorrendo, portanto de forma concreta, a crise do dólar e a ascensão da moeda chinesa caso os Estados Unidos tivessem insucesso em suas políticas domésticas.

Diante dessas ideias apresentadas, fica-se na observação se o dólar vai sofrer o seu “fall” bastante comum nos países que já foram hegemônicos e comum também no mundo capitalista ou se ele vai conseguir se manter, uma vez que não teria moeda para substituí-lo. Entretanto, faz-se necessário que, independentemente de qual país, um *hegemon* surja, uma vez que o mundo não poderia viver sem um centro de gravidade que seja responsável pelas leis que asseguram o livre comércio, a moeda, a garantia do sistema financeiro e políticas econômicas (BRAUDEL, 1987). Além disso, a ausência de uma potência pode, muitas vezes, causar dificuldades no âmbito das relações econômicas entre países, o que pode, ainda, gerar conflitos (GILPIN, 1988).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva; WERNECK, Rogério L.F. Estabilização, abertura e privatização: 1990 - 1994. *In*: ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso**: dois séculos de política econômica no Brasil. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2014. v. único, cap. 15, p. 313 - 330.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.b

CARVALHO, Cecília; CATERMOL, Fabrício. As Relações Econômicas entre China e EUA: Resgate Histórico e Implicações. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 215 - 252, jun. 2009. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11296/1/RB%2031%20As%20Rela%20a%207%20Econ%20micas%20entre%20China%20e%20EUA_Resgate%20Hist%20c%203%20r%20ico%20e%20Implica%20a%207%20c%205es_P_BD.pdf. Acesso em: 25 maio 2021.

CHINA celebra entrada do yuan na cesta de moedas de reserva do FMI. G1, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/10/china-celebra-entrada-do-yuan-na-cesta-de-moedas-de-reserva-do-fmi.html>. Acesso em: 24 maio 2021.

CURRENCY Composition of Official Foreign Exchange Reserves (COFER, 2019) – FMI. **Fundo Monetário Internacional**, 2018. Disponível em: <https://data.imf.org/?sk=E6A5F467->

C14B-4AA8-9F6D-5A09EC4E62A4. Acesso em: 25 maio 2021.

DATHEIN, Ricardo. Crise econômica e taxa de lucro nos EUA. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 322-341, mai./ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/xf5hZ6RyCBrr87w6GrjXsVH/?lang=pt#>. Acesso em: 23 maio 2021.

EICHENGREEN, Barry. **Privilégio exorbitante: a ascensão e queda do dólar e o futuro do sistema monetário internacional**; Trad. Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FRITSCH, Winston. Apogeu e crise na primeira república: 1900-1930. *In*: ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2020. v. único, p. 45 - 77.

GERMER, Claus M. **O conceito de ‘padrão-ouro’ e os equívocos da economia política. 1999?**. Paper prepared for presentation (Curso de Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná, [S. l.], 1999?. Disponível em: <http://copejournal.com/wp-content/uploads/2015/12/Germer-O-Conceito-de-%E2%80%98Padr%C3%A3o-ouro%E2%80%99-e-os-Equ%C3%ADvocos-da-Economia-Pol%C3%ADtica-1999.pdf>. Acesso em: 25 maio 2021.

GILPIN, Robert. The Theory of Hegemonic War. **The Journal of Interdisciplinary History**, Estados Unidos, v. 18, n. 4, The Origin and Prevention of Major Wars. (Spring, 1988), pp. 591-613. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/204816?seq=1>. Acesso em: 25 maio 2021.

KENNEDY, Paul. **The Rise and Fall of The Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000**. New York: Random House, 1987. 704 p.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**. Tradução da 8. Edição norte-americana. 4. ed. São Paulo: Cengage, 2020. 686 p.

MARTINS, Aline Regina Alves. **A inclusão do renminbi na cesta de moedas dos Direitos Especiais de Saque: novo impulso à internacionalização da moeda chinesa?**. Recife: editora UFPE, 2018. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/61433863/Capitulo_Aline_Martins_livro_organizacao_Marcos_Costa_Lima_2017_versao_final20191205-31621-zmzs3l.pdf?1575570628=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DA_inclusao_do_renminbi_na_cesta_de_moeda.pdf&Expires=1621896471&Signature=OR6efvr8oOc2THuI92kwCvgeA3t9tKQmdWMgO4lv3-ws5Imw7fqjJWaF0mZG~yzfiEJsIj4-HFWwEgN9QHAmEiKKfIVS6NtHzgVRpfCHmipiiTB17RiqzMO373WcBanaA~Bnbf7GMENEP4pBmUIKezCJECXXoIfiw~f6cdG1tPlaDjjjJY3mvQNdD5nRwQZffdpBNUq1Cw3QcFDXRvi53-ti4hqq0pY-5uKsHwQgtUDhWTP2S~Pxm4xNPbJE~J2FASd~pruAPjWawX9B2E0BUukYw6KJNA7KuEXyb3QMqwi1-Eo6~s3z-g-IUTAmNDibLiT1O7HEK7nLFQmGATXqQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 25 maio 2021.

MARTINS, Aline Regina Alves. A hegemonia do dólar no sistema monetário e os desafios do renminbi em se tornar uma moeda internacional. **RICRI**, v. 2, n. 4, p. 32. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/61441104/A_hegemonia_do_dolar_no_sistema_monet

ario_internacional_e_os_desafios_do_renminbi_em_se_tornar_uma_moeda_internacional20191206-35729-1ue.pdf?1575636953=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DA_hegemonia_do_dolar_no_sistema_monetari.pdf&Expires=1621896475&Signature=IG9JMD~nusw1btUDIHB7R9TjVwamcvko6CXfH9FNMNwRk~1a437eKfnpd7uhTwmDENo1XxLq~wPaXlJhNUSdg~yuCJb6lJffb119u7jWX2o2Z2t4aPsHclh1mN2CPPyt2faRslAs-fSph4R1WzBH2DnJR~fqGWcp8g5MIDJIJnrZvI48bnbnqlAP9eiup-ikp1ifSBxT2ovyJS1qAd5-HoW TGG-Lysh6yrx4itygEVfvLVKND-eW4ycEbu2x4yo25SAsFRggAACy8AZxv8v8hL6YhBQw6~ae6n9sCx9kBhM6pdlbHTAfqs4zxMrowteLvGud~rWUuIuVGDU0lNdMGQ_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 25 maio 2021.

MELLO, Andrea Serrano de. **A Percepção Sobre Práticas de Direitos Humanos na China e sua Influência na Construção de Soft Power Chinês**. Orientador: Professora Dra. Danielly Ramos. 2016. 30 p. Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Relações Internacionais. (Especialização em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/17234/1/2016_AndreaSerranodeMello_tcc.pdf. Acesso em: 25 maio 2021.

OLIVEIRA, Cinthia Rodrigues de; VAN NOIJE, Paulo. Sistema Monetário Internacional em Transformação: a Internacionalização do Renminbi. **Seminário Pesquisar China Contemporânea**, n. 3, 2019. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/chinabrasil/article/view/3129>. Acesso em: 25 maio 2021.

OLIVEIRA, Giuliano Contento. O Estado e a inserção ativa na economia: a estratégia de desenvolvimento econômico da China. **Revista de Economia**, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, v. 34, n. 3, set./dez. 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/7976/9316>. Acesso em: 25 maio 2021.

PESSOA, Epiácio Lindolfo da Silva. **Pela verdade**. [S. l.]: Francisco Alves, 1925.

POR QUE Rússia compra mais ouro que todos os outros países juntos? **FUNDIÇÃO MORENO**, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.moreno.ind.br/en/news/por-que-russia-compra-mais-ouro-que-todos-os-outros-paises-juntos>. Acesso em: 25 maio 2021.

PRATES, Daniela Magalhães. **O regime de câmbio flutuante no Brasil: 1999-2012 especificidades e dilemas**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3901/1/O%20regime%20de%20c%20a2mbio%20flutuante%20no%20Brasil_1999-2012.pdf. Acesso em: 25 maio 2021.

QUADROS, Sérgio Edegar Girardi de. **Internacionalização do RENMINBI: a percepção das empresas brasileiras em relação ao processo de internacionalização da moeda da China**. Trabalho de conclusão de curso (Mestrado em gestão e negócios) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9116>. Acesso em: 25 maio 2021.

RUBINFELD, Daniel L.; PINDYCK, Robert. **Microeconomia**. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2013. 768 p. v. único.

SERRANO, Franklin. Do ouro imóvel ao dólar flexível. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643081/10633>. Acesso em: 25 maio 2021.

SILVA, Paulo Roberto da. **Origem e Desenvolvimento do Sistema Financeiro Internacional: do Padrão Ouro à Crise de 2008**. 2010?. Trabalho de conclusão de curso (Mestrado em economia política) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010?.

SIMÃO, S. Davi. A economia mundial após a crise financeira de 2007 e 2008. **Revista USP**, n. 85, março/maio 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13800#:~:text=As%20consequ%C3%Aancia%20apontadas%20s%C3%A3o%20as,como%20moeda%20de%20reserva%20internacional>. Acesso em: 22 maio 2021.

SMITH, Adam. Riqueza das nações: **Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. São Paulo: Madras, 2009. 752 p. v. único.

SOUSA, Ana Tereza Lopes Marra de. A internacionalização do renminbi como um meio de contestação. **Desafios**, Bogotá, v. 32, n. 1, jan./junho de 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0124-40352020000100243&script=sci_arttext&tln g=pt. Acesso em: 24 maio 2021.

EVOLUÇÃO da dívida pública americana desde 1969. **InfoMoney**: terraço econômico, [S.l.], 18 nov. 2016. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/terraeco-economico/evolucao-da-divida-publica-americana-desde-1969-a-historia-contada-por-um-grafico/#:~:text=Terra%C3%A7o%20econ%C3%B4mico-,Evolu%C3%A7%C3%A3o%20da%20d%C3%ADvida%20p%C3%ABblica%20americana%20desde%201969%3A%20a%20hist%C3%B3ria%20contada,100%25%20do%20PIB%20dos%20EUA>. Acesso em: 25 maio 2021.

CHINA. **The world bank**, 30 abr. 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/CN>. Acesso em: 25 maio 2021.

TROSTER, Roberto Luís. Estruturas de Mercado. In: PINHO, Diva Benevides *et al.* **Manual de Economia**: Equipe de Professores da USP. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v. único, cap. 8.

GRUPO TEMÁTICO (GT) 02 – DIPLOMACIA, SEGURANÇA INTERNACIONAL E POLÍTICA EXTERNA

CYBER MILÍCIAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS:NOVOS PEÕES, VELHAS JOGADAS

Alexsandro José de Oliveira¹

RESUMO

O presente trabalho possui como objetivo apresentar as características das cyber milícias, seu modus operandi bem como suas implicações para as relações internacionais através dos estudos estratégicos. A guerra não é mais o que costumava ser após a paz de Westfália. Soldados armados e acampados, tanques e aviões passaram a não fazer muito efeito contra forças que, diferentemente daquelas organizadas e mantidas pelo Estado nacional, passaram a utilizar táticas de combate que fogem ao escopo de atuação das forças regulares. As cyber milícias se destacam como novos atores nas relações internacionais pois ao contrário do que se espera das milícias convencionais seu escopo de atuação irá transcender as fronteiras de seu território. Através de pesquisa bibliográfica conclui-se que as cyber milícias, ao extrapolarem os limites de seus próprios territórios, seja através das proxy wars ou mediante uma solidariedade compartilhada de determinados valores, se tornam atores relevantes nas Relações Internacionais.

Palavras chave: Cyber milícias, desinformação, fake news, ciberespaço, ataques cibernéticos

ABSTRACT

This work aims to present the characteristics of cyber militias, their modus operandi as well as their implications for international relations through strategic studies. War is not what it used to be after the Westphalian peace. Armed and encamped soldiers, tanks and planes did not have much effect against forces that, unlike those organized and maintained by the national state, began to use combat tactics that are beyond the scope of action of regular forces. Cyber militias stand out as new actors in international relations because, contrary to what is expected of

¹ Alessandro Oliveira é estudante de Relações Internacionais na Faculdade Damas da Instrução Cristã e grande entusiasta pelos estudos de defesa cibernética e suas aplicações para as Ris alex-oliveira21@hotmail.com

conventional militias, their scope of action will transcend the borders of their territory. Through bibliographical research, it is concluded that cyber militias, when extrapolating the limits of their own territories, either through proxy wars or through a shared solidarity of certain values, become relevant actors in International Relations.

Keywords: cyber militias; disinformation; fake news; cyberspace; cyber attacks.

INTRODUÇÃO

Cozy Bears, Fancy Bears, Shadow Brokers e gabinetes do ódio. Tratam-se de milícias digitais cujo objetivo é dissuadir seus oponentes mediante ataques cibernéticos e métodos de desinformação. Porém, tais organizações iniciaram suas operações dentro dos limites de seus próprios territórios ou, no máximo, dentro de seus respectivos entornos estratégicos. Dessa maneira, a pergunta de pesquisa que este tratado se propõe a fazer é: como tais organizações transcendem os limites de seus próprios territórios tornando-se relevante objeto de estudo para as RIs? Ao lado de outros atores das RIs as cyber milícias têm empreendido um longo esforço no sentido de fazer com que seus objetivos políticos sejam alcançados. Seja como braço cibernético não oficial de um governo, ou apenas operando por procuração do mesmo, tais contingentes atuando no ciberespaço têm aumentado seu escopo de atuação para os lugares mais distantes.

Na proporção em que a sociedade pós-moderna transporta aspectos de sua convivência para dentro das dependências do ciberespaço, forças que disputam o domínio de certas populações adaptam suas táticas para obter vantagem sobre exércitos regulares. As cyber milícias atuam dentro e fora de casa através de propósitos específicos. Embora distintas, contudo, genericamente, estão sempre a serviço de uma elite local e sua visão de mundo. É sempre a visão de mundo daquele grupo sobre o que é pertencer a um país ou região; sobre o que é pertencer a determinado povo ou nação. Desta maneira elementos como nacionalidade e etnicidade perfazem importantes variáveis na compreensão desses grupos dentro e fora de suas regiões.

O presente artigo começa esboçando os conceitos e ideias atreladas a guerra irregular dentro dos estudos estratégicos. Dando forte ênfase aos conflitos travados através do ciberespaço e redes sociais. Ainda trabalhando o referencial teórico, apresenta os conceitos de glasnost e dezinformatsiya desenvolvidos na antiga União Soviética. Velhas táticas de dissuasão através de desinformação e propaganda. Conclui suas considerações com a definição

e escopo do que sejam as cyber milícias. A seguir, apresenta exemplo emblemático das atividades milicianas no ciberespaço e nas plataformas digitais. O caso Russo fornece tipos paradigmáticos para os estudos estratégicos. Nacionalistas apaixonados, cyber proxies e milícias convencionais locais ajudam a maximizar os efeitos da guerra informacional e psicológica. Por fim, considerações sobre como as relações internacionais devem considerar as cyber milícias como um fenômeno a ser estudado e considerado em seus estudos.

ESTUDOS ESTRATÉGICOS E NOVAS FORMAS DE COMBATE NAS RI

A seara dos estudos estratégicos é rica em abordagens teórico conceituais que permite ao campo das Relações Internacionais compreender qual o papel que os conflitos, entidades e atores possuem na formação do atual sistema internacional. Dessa forma ele serve como ferramenta para a construção de políticas de defesa nacional e desenvolvimento de capacidades, sejam elas defensivas ou ofensivas. A evolução dos meios de conflito nos últimos dois séculos mudou radicalmente a maneira de se fazer guerra. Primeiro que, diferentemente do que ocorreu após a paz de Westfália em 1648, os Estados nacionais perderam gradativamente o uso do monopólio exclusivo da força e passaram a concorrer com outros atores tais como organizações criminosas, grupos de libertação nacional, beligerantes e cyber milícias. Atores esses que, via de regra, pleiteiam e disputam o domínio de certas populações por legitimidade e influência.

Uma vez que esse monopólio foi quebrado, e com a ascensão de novos atores disputando poder, novas formas de se fazer guerra eclodiram. Muito disso como consequência da assimetria das capacidades existentes entre os exércitos nacionais e tais entidades. Dentro dos estudos estratégicos a abordagem que melhor pode expressar esse fenômeno é a da guerra irregular. O conceito de guerra irregular está vinculado à ideia de um conflito que é conduzido por determinadas forças que diferem daquelas organizadas e mantidas pelo Estado. Ou seja, lhe falta, em sua maioria, treinamento especializado, organização formal, reconhecimento institucional e legitimidade.

Contudo, não quer dizer que, por não possuírem esses atributos, não gozem de certa credibilidade e apoio popular. São inúmeros os exemplos de grupos beligerantes, guerrilheiros e milícias que possuem um forte amparo social. E esse ingrediente nos conflitos irregulares é justamente o que pode fazer toda a diferença no desenrolar dos atritos. Forças irregulares, como as citadas anteriormente, se utilizam em larga escala de métodos que amplificam esse apoio das massas à sua causa. Por seu turno, isso faz com que as tropas estatais regulares sofram de grande desprestígio dificultando sua atuação na condução do pleito. Esses métodos escapam a

rigidez dos esquemas produzidos pelo alto generalato das forças de defesa de um país. Proporcionando aos atores não estatais maior flexibilidade e melhores condições de combate.

Um outro aspecto que precisa ser levado em consideração no presente estudo é o quanto essas novas abordagens nos conflitos reproduzem velhos esquemas encontrados na guerra fria. Elementos como dissuasão e o uso da guerra informacional pela propaganda em meios de comunicação foram largamente utilizados naquele período. Atualmente as milícias digitais se valem dos mesmos artifícios. Existem, é claro, os grupos que se utilizam de botnets², malwares³ ou ransomwares⁴, mas a dissuasão pela propaganda ainda é um recurso muito usado. Os meios podem ter evoluído mas as táticas ainda continuam sendo as mesmas.

Porém, guerras não se travam sozinhas. Existem indivíduos por trás dos principais embates. Sejam eles globais ou regionais. E para o objeto de estudo, quais sejam as cyber milícias, não poderia ser diferente. As milícias digitais compõem expressivo grupo responsável pelas principais atividades criminosas no ciberespaço na atualidade. Uma vez que diversos aspectos da vida moderna convergem, e estão interconectados, através deste novo mundo que transcende o físico, as cyber milícias surgem como um grupo que se utilizam de novos métodos de guerra com o objetivo de assegurar seus interesses políticos. Sua atuação pode se dar tanto dentro do entorno dos modernos Estados nacionais quanto transcender tais fronteiras.

GUERRA IRREGULAR E A EVOLUÇÃO DOS MEIOS DE CONFLITO

As guerras irregulares no século XXI abarcam uma série de modalidades de conflitos que escapam do escopo daqueles desenvolvidos entre os Estados. Entre os que figuram na condução desses tipos de combate estão os guerrilheiros, milícias, grupos terroristas, dissidentes, grupos de luta por independência e grupos criminosos. Os conceitos de guerra irregular trazidos pelos teóricos dos estudos estratégicos estão, sob diversos aspectos,

atrelados ao desenvolvimento e evolução dos meios de conflito através dos tempos. Seus atores, bem como sua maneira de fazer guerra, será modificada ao longo dos anos. E, não que antigas

² O termo é uma combinação de duas palavras, robô e rede, do inglês “robot” e “network”. Botnets é uma rede de robôs. (Gatefy. 2021).

³ Malware é um termo amplo que é usado para classificar todo tipo de software malicioso usado para causar prejuízo, que pode ser até financeiro, danificar sistemas, interceptar dados ou simplesmente irritar o usuário, afetando tanto computadores como celulares e até redes inteiras (Garrett. 2021).

⁴ Ransomware é um tipo de ataque virtual no qual um computador, quando infectado, tem seus dados criptografados, impedindo que eles possam ser acessados. Para poder liberar os dados, normalmente os criminosos exigem um resgate, ou, em inglês, ransom (Castelo Branco. 2021).

táticas e artimanhas serão completamente abandonadas, mas em face de novas realidades regionais ou globais os condutores da guerra necessitarão adaptar suas abordagens para garantir resultados profícuos.

Visacro, em sua obra *Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história* (2013, p.265), irá afirmar que “Em termos práticos, guerra irregular é todo conflito conduzido por uma força que não dispõe de organização militar formal e, sobretudo, de legitimidade jurídica institucional”. Implica dizer que os conflitos irregulares são travados por forças que não seguem à risca o esquema reproduzido por aquelas mantidas pelo Estado moderno. Contudo, não se possa de forma alguma duvidar da definição trazida acima pelo ilustre autor, os dois componentes fundamentais desse conceito devem ser melhor analisados. Da organização formal que, se atrela aos exércitos nacionais, não pode ser usualmente percebida em forças irregulares. Elas geralmente organizam seus efetivos de maneira a garantir maior fluidez de informações, rapidez e assertividade nas operações. No que diz respeito a legitimidade jurídica algumas podem não possuir reconhecimento perante leis locais mas possuem perante a internacional como é o caso dos grupos beligerantes e insurgentes, por exemplo.

A popularização do termo nos meios acadêmico e militar remontam aos anos 2000 em obras como “*Strategy in the Contemporary World*”, de 2002, e “*British textbook on theories of strategy*”. Endo (2017, p. 2) afirma que:

Tendo uma visão geral das formas de como a "guerra irregular" é normalmente usada, e com base na definição de "guerra regular" como uma guerra empreendida por forças regulares entre os países, podemos dizer que "guerra irregular" é um conceito que refere-se a situações de guerra onde pelo menos uma das partes beligerantes não é um país "regular" e, portanto, não usa o exército regular na guerra.⁵

Como já observado, não que seja algo novo o fato de atores não estatais se colocarem em situação de antagonismo contra tropas regulares mas, a contemporaneidade trouxe certas particularidades que ajudaram nesse processo. Os desdobramentos da guerra irregular vão se adaptando às realidades locais. Existem muitas formas de se conduzir um conflito irregular e isso está muito relacionado aos atores que a conduzem. Desta maneira, as particularidades históricas, geopolíticas, étnicas e culturais contribuem sobremaneira para determinar que tipo de combate irregular será travado.

NOVA GLASNOST, DEZINFORMATSIYA E GUERRA INFORMACIONAL.

Seguindo as táticas utilizadas pelas forças irregulares na atualidade tem-se duas que

⁵ Tradução nossa

merecem particular atenção. Tratam-se, respectivamente, da glasnost e da dezinformatsiya utilizadas pelos soviéticos no período da guerra fria. Ao contrário do que os jornais diziam nas décadas de 1980 e 90, Glasnost não se tratava de iniciativa política que visava dar maior transparência e acelerar a abertura do antigo bloco. A Glasnost, na verdade, tinha como objetivo promover a imagem do líder do partido comunista na Rússia de maneira que ao Ocidente ele parecesse amigável e totalmente confiável. E como essa imagem era construída e projetada para dentro das trincheiras do inimigo? Através da chamada “dezinformatsiya”. A dezinformatsiya podia trabalhar tanto construindo a imagem positiva de um líder soviético quanto destruindo a imagem de figuras importantes no Ocidente.

O ex general romeno Ion Mihai Pacepa (2015, p.19) (deserdado), do serviço de inteligência da polícia secreta romena no antigo bloco soviético, afirma o seguinte a respeito da dezinformatsiya:

Então em que os espiões romenos e soviéticos empregavam seu tempo nos anos da Guerra Fria? Gen. Pacepa diria que "enquadrando", ou seja, reescrevendo a história e manipulando registros, documentos etc., a fim de causar acontecimentos. Qual o propósito dessa dezinformatsiya? Ah, ninharias como usar vazamento de informações através da imprensa para destruir a reputação de um líder nacional ou religioso, promover a disseminação do anti-semitismo, criar ressentimento contra os Estados Unidos e Israel no mundo árabe.

Os meios podiam não ser os mesmos dos quais se dispõe hoje, mas campanhas pesadas de fake news já eram empregadas na guerra fria como meio de dissuadir o inimigo. Naquele momento específico da história as fake news eram trabalhadas manipulando as informações e alterando os registros históricos. Atualmente, com a ascensão das mídias sociais, isso é feito através do uso de algoritmos e pelo próprio efeito relâmpago das mensagens e postagens instantâneas. A exemplo da Glasnost na URSS, campanhas massivas de desinformação são utilizadas não apenas para projetar a imagem de determinado líder ou país, mas também para arruinar a reputação de alguém.

A campanha de desinformação está muito inserida na esfera da guerra informacional (infowars) o qual, por sua vez, está ligada (e até é precedida) as chamadas psywars⁶. Há uma conexão muito estreita entre campanhas publicitárias e infowars. Após a guerra fria, diversos outros grupos irão se valer da propaganda com o mesmo objetivo de guerra como o Hezbollah, por exemplo. Os efeitos desse tipo de conflito têm forte relação com aspectos morais, psicológicos e cognitivos sobre o oponente. No caso do Hezbollah, citado acima, seu braço

⁶ Guerras psicológicas. Operações psicológica, em um amplo aspecto, consiste na aplicação de parte da ciência chamada de psicologia na condução da guerra; em um sentido mais estreito, compreende o uso da propaganda contra o inimigo, conjuntamente com as medidas militares necessárias. E propaganda pode ser descrita por sua vez como a persuasão por meios não-violentos (SILVA, 2008, p. 259).

cibernético trabalha ao lado de seu braço ideológico, não apenas recrutando pessoas para sua causa, mas também destruindo a imagem de Israel e dos EUA perante os olhos do mundo. Essa propaganda negativa, na maioria das ocasiões, constrange os líderes políticos a desistirem de certas manobras garantindo dessa maneira o êxito do grupo oponente.

DESVENDANDO AS CYBER MILÍCIAS. NACIONALISTAS APAIXONADOS E PROXIES CIBERNÉTICOS

Após a queda da União Soviética houve uma crença quase generalizada de que os conflitos ao redor do planeta diminuiriam em grande medida. Essa epifania acabou não se concretizando e o que se constatou foi um aumento expressivo dos conflitos. A bipolaridade havia cedido lugar à multipolaridade e esse fator ajudou a acirrar e dar novos contornos em diversas guerras locais. Entre os elementos mais presentes nesses embates figuram os étnico-religiosos e nacionalistas. Antigas linhas traçadas pela Europa e pela guerra fria estavam sendo questionadas e redesenhadas por grupos locais cujo discurso se revestia de um nacionalismo exacerbado.

Muitos dos grupos que surgiram como resultado desses embates se utilizaram da guerra não convencional com o propósito de ter seus objetivos políticos garantidos. Guerrilha, subversão, sabotagem e terrorismo foram (ainda são) os meios utilizados por esses grupos. Uma vez que não podiam fazer frente às forças organizadas pelo Estado tiveram que lutar usando os métodos de que dispunham. A guerra era assim assimétrica, no sentido mais estrito do termo. Havia uma discrepância de forças entre as tropas regulares nacionais e os atores não estatais. A escassez de recursos bélicos vai fazer com que esses indivíduos recorram a guerra de informação como importante recurso. Mas, não apenas isso. Com a evolução dos meios de comunicação e a convergência de aspectos da vida social para dentro do ciberespaços ataques cibernéticos como arma em larga escala.

Como aspecto estratégico da guerra assimétrica, as forças não estatais irregulares empregam métodos prolongados de conflito e efeitos psicológicos nas ações de combate. O objetivo é minar a confiança do inimigo e desestabilizar sua credibilidade e legitimidade perante a população local. No ciberespaço as ferramentas para isso podem ser as maisvariadas. Desde a disseminação de desinformação e propaganda subversiva até ataques cibernéticos contra alvos do governo. Por sua vez, os constantes ataques de desinformação porfake news e outros meios, além de comprometer a rigidez do tecido social, desestabilizam os processos políticos

atrasando, paralisando e até mudando o curso dos tomadores de decisão.

ATUAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DAS CYBER MILÍCIAS

Estabelecer um evento específico como marco de atuação das milícias digitais se torna um trabalho um tanto quanto difícil já que muito do que fazem no ciberespaço se mescla com ativismo social de caráter étnico e nacionalista. Nem sempre são ataques contra alvos do governo. Todavia, alinhado com essas características, há um evento em específico que merece ser mencionado. Fazendo referência ao movimento Zapatista no México em 1998 Dudney (2011) afirma que:

O Exército Zapatista de Libertação Nacional em 1994 iniciou uma guerra de guerrilha no México. Em 1998, os zapatistas adentraram a esfera cibernética. Esses revolucionários de esquerda, auxiliados por hackers europeus, primeiro derrubaram o site da polícia mexicana e depois outros sites. Então, variaram ainda mais, atacando alvos americanos e paralisando a Bolsa de Valores de Frankfurt⁷.

O movimento zapatista possui fortes conotações nacionalistas e as pautas de sua luta foi abraçada por diversos ideólogos que transcenderam as fronteiras do próprio México. Dudney apresenta ainda outros exemplos que corroboram ainda mais essa marca distintiva.

Ottis define as cyber milícias basicamente como “um grupo de voluntários quedesejam e são capazes de usar ataques cibernéticos para atingir um objetivo político”(Ottis, R.2010). Elas não são as únicas foras da lei no espaço cibernético, mas sua atividade tem crescido bastante. Os atores mais comuns com potencial de lançar ataques de qualquer tipo no ciberespaço são os serviços de inteligência, grupos criminosos, hackers e insiders. Cada um desses indivíduos possui um perfil de atuação que os diferencia dos outros. Contudo, é possível que as milícias cibernéticas assumam o perfil e modus operandi de qualquer um desses a julgar pela forma como estão organizadas.

Em sua tese de doutorado Ottis (2011, p. 25) apresenta três modelos de cyber milícias: “o fórum, a célula e a hierarquia”. O fórum se configura como um ponto de encontro online para pessoas interessadas em algum assunto específico. Esse ponto pode ser qualquer local na internet como chats, redes sociais ou simplesmente fóruns da web. Essa peculiaridade permite que essa configuração de cyber milícia recrute membros com mais facilidade. O segundo modelo é a célula hacker. Ottis destaca que, nesse caso, o termo genérico hacker é usado para abranger todos os tipos de pessoas que realizam ataques cibernéticos por conta própria, independentemente de sua formação, motivação e nível de habilidade” (2011, p. 28 apud). A

⁷ Tradução nossa.

hierarquia está mais alinhada com grupos diretamente organizados e patrocinados pelo Estado (governo) e que estão dispostos a obedecer uma certa cadeia de comando.

Uma vez considerado as formas de organização desses grupos é necessário pontuar que tais milícias podem agir por conta própria ou por procuração. Quando agem por conta própria elas se caracterizam como forças não estatais e suas campanhas podem ser direcionadas contra algum governo (Estado) ou não. Quando estão atuando sob procuração direta de algum Estado elas ainda se configuram como forças não estatais só que desta vez agindo sob os auspícios de algum governo para que este alcance determinado objetivo político. Às vezes esses objetivos podem coincidir com objetivos do Estado contratante e às vezes não. Na maioria das ocasiões coincide. Outro detalhe importante é que essa atuação por procuração está enquadrada dentro das chamadas “proxy wars⁸” e que estão elencadas dentro dos conflitos irregulares. Estreitando a questão para a esfera da cyberwar o termo correto aquisieria “cyber proxies”⁹.

Mannan (2019, p. 448-449), em sua crítica ao livro “CYBER MERCENARIES: THE STATE, HACKERS, AND POWER” de Tim Maurer apresenta 4 elementos os quais contribuem para que os Estados recorram a esse recurso de guerra:

Os estados usam intencionalmente proxies cibernéticos por várias razões. Em primeiro lugar, muitos dos grupos não estatais que têm capacidades cibernéticas os usaram por um período mais longo do que os próprios Estados. Portanto, alguns Estados enfrentam uma lacuna de talentos e têm lutado para atrair pessoas que possam trabalhar nas unidades cibernéticas de seus governos. Como resultado, alguns Estados tendem a trabalhar com grupos informais para preencher a lacuna em suas capacidades cibernéticas. Em segundo lugar, os relacionamentos de proxy permitem que os estados mantenham negabilidade plausível. Isso é verdade especialmente em operações cibernéticas, porque a estrutura e o caráter da Internet dificultam a atribuição de ataques. Quando as vítimas de operações cibernéticas não têm meios de localizar as origens dos ataques, ou identificar com precisão os perpetradores, os Estados são deixados a operar sob circunstâncias que criam incentivos para o uso de proxies. Terceiro, os estados usam proxies cibernéticos para evitar o envolvimento em conflito direto, o que pode resultar em baixas e reduzir rapidamente a tolerância para o envolvimento militar direto. As operações ofensivas por meio de proxies cibernéticos nem sempre impõe o mesmo custo de baixas aumentadas e também tendem a ser mais barato de executar. Além disso, os governos em sociedades democráticas podem enfrentar repercussões eleitorais negativas por se envolverem em conflitos diretos, o que, por sua vez, incentiva os Estados a fazerem uso de grupos não-estatais por procuração. Quarto, os estados também podem usar proxies cibernéticos para diminuir a probabilidade de atores não-estatais atrapalharem o trabalho das próprias agências governamentais. Grupos ligados ao governo terão menos probabilidade de atacar agências governamentais.¹⁰

Essa característica permitirá as milícias digitais atuarem dentro e fora de seus respectivos entornos de influência. Há, é claro, lobos solitários que atuam dessa mesma forma.

⁸ Guerras por procuração.

⁹ Guerra ou conflitos de procuração através do ciberespaço.

¹⁰ Tradução nossa.

Porém, determinados alvos carecem de um maior contingente e organização. Como ficará evidente, em casos trazidos posteriormente, as cyber proxies são uma possibilidade mas não um imperativo da atuação das cyber milícias na seara internacional. Componentes como solidariedade étnica e nacional farão com que grandes falanges de cyber warriors se mobilizem por uma causa comum.

CYBER MILÍCIAS DENTRO E FORA DE CASA. INFOWAR E GUERRA IRREGULAR CIBERNÉTICA

As cyber milícias, na contemporaneidade, têm se configurado como ameaça velada à sociedade democrática de direito. Em solo nativo podem atuar em diversas frentes. Dentre elas destacam-se desacreditar e desqualificar oponentes políticos (quando há); fortalecer a imagem de determinado líder ou, na grande maioria das vezes, oligarquias; e atacar outras instituições e estruturas políticas que se coloque diante delas como obstáculo. Fora de casa sua atuação pode consistir em um emaranhado de atividades coercitivas. Sob a égide de governos autoritários cyber milícias atuam no exterior se valendo de velhas táticas de espionagem, ataques e desestabilização por meio do ciberespaço. Desqualificando, ou colocando em descrédito, adversários políticos milícias virtuais atuam espalhando fake news e mentiras.

As fake news já se caracterizam como um dos maiores problemas da atualidade demonstrando ser capaz de virar o jogo nos pleitos eleitorais. Trata-se, na realidade, de guerra informacional. Tais organizações podem ser novas, pela esfera e dimensão de atuação (ciberespaço), no entanto, suas táticas são antigas. Na era da pós-verdade as fake news, aliadas a fatores sociais, contextuais e individuais, apontados pelas autoras Guadagno e Guttiere, acabam por encontrar terreno fértil para poder florescer (2017, p. 218). Em determinados contextos, como no entorno geopolítico e estratégico da Rússia, as fake news possuem a função de legitimar certas versões da história que favorecem manobras de cerceamento dos países vizinhos em sua caminhada em direção ao Ocidente.

Fora de suas fronteiras as cyber milícias irão se mostrar muito mais agressivas. Espionagem, ataques e desestabilização serão ferramentas frequentemente utilizadas. Dentre as atividades mais nocivas figuram as duas últimas. Cada uma dessas três, por sua vez, possuem seu próprio *modus operandi*, bem como, suas nuances. Dependendo do alvo um artifício será mais utilizado que o outro. O objetivo dos ataques, via de regra, é causar danos, não a ponto de destruir completamente o inimigo mas, deixá-lo na expectativa de que a qualquer momento o próximo pode acontecer novamente. Aqui, há forte reflexo de velhas táticas de dissuasão da guerra fria. Nas próprias palavras de Thomas Schelling, (1966, p. 117) “the power to hurt”—to

coerce an adversary into bending at least partially to one's will to avoid the imposition of further costs¹¹.

RÚSSIA E CYBER MILÍCIAS NACIONALISTAS

Da Rússia tem-se os casos mais emblemáticos da aparição e atuação das cyber milícias. Contudo, diferente dos casos anteriores suas atividades são mais contundentes no âmbito externo. Isso porque as ações realizadas por elas surgem de uma espécie de solidariedade étnica inter-regional. Significa dizer que, em oposição àqueles grupos nativos que agem em solo pátrio, seus membros vivem espalhados por diversos antigos territórios satélites da URSS. A maioria deles na região do báltico e arredores do leste europeu. Como grupo étnico, possuindo seus próprios valores e visão de mundo, vão se solidarizar com outros compatriotas no exterior agindo no ciberespaço utilizando desde ataques cibernéticos de desabilitação de estruturas sensíveis a fake news e desinformação.

Três acontecimentos podem ser listados como exemplos da atuação das milícias digitais russas: os ataques a Estônia, Ucrânia e Geórgia, respectivamente. Uma resposta para a importância dada pelos russos a essa região é que a Rússia os enxerga como grandes territórios tampões pelos quais pode se proteger das potências ocidentais, e estabelecer uma grande área de influência contra os mesmos (Carrington, Matthew. 220. p. 22). Pfiser aponta que o fim da guerra fria, e a consequente queda da URSS, trouxe consigo uma mudança radical no cenário geopolítico mundial. Mudanças nas fronteiras, processos rápidos de nacionalização e region-building process” (2014. p. 2). Após o colapso da união soviética mudanças geopolíticas podem ter sido feitas porém uma quantidade de seus cidadãos russos ficaram nos antigos satélites formando comunidades étnicas com um senso ideológico nacionalista muito forte.

A Ucrânia, após uma série de embates com a Rússia em 2017, foi alvo de campanhas de ataques cibernéticos cujo desdobramento mais severo foi a paralisação de sua malha energética comprometida por ataques de worms.¹² Os autores de tal façanha ficaram conhecidos como sandworms. Dentro do mesmo perfil de outros alvos a Ucrânia recebeu uma enxurrada de paralisações executadas por DDoSs¹³ e botnets foram seguidas por sites governamentais fora

¹¹ Tradução livre

¹² O worm é um tipo de malware mais perigoso que um vírus comum, pois sua propagação é rápida e ocorre sem controle da vítima. Assim que ele contamina um computador, o programa malicioso cria cópias de si mesmo em diferentes locais do sistema e se espalha para outras máquinas, seja por meio de Internet, mensagens, conexões locais, dispositivos USB ou arquivos (Stivani, Mirella. 2018).

¹³ O ataque do tipo DoS (Denial Of Service, em inglês é uma tentativa de fazer com que aconteça uma sobrecarga em um servidor ou computador comum para que recursos do sistema fiquem indisponíveis para seus utilizadores (Costa, Matheus. 2014).

do ar e algumas peripécias. No contexto do conflito russo-georgiano a Geórgia também recebeu sua parcela de ataques. Em outubro de 2019 milhares de páginas online ficaram fora do ar após uma série de ataques coordenados. Como incremento, mais de 15.000 foram substituídos pela imagem do ex-presidente Mikheil Saakashvili acompanhada da mensagem “Eu voltarei” (Panda. 2019).

Nenhum outro evento é mais significativo e paradigmático para o estudo das cyber wars que os ataques desencadeados contra a Estônia. Alguns até chegam a considerá-lo como a primeira ciberguerra mundial. O episódio de Tallinn também destaca em grande medida o aspecto étnico como ressalta Ottis (2010)

Na primavera de 2007, muitos sistemas de informação privados e governamentais da Estônia passaram por uma campanha de ataque cibernético em larga escala que durou 22 dias, a partir de abril 27 a 18 de maio. Os ataques foram uma resposta à decisão do Governo da Estônia de transferir um monumento soviético da segunda guerra mundial para um cemitério militar. A decisão encontrou muitas críticas por parte das autoridades russas, bem como da minoria étnica russa na Estônia. Após duas noites de saques e tumultos em Tallinn, uma campanha de cyber ataques foi lançada por ativistas supostamente étnicos russos, localizados na Rússia, na Estônia e em outros lugares. Até hoje nenhuma conexão oficial foi feita com o russo governo¹⁴.

Em continuação as manifestações nas ruas e, por extensão, a grande comoção sentida nas plataformas digitais, no dia 27 de Abril de 2007 os ataques cibernéticos começaram a ser deflagrados contra a Estônia. Alguns especialistas apontam que mais de um milhão de computadores foram usados nestes ataques oriundos de mais de 70 países (Reverón, Derek S. 2012. p. 59). Isso comprova, certamente, a grande rede solidária de patriotas russos espalhados por todos os lados. Rede patriótica solidária parece ser um ótimo termo. Há até a expressão hacker patriots. Não há muitas evidências de envolvimento direto do kremlin, ou de seus serviços de inteligência, nessas ocorrências. Mas, ainda assim, investigações apontam na direção de que Moscou tenha apoiado e incrementado esses ataques. Posto isso, uma das perguntas que, naturalmente, surge é quem seriam esses tais hackers patriotas? Soldatov e Borogan afirmam que grupos pró Rússia, criados nas décadas de 2000 foram linkados com os acontecimentos supracitados (2015. p. 108-109, 139).

Acima procurou-se esboçar a atuação de grupos milicianos dentro do entorno estratégico da Rússia. Porém essa atuação tem atravessado os continentes e chegou até os EUA. Relatórios de órgãos de segurança interna como o DHS (Department Homeland Security) e de inteligência como NSA (National Security Agency) revelaram um sofisticado aparato de interferência nas eleições norte-americanas em 2016. Os documentos revelam que entidades

¹⁴Tradução nossa.

ligadas ao governo russo criaram milhares de contas falsas nas redes sociais a fim de plantar a discórdia e destruir a confiança dos americanos em seu próprio sistema eleitoral. Grupos criminosos como Cozy Bears e Fancy Bears, associados à inteligência russa, foram responsáveis por espalhar fake news e desinformação, além de hackear contas do Comitê Nacional Democrata, partido adversário de Trump (Greenberg. 2019. p. 121). Esse episódio foi denunciado na época pela embaixadora americana Nikki Haley nas Nações Unidas como um ato de Guerra. Havia muitos motivos que serviriam de justificativa para a tal intromissão nas eleições americanas por parte dos russos. Entre eles assuntos atrelados à OTAN e as relações conflituosas administradas sobre temas como Ucrânia e países da região.

O que se observa, no caso das cyber milícias russas, é que sua atuação é um misto de ataques cibernéticos diretos e táticas de desinformação. Mais especificamente dentro de seu entorno estratégico predomina o uso de investidas cibernéticas a estruturas sensíveis dos Estados. Já do outro lado do hemisfério, no ocidente europeu e nos EUA, não há necessariamente a atuação exclusiva de cyber milícias. O que se constata é a atuação das próprias forças estatais, em conjunto com as milícias cibernéticas, tentando interferir indiretamente nos processos eleitorais. Haverá ataques no ciberespaço mas, não com a mesma magnitude dos que foram perpetrados contra os países de seu entorno. Nos Estados Unidos há um certo histórico de ataques cibernéticos, mas o caso mais destacado é a interferência nas eleições presidenciais de 2016. Houve o uso de desinformação e fake news, mas essas ferramentas foram maximizadas por milícias digitais locais.

CONCLUSÃO E IMPLICAÇÕES PARA AS RIs

Não é de hoje que as perspectivas estado-centristas não ocupam mais o centro das discussões teóricas das RIs. Há outras abordagens, outras perspectivas que procuram dar maior relevância ao papel de outros atores. É preciso pensar as relações internacionais também a partir do escopo e impacto de atuação de determinados agentes. É bem verdade que o fim da guerra fria e a aceleração do processo de globalização tornou determinados problemas e questões locais em globais. Porém, velhos paradigmas e valores, como nacionalismo e questões étnicas, persistem em incrementar as relações conflituosas entre os atores das RIs.

O fenômeno das milícias digitais possui forte relevância para os estudos estratégicos e, conseqüentemente para as relações internacionais, pelo fato de que sua atuação e escopo transcende em grande medida as fronteiras do Estado nacional o qual estão inseridas. Essa transcendência não é de todo homogênea. Ela vai ocorrer através das chamadas guerras de

procuração (cyber proxies) ou mediante o que se convencionou classificar no presente trabalho de solidariedade étnico-nacional. Em outros exemplos, irá ocorrer uma solidariedade ideológica também. Contudo, esses dois elementos são o que se revelam mais presentes. O quadro 1 abaixo traz um resumo apurado do que pôde ser apurado do presente trabalho. Nele é possível observar que além de não haver certa homogeneidade de atores que perpetrassem ataques (grupos étnico-nacionalistas por exemplo) a incidência e perfil dos ataques apresentam certa diversidade também.

Quadro 1- Perfil de atores e ataques na atuação das cyber milícias

Escopo de atuação	Perfil dos atores	Perfil dos ataques	Incidência do ataque	Países, ou atores, envolvidos
Dentro de casa ou no retorno estratégico	Minorias étnico nacionalistas	Fake news Desinformação + Ataques cibernéticos	Ataques cibernéticos à estruturas sensíveis a sobrevivência do Estado como sistema de distribuição de energia e a própria rede de computadores do país	Rússia Países Bálticos Ucrânia Geórgia
Fora de casa ou longe de seu entorno estratégico	Agências oficiais do Estado operando clandestinamente + Proxies cibernéticos	Fake news Desinformação + Ataques Cibernéticos	Difusão de notícias falsas e desinformação a fim de quebrar a coesão social e dissuadi-los em assuntos ligados a Estados-tampões	Rússia EUA OTAN Alemanha Inglaterra França

Fonte: Oliveira (2021, p. 14)

A interferência nos processos decisórios eleitorais de outras nações, bem como ataques cibernéticos a estruturas sensíveis à sobrevivência dos Estados, se configura, no sentido mais estrito, como ato de guerra velado. Observa-se que forças irregulares não convencionais se utilizam do ciberespaço como plataforma para lançar ataques dissuasivos cujo objetivo é fazer com que o adversário desista de suas intenções políticas. Suas armas são a desinformação e o uso das fake news. Um recurso amplamente usado na URSS pela dezinformatsiya. Elas fomentam e estimulam o ódio de grupos locais rompendo a coesão social necessária para o desenvolvimento do país fazendo com que as elites políticas de seus alvos desistam de determinado curso de ação.

REFERÊNCIAS

CASTELO BRANCO, Dácio. **O que é ransomware? Aprenda tudo sobre a ameaça e como removê-la.** Canaltech. Disponível em: <https://canaltech.com.br/seguranca/o-que-e-ransomware-como-remover/>. Acesso em: 03 nov. 2021.

COSTA, Matheus. **O que é DoS e DDoS?** Canaltech. 2014 Disponível em: <https://canaltech.com.br/produtos/o-que-e-dos-e-ddos/> Acesso em: 20 out. 2021.

DUDNEY, Robert. **Rise of the Cyber Militias.** AIR Force Magazine. 2011. Disponível em: <https://www.airforcemag.com/article/0211cyber/>. Acesso em: 3 de Nov. de 2021.

ENDO, Tetsuya. **The Conceptual Definition of “Irregular Warfare” and Today's International Security Environment.** International Forum on War History: Proceedings. 2017. 2 p.

GARRETT, Filipe. **O que é malware? Veja significado, tipos e saiba remover.** Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/listas/2021/03/o-que-e-malware-veja-significado-tipos-e-saiba-remover.ghtml>. Acesso em: 03 nov. 2021.

GATEFY. **O que são botnets?** Techtudo 2021. Disponível em: <https://gatefy.com/pt-br/blog/o-que-sao-botnets/> Acesso em: 20 out. 2021.

GEORGIA suffers the largest cyber attack in its history. **Panda mediacenter:** a Watchguard brand, 2019. Disponível em: <https://www.pandasecurity.com/en/mediacenter/news/georgia-massive-cyberattack/>. Acesso em: 20 out. 2021.

GREENBERG, Andy. **Sandworm:** a new era of cyberwar and the hunt for the Kremlin's most dangerous hackers. New York. Doubleday. 2019. 121 p.

GUADAGNO, Rosanna E.; GUTTIERE, Karen. **Fake News and Information Warfare: An Examination of the Political and Psychological Processes From the Digital Sphere to the Real World.** IGI Global. 2017. 218p.

MANNAN, Syed Hamza. **Projecting Power: Book Review How States Use Proxies in Cyberspace**. Georgetown University Law Center. 2019. 448-449p.

MATTHEWS, Carrington. **The Baltic States' Relations with Russia**. Global Insight. vol. 1. 2020. 22p.

OTTIS, Rain. **A Systematic Approach to Offensive Volunteer Cyber Militia**. Tallinn. 2011. Dissertação (Doutorado em Filosofia da Engenharia)- TALLINN UNIVERSITY OF TECHNOLOGY. 25p

PACEPA, Ion Mirai; RYCHLAK, Ronald J. **Desinformação: Ex chefe de espionagem revela estratégias secretas para solapar a liberdade, atacar a religião e promover terrorismo**. [s. l.]: Vide editorial. 2015.

PFISER, Alena. **Between Rússia and Estonia: Narratives of place in a New borderland**. 2014. 2p. SCHELLING, THOMAS C. **ARMS AND INFLUENCE**. 1966. NEW HAVEN AND LONDON YALE UNIVERSITY. Press, 33 117p

SILVA, Roberto Figueiredo. O papel das operações psicológicas e da ação da mídia nas operações militares. **Escola Superior de Guerra**, v. 24, n.49. 2008. 259 p.

STIVANI, Mirella. **O que é um worm? Entenda o malware que se multiplica sozinho**. 2018. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/11/o-que-e-um-worm-entenda-o-malware-que-se-multiplica-sozinho.ghml>: Acesso em: 10 out. 2021.

VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longoda história**. Editora Contexto, 2013. 265 p.

INTERSECÇÕES ENTRE PROPAGANDA, *SOFT POWER* E POLÍTICA EXTERNA: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

*Letícia Rafaela de Almeida*¹

*Pedro Paulo Procópio de Oliveira Santos*²

RESUMO

Sabe-se que a propaganda é um artifício comumente utilizado na política nos dias atuais. Essa prática pode ser vista desde o início das relações de comunicação entre os homens, tendo força principalmente em períodos de conflitos. Para entender porque é considerada tão importante, este artigo analisou a definição de propaganda e a forma em que é utilizada num âmbito político internacional por meio de um apurado olhar bibliográfico com base em uma perspectiva interdisciplinar que reúne teóricos das áreas da ciência política e da comunicação. Foi possível inferir ao final do estudo o quão imbricadas estão as referidas searas e o impacto dessas relações para a sociedade global.

Palavras-Chave: Propaganda; Nazismo; Imagem Internacional; Soft Power; Teoria Crítica.

INTRODUÇÃO

Já na década de 1920, Lasswell (1927) costumava afirmar que a propaganda tinha a capacidade de envolver a apresentação de um objeto em uma cultura de tal maneira que certas atitudes culturais seriam organizadas em direção a ela, assegurava ainda, que o desafio do autor da propaganda é intensificar essas atitudes culturais direcionadas ao seu objetivo e amenizar as atitudes contrárias ao mesmo. Ou seja, é uma ferramenta que pode ser utilizada como grande aliada para chegar ao objetivo de modificações culturais na sociedade e manipulação de massas.

Este estudo tem por objetivo analisar as imbricadas relações entre propaganda, *soft power* e política externa, sendo baseado em método qualitativo, com pesquisa bibliográfica de literatura especializada ligada aos universos da propaganda e da ciência política. Foram

¹ Bacharela em Relações Internacionais pela Faculdade DAMAS da Instrução Cristã | leeticia.almeida@gmail.com

² Docente da Faculdade DAMAS da Instrução Cristã, da Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS) e da Pós-Graduação do Centro Universitário dos Guararapes; pós-doutor em comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco | profpedroprocopio@gmail.com

utilizados dados primários e secundários para a pesquisa qualitativa. Por primários, entende-se os discursos e as peças publicitárias e audiovisuais que foram analisados à fundo. E como dados secundários, os materiais da pesquisa bibliográfica onde já foram feitas análises descritivas relacionadas ao tema de estudo.

Foram visitados teóricos do campo das Relações Internacionais que produziram trabalhos relacionados à regimes totalitários como Hannah Arendt e Theodore Adorno, e pesquisadores com obras relacionadas à Teoria de *Soft Power* de Joseph Nye, além do próprio autor. Clássicos da publicidade também foram visitados, à exemplo de Lasswell, que tem trabalhos sobre propaganda política, assim como O'Shaughnessy e Rees. Ademais, foram visitadas obras específicas sobre o tema pesquisado, como dos autores Lenharo, Couto, Fest, Kershaw e Welch. Os conceitos abordados com maior frequência foram os de propaganda, totalitarismo, *nation branding*, *Soft Power*, e imagem internacional.

Por fim, pôde-se inferir que a forma como esses universos interagem pode trazer sérios riscos à sociedade, já que um discurso sedutor que não necessariamente propague a verdade, pode tornar-se fonte de alienação.

O QUE É PROPAGANDA

A definição de propaganda, de acordo com o Dicionário Aurélio, é “Propagação de princípios, ideias, conhecimentos ou teorias”. Para fins de comparação, no Cambridge Dictionary é definida como “*Information, ideas, opinions, or images, often only giving one part of an argument, that are broadcast, published, or in some other way spread with the intention of influencing people's opinion*”³. Sampaio (2003, p.21) diz que “a propaganda seduz nossos sentidos, mexe com nossos desejos, revolve nossas aspirações, fala com nosso inconsciente, nos propõe novas experiências”. Entende-se que é uma ferramenta altamente poderosa na construção de opinião e formação de cultura. Sabemos que no Brasil a palavra costuma ser vista predominantemente por uma ótica comercial, *o advertising*⁴, porém o uso neste trabalho seguirá a definição mais abrangente e política da palavra.

É difícil datar o início das práticas de propaganda. Taylor (2003) aponta que é uma atividade que poderia ser vista nos primórdios da comunicação entre humanos, quando os desenhos primitivos eram feitos para demonstração de vitórias. Depois disso, são sempre vistas dentro das movimentações políticas. O autor cita o uso pelos Faraós e até mesmo pela Bíblia.

³ “Informações, ideias, opiniões, ou imagens, geralmente dando apenas a um dos lados do argumento, que são espalhadas, publicadas com a intenção de influenciar a opinião de outras pessoas.” (CAMBRIDGE INTERNATIONAL DICTIONARY OF ENGLISH, 1995, tradução nossa).

⁴ Publicidade, anúncio. (tradução nossa).

Baines e O'Shaughnessy (2014) usam como exemplo de uso da propaganda no Mundo Antigo o mantra utilizado por Roma: “*Senatus Populusque Romanus*”⁵, quando na verdade a partir de 31a.c. era governada pelo imperador, e o senado e o povo detinham pouca, ou nenhuma influência. Já o Vaticano também é citado por Taylor (2003) por ter utilizado a palavra “propaganda” pela primeira vez para descrever sua organização para a defesa da “verdadeira fé” contra a Reforma Protestante no século XVII.

O estudo da propaganda tem sido extenso desde o século passado. Para Lasswell (1927), a propaganda apresenta um objeto de uma forma que certas atitudes culturais passam a ser organizadas em direção a ele, ou seja, é uma ferramenta que pode ser utilizada como grande aliada para chegar ao objetivo de modificações culturais numa sociedade. Por isso, é vista predominantemente como algo negativo, manipulador. Nessa perspectiva, Horkheimer e Adorno (2006), da Escola de Frankfurt, criam o conceito de “indústria cultural” como crítica à cultura popular, que seria como uma força que transforma a arte em mercadoria para a manipulação de massas.

Taylor (2003) levanta que, pela perspectiva moderna, “*It obscures our windows on the world by providing layers of distorting condensation.*”⁶ Para o autor, hoje a propaganda é considerada o inimigo do pensamento independente e manipulador da frequência livre de informação e ideias. Sendo assim, Taylor (2003) cita que a opinião geral é de que é um artifício que democracias não devem utilizar.

It is a ‘dirty trick’ utilized by ‘hidden persuaders’, ‘mind manipulators’ and ‘brainwashers’ – Orwellian ‘Big Brothers’ who somehow subliminally control our thoughts in order to control our behaviour to serve their interests rather than our own. (TAYLOR, 2003, p.1)⁷

Em períodos de guerra, quando até as democracias se veem na necessidade de retribuir os avanços da mesma forma, a propaganda ainda é vista como algo feito pelo inimigo, pelo outro, nunca pelo “eu”. Taylor (2003), então desafia essa visão, defendendo que, da mesma forma que somos vítimas da propaganda, somos todos propagandistas em diferentes níveis. O autor

⁵ Do latim, significa “O Senado e o Povo Romano”. Utilizado com a sigla SPQR para se referir ao Governo Romano.

⁶ “Ela obscurece nossas janelas para o mundo por meio de camadas de condensação distorcidas” (TAYLOR, 2003, p.1, tradução nossa).

⁷ “É um ‘truque sujo’ utilizado por ‘persuasores escondidos’, ‘manipuladores da mente’, e ‘lavadores de cérebros’ – ‘Grande Irmãos’ de Orwell que de alguma forma subliminar controlam nossos pensamentos para o controle do nosso comportamento com o intuito de servir os seus interesses ao invés dos nossos.” (TAYLOR, 2003, p1, tradução nossa).

propõe a visão do conceito de propaganda como algo neutro – é o processo de germinação e cultivo de ideias, não necessariamente mentiras. A categorização extrema do termo pode ainda restringir sua definição e dessensibilizar o observador para os usos mais sutis e sofisticados da ferramenta, como é apontado por Baines e O’Shaughnessy (2014).

Propaganda is often a) simplistic, b) didactic. Even if these features are not universally true of all propaganda texts, they are common to most of them. But above all c) the objective is persuasion and not truth, unlike the work of (for example) a scholar, a teacher or even (in theory) the work of a journalist. (BAINES, O’SHAUGHNESSY, 2014, p.2)⁸

Apesar de existir essa expectativa do não uso da propaganda por democracias, Lasswell (1927) argumenta que todos os governos utilizam da ferramenta, seja à favor de parceiros diplomáticos ou contra antagonistas, e que é algo inevitável no cenário internacional.

Sendo assim, é interessante observar as formas de utilização da propaganda como ferramenta de Política Externa no mundo e os motivos para que seja uma estratégia tão comumente usada por toda a história.

O USO DA PROPAGANDA COMO FERRAMENTA DE POLÍTICA EXTERNA

Seja ela vista por uma ótica negativa ou positiva, a propaganda possui grande força política, pois a opinião pública é extremamente importante para um governo e ter uma boa imagem sempre será uma prioridade. Para Holsti (1998), alcançar reconhecimento e compartilhar valores com a população geral têm importância para a garantia da aprovação à nível internacional para a demonstração de poder.

Most governments are sensitive to the opinions expressed abroad about their policies and how they execute them. Otherwise they would not spend such large sums in trying, through diplomacy and propaganda programs, to create favorable impressions abroad. (HOLSTI, 1998, p.377)⁹

Taylor (2003) sugere que a conotação negativa do conceito pode ter se intensificado

⁸“A Propaganda é geralmente a) simplista, b) didática. Mesmo se essas características não forem universalmente verdadeira para todos os textos de propaganda, elas são comuns na maioria. Mas principalmente c) o objetivo é a persuasão e não a verdade, diferente do trabalho, por exemplo, de um pesquisador, professor, ou até o trabalho de um jornalista (em teoria)” .(BAINES, O’SHAUGHNESSY, 2014, p.2, tradução nossa).

⁹ “A maioria dos governos são sensíveis às opiniões expressas internacionalmente sobre suas políticas e como as executam. Caso contrário eles não gastariam quantias tão altas na tentativa, por diplomacia e programas de propaganda, de criar impressões favoráveis internacionalmente” (HOLSTI, 1998, p.377, tradução nossa)

durante a Primeira Guerra Mundial¹⁰, quando o uso moderno da propagandase iniciou e foi praticado em excesso e altamente ligado à mentiras, e só ficou mais forteapós a utilização pelos nazistas, soviéticos e outros regimes autoritários. Lasswell (1927)defende que a propaganda cresceu tanto durante a guerra porque a escala do conflito fez necessária a mobilização das mentes civis, e um Governo sozinho não conseguiria ganhar sem um apoio de nações inteiras, o que só seria possível com o controle de como as pessoas pensariam e reagiriam. A propaganda teria levado a população a aceitar de formamais intensa a participação na guerra, por meio de um aumento de lealdade aos líderes e governos. Antes de 1914, para Taylor (2003), a propaganda simplesmente significava os meios pelos quais os já convertidos tentavam persuadir os não convertidos, não necessariamente sendo recebidos com resistência.

Além disso, é frequentemente ligada a duas atividades: poder e guerra. Para Taylor (2003), a propaganda é um instrumento utilizado pelos que desejam alcançar ou reter poder, e também pelos que desejam deslocar esse poder. Desta forma, explica-se a conexão da propaganda com a guerra, onde aparece como um instrumento adicional na busca pelo poder.

Propaganda does not itself kill people. Indeed, it can be an alternative to killing, the triumph of communication over violence. It can, however, create myths – not just about why wars begin, are won or are lost, but even on rare occasions transform defeats into victories. (TAYLOR, 2003, p.5)¹¹

Para Lasswell (1927), convicção na chance de vitória é o que desperta o espírito de luta de uma nação. Uma população que não acredita na capacidade do seu país acaba dirigindo seu descontentamento para os líderes ou aliados, perde a força popular contra oponente e pode causar o colapso militar. Por isso, a propaganda em tempos de Guerra também é utilizada para aumentar a moral da nação. Lasswell cita ainda que “*A nation with high moral is capable of performing the tasks laid upon it*”¹². De acordo com o estudioso, a propaganda é uma de três principais ações implementadas contra um inimigo, sendo elas: pressão militar, pressão econômica e propaganda. E para Carr (1939), a propaganda só é efetiva quando combinada com força militar e econômica. Com os Estados com os quais não há combate ativo, Lasswell ainda expõe o uso do instrumento para negociação e mediação, na busca por aliados.

¹⁰ Para Taylor, o Governo Britânico definiu o padrão da propaganda moderna, que selecionava fatos para serem publicados evitando o que pudesse ser mal visto. (TAYLOR, 2003, p. 3)

¹¹ “A Propaganda em si não mata pessoas. Ela pode, na verdade, ser uma alternativa, o triunfo da comunicação sobre a violência. Ela pode, porém, criar mitos – não apenas sobre porque as guerras começam, são ganhas ou perdidas, mas até, em ocasiões raras, transformar derrotas em vitórias” (TAYLOR, 2003, p. 5, tradução nossa).

¹² “Uma nação com moral alta é capaz de realizar as tarefas impostas para si” (LASSWELL, 1927, p.8)

But by far the most potent role of propaganda is to mobilize the animosity of the community against the enemy, to maintain friendly relations with neutrals and allies, to arouse the neutrals against the enemy, and to break up the solid wall of enemy antagonism. (LASSWELL, 1927, p.10)¹³

As “munições da mente” têm se mostrado mais sofisticadas com os avanços tecnológicos, e é válido passar a considerar os novos *players* da atualidade. Para Burity (2013), a Política Externa não deve ser vista como realizada apenas por agentes do governo, e deve se considerar a presença de novos atores como a sociedade civil, as administrações estaduais e municipais, e a imprensa. Baines e O’Shaughnessy (2014) também pontuam que a Propaganda e o Marketing Político têm sido usados por empresas, organizações não governamentais, e até grupos terroristas com o foco em “ganhar mentese corações”.

No campo diplomático, Gilboa (2001) apresenta três modelos de uso da mídia como instrumento de Propaganda, Política Externa e Negociações Internacionais. O autor visita os conceitos de diplomacia pública, diplomacia midiática e diplomacia feita pela mídia. O primeiro, quando atores usam a mídia para influenciar a opinião pública em sociedades estrangeiras. No segundo, oficiais usam a mídia para a promoção de resolução de conflitos. E no terceiro, jornalistas assumem temporariamente o papel de diplomatas e servem como mediadores de negociações internacionais.

Gilboa (2001) cita Woodrow Wilson¹⁴ como percussor da “nova diplomacia”, menos formal e mais focada em transparência e participação do público, o que passou a expor a diplomacia para a mídia, e desde então tal exposição se tornou forte e permanente no cenário diplomático internacional. Com a evolução da comunicação, o embaixador deixa de ser a figura mais importante da diplomacia e Política Externa e abre espaço para novos *players*. As opiniões sobre essa nova configuração são diversas, por um lado pode-se achar que a mídia acaba diminuindo o poder dos Estados, outros, veem a revolução como, de acordo com Burity (2013, p.167), “instrumento para ampliar, manter ou conquistar poder no âmbito internacional”.

A mídia, portanto, pode assumir diferentes papéis dentro da diplomacia. Burity (2013) sintetiza os quatro tipos de atuação apresentados por Gilboa (2001) em: controladora, constrangedora, interventora e instrumental. A mídia como controladora atua como tomadora

¹³ “Mas de longe o papel mais potente da Propaganda é mobilizar a animosidade da comunidade contra o inimigo, manter relações amigáveis com neutros e aliados, despertar os neutros contra o inimigo e quebrar a parede sólida do antagonismo inimigo.” (LASSWELL, 1927, p.10, tradução nossa).

¹⁴ 28º presidente dos Estados Unidos da América, conhecido pelo discurso dos “Quatorze Pontos para a Paz Mundial”, de 1918.

de decisão e vira um participante influente na política, o papel de ator constrangedor consta na capacidade de influenciar líderes à tomada de decisões pelo constrangimento. Como interventora, a mídia age como mediadora nas relações internacionais, direta ou indiretamente. E como ator instrumental, é um elemento utilizado por líderes para alcançar apoio da sociedade internacional e assim auxiliar negociações. Burity (2013) aponta ainda um quinto tipo de atuação da mídia, proposto por Camargo (2008): a conflituosa, onde a mídia é promotora de conflitos.

Considera-se que a compreensão de que existe uma influência mútua entre mídia e política é a mais adequada para entender a sua atuação em assuntos internacionais. Segundo Camargo (2008), o grau dessa influência pode variar de acordo com o caso analisado e pode ocorrer que em determinados assuntos “ora a mídia guia a política, ora a política guia a mídia” – isso pode acontecer em diferentes intensidades e contextos, culminando em diversas formas de fazer diplomacia. (BURITY, 2013, p.173)

Entende-se então que a mídia também se torna um ator de influência nas Relações Internacionais e um possível instrumento para a divulgação de propaganda política, além de, por si só, um forte participante na formação da opinião pública com grande potencial para manipulação. Lasswell (1927) já comentava que era prática comum grandes companhias e governos subsidiarem jornais no exterior para que expressarem opiniões favoráveis a eles.

A partir das constatações até então expostas, é possível inferir que a propaganda se utiliza com frequência de expressões culturais para a atração da sociedade, gerando identificação e apoio da mesma e influenciando a opinião pública de forma favorável ao Estado em questão. Nas Relações Internacionais, a teoria do *Soft Power* de Joseph Nye (1990) fala exatamente sobre o poder de influência a partir da utilização da cultura e da disseminação cultural como ferramenta de Política Externa e acúmulo e demonstração de poder. A teoria de Nye e sua ligação com as estratégias de propaganda no cenário internacional será discutida no item em sequência.

O SOFT POWER E A DISSEMINAÇÃO CULTURAL

Os grandes autores do Realismo Clássico nas Relações Internacionais já consideravam a cultura uma fonte de poder importante. Morgenthau, ainda em 1948, falou “imperialismo cultural” como a mais sutil e efetiva forma de modificação das relações de poder, pois utilizaria o controle das mentes para a substituição de culturas. Aron (1962) define os maiores objetivos da política externa dos Estados como potência, glória e ideia. Carr (2001) também expressa que além do poder físico, é necessário um apoio cultural e ideológico:

Uma ordem internacional não pode se basear apenas no poder, pela simples razão de que a humanidade, a longo prazo, sempre se revoltará contra o poder puro. Qualquer ordem internacional pressupõe uma dose substancial de consentimento geral. (CARR, 2001, p.301)

Joseph Nye (1990), autor renomado das Relações Internacionais contemporâneas, propõe um estudo das Fontes do Poder e apresenta três possíveis estratégias dos Estados para a obtenção de poder e alcance dos objetivos: a coerção por ameaças, o aliciamento por pagamento, e a atração cooperativa. Com os avanços da tecnologia no século XX, a terceira passa a ser cada vez mais comumente observada no cenário internacional. Nye (1990), então, apresenta o termo “*Soft Power*” para descrever a habilidade de um Estado de atrair e persuadir, em contraponto ao “*Hard Power*” que seria a habilidade de coagir a partir de ameaças militares ou econômicas. O *Soft Power* surge da capacidade de influência e da atratividade de ideais, cultura e políticas, e apesar de ter surgido na década de 1990, é uma estratégia que vêm sendo utilizada por toda a história.

O conceito de *Soft Power* se assemelha ao que Lukes (1974), quase 20 anos antes de Nye, descreve como uma das três faces do poder: a habilidade de manipular o que os outros acham que querem e formar desejos (sendo as outras faces o poder de implementar decisões e a segunda o poder de estabelecer agendas). Boulding (1989) também enumera três faces do poder onde pode-se encontrar um conceito similar: para o autor, a primeira é o poder de destruição, a segunda o poder econômico, e a terceira é o poder de fazer com que as pessoas se importem, se identifiquem ou respeitem o sujeito. Vuvig (2009) faz uma comparação das três abordagens, concluindo que as faces de Lukes (1974) observam o que elas controlam e as de Boulding (1989) observam o que causam, enquanto as classificações de Nye (1990) observam as causas que levam ao poder.

The same resource can produce both hard and soft power. For example, a military, which is usually thought of as a typical hard power resource, can both coerce some people and attract some others, when it achieves a victory. Also, a typical “soft power resource” such as a moral value can be used both to persuade someone, when the person privately agrees with it, and force another, when it is used to build social pressure. (VUVIG, 2009, p.4)¹⁵

¹⁵ “O mesmo recurso pode produzir tanto Hard Power quanto Soft Power. Por exemplo, um exército, que é geralmente visto como uma fonte típica de Hard Power, pode tanto coagir algumas pessoas quanto atrair outras, quando alcança uma vitória. Já uma fonte típica de Soft Power, como o valor moral, pode ser utilizado tanto para persuadir alguém, quando a pessoa concorda de forma privada, como para forçar alguém, quando é utilizado para construir pressão social. (VUVIG, 2009, p.4, tradução nossa)

Para Vuvig (2009), o *Soft Power* é a habilidade de fazer com que os outros queiram ou aceitem o que você quer, mas o “querer” nesse contexto pode englobar tantum desejo ativo quanto uma aceitação passiva. Como ferramentas do *Soft Power*, o autor cita eventos culturais, programas de intercâmbio, promoção do estudo do idioma e da cultura. Esses primeiros exemplos, porém, não resultam por si só no *Soft Power*, mas sim na promoção de imagens positivas, entendimento da cultura e propagação de mitos a favor do país de origem.

Myths are a powerful tool in shaping the views and desires of others. Myths can be created and utilized to communicate benignity, brilliance, and beauty. For example, while economic success and military victory are not policy tools in the first place, the brilliance they convey can be used to create myths of inevitability and invincibility.¹⁶ (VUVIG, 2009, p.13)

O autor utiliza os conceitos de “benignidade, brilhantismo e beleza” como moedas de poder, das quais o *Soft Power* é derivado. Benignidade seria ligada às relações do agente com os outros, as atitudes positivas demonstradas, e leva aos sentimentos de gratidão e simpatia. O brilhantismo é um aspecto das relações do agente com o trabalho, a alta performance quando os objetivos são alcançados, e gera a admiração. E a beleza está ligada às relações do ator com ideais, valores e causas, a ressonância provocada na representação desses ideais, e leva à procura de união e junção de forças com outros que pensam da mesma forma e possuem o mesmo objetivo.

*“When you can get others to admire your ideals and to want what you want, you do not have to spend as much on sticks and carrots to move them in your direction. Seduction is always more effective than coercion.”*¹⁷ (NYE, 2004¹⁸). A criação do termo *Soft Power* por Joseph Nye teve o intuito de demonstrar o poder dos Estados Unidos. O autor pontua que que o país era uma nação forte não apenas pelo poder militar e econômico, mas também pelo poder de influência. Fazendo uma breve ligação com a primeira parte deste capítulo, esse tipo de poder é exatamente o que a propaganda almeja alcançar.

Brydan (2016) levanta a questão de que, apesar de hoje em dia os Estados com maior

¹⁶ “Mitos são uma ferramenta poderosa na construção das visões e desejos dos outros. Mitos podem ser criados e utilizados para comunicar benignidade, brilhantismo e beleza. Por exemplo, enquanto sucesso econômico e vitória militar não são ferramentas de política em si, o brilhantismo que elas comunicam pode ser utilizado para a criação de mitos de inevitabilidade e invencibilidade” (VUVING, 2009, p.13, tradução nossa).

¹⁷ “Quando você consegue fazer com que os outros admirem os seus ideais e queiram o que você quer, você não precisa gastar tanto tempo com ‘punições e recompensas’ para movê-los em sua direção. Sedução é sempre mais efetiva que coerção.” (NYE, 2004, prefácio, tradução nossa).

¹⁸ Citação retirada do Prefácio da obra “*Soft Power: The Means to Succeed in World Politics*”, de 2004.

capacidade de *Soft Power* sejam liberais e democráticos, esse não foi sempre o caso. O termo ainda não era popularizado, mas as estratégias foram utilizadas pela União Soviética durante a Guerra Fria, e pelos regimes autoritários de Mussolini e Hitler na Europa pelo meio das artes, ciência e cultura.

Conforme exposto pelo autor, antes da Segunda Guerra Mundial esses esforços eram focados principalmente no fortalecimento das relações entre os próprios poderes fascistas. As trocas culturais entre a Alemanha e a Itália, por exemplo, eram intensas durante a década de 1930 e formaram de certa forma um tipo de diplomacia cultural entre os regimes. Essa diplomacia cultural chegou ao seu ápice durante a Segunda Guerra Mundial, quando a Alemanha tentava promover a ideia de uma “Nova Europa”, como forma de legitimar suas conquistas militares (e o uso de *Hard Power*). A ideia da “Nova Ordem Europeia” era vista como forma de ganhar apoio dos Estados, colocando a civilização europeia como frente unida contra o “bolchevismo asiático” representado pela União Soviética e aliados.

Apesar das tentativas e estratégias, para Nye (2013), os esforços de poderes autoritários com o uso de *Soft Power* não têm chances altas de obterem resultados significativos, pois a necessidade de uma cultura política atrativa é não é compatível com o tipo de governo promovido pelos regimes autoritários, e sua política externa comumente agressiva prejudica sua capacidade de cativar novos aliados.

Keşvelioğ lu (2020) argumenta que, em estados autoritários, a sociedade civil possui menos força, e enquanto em estados democráticos ela é a principal catalizadora de poder, nos governos autoritários a base do *Soft Power* é estado-cêntrica e fica por conta de propaganda, o que realmente pode diminuir seu impacto, já que não é um movimento orgânico como o que ocorre em outros estados.

Assim, o uso de propaganda desses governos seria efetivo de forma significativa apenas internamente, e para a política externa teria efeito contrário, enfraquecendo a imagem do país perante a sociedade internacional, a não ser no caso dos países que tem visões ideológicas similares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira etapa deste artigo discutiu o significado de Propaganda, utilizando de autores clássicos da área para definir e exemplificar o fenômeno. A Propaganda consiste na

propagação de ideologias, normalmente a partir de manifestações culturais, com o intuito de influenciar o interlocutor. É uma prática que pode ser observada desde o início da comunicação entre humanos e principalmente das relações políticas. Por estar altamente ligada à manipulação, costuma ser vista como uma prática de estados autoritários, apesar de estados democráticos também utilizarem do artifício, principalmente em períodos de conflitos. A propaganda costuma ser simples e didática, de fácil entendimento e acesso para que qualquer nível da sociedade consiga consumir e absorver os seus ideais.

Como ferramenta de Política Externa, é utilizada para a atração de admiradores e aliados, e para demonstração, retenção e obtenção de poder. Os primeiros grandes exemplos do uso moderno de propaganda ocorreram durante as grandes guerras, pois com o tamanho dos conflitos era necessário o apoio e lealdade da população, e a conquista de aliados. A teoria do *Soft Power* demonstra a utilização da cultura como forma de acúmulo de poder e influência, um dos objetivos do uso moderno da propaganda no cenário internacional.

Joseph Nye nomeia como *Soft Power* a habilidade de atrair e persuadir, em contraponto à habilidade de coagir a partir de ameaças pelo poder militar e econômico, o *Hard Power*. O *Soft Power*, então, consiste em influenciar o outro a consumir a sua cultura e absorver as suas ideologias de forma voluntária. Nos tempos atuais, os Estados democráticos possuem maior capacidade de exercer o *Soft Power*, por terem um sistema mais atraente para o cenário atual, porém as mesmas estratégias foram utilizadas por regimes totalitários com o intuito de conquistar seguidores e admiradores. O próprio Nye, porém, não acredita nas chances de governos autoritários verdadeiramente exercerem o *Soft Power* de forma efetiva.

Por fim, pretende-se por meio deste estudo trazer um olhar reflexivo acerca das imbricadas relações ora expostas, abrindo espaço ao debate acadêmico de alto nível, inspirando assim, a comunidade a analisar os resultados práticos que podem interferir na sociedade global contemporânea cada vez mais interconectada.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W., **A Teoria Freudiana e o Padrão da Propaganda Fascista**. In.: Margem Esquerda: ensaios marxistas. SP: Boitempo Editorial, no 7: maio de 2006.
- ADORNO, Theodor W, et al. **The Authoritarian Personality**. New York: Harper, 1950.
- ADORNO, Theodor W. **Anti-semitism: A Social Disease**. Madison: International University Press, 1946.

ANHOLT, Simon. **Beyond the Nation Brand: The Role of Image and Identity in International Relations**. Exchange: The Journal of Public Diplomacy, v. 2, n. 1, p. 6-12, 2013.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

ARON, Raymond, **Paix et Guerre entre les nations**, Paris, Éditions Calmann-Lévy.1962.

BAINES, P; O'SHAUGHNESSY, N.J. **Political marketing and propaganda: Uses, abuses, misuses**. Journal of Political Marketing, v.13, n.1/2, p.1-18, 2014

BOULDING, Kenneth, **Three Faces of Power**, London, Sage, 1989.

BURITY, Caroline R. T. **A influência da mídia nas relações internacionais: um estudo teórico a partir do conceito de diplomacia midiática**. Contemporânea, v. 11,n. 1, p. 166-179, 2013.

BRYDAN, David. **Hard Right, Soft Power: fascist regimes and the battle for hearts and minds**. Disponível em: <https://theconversation.com/hard-right-soft-power-fascist-regimes-and-the-battle-for-hearts-and-minds-65683>. Acesso em: 18/03/2021.

CAMARGO, Julia. **Ecos do fragor: a invasão do Iraque em 2003: a mídia internacional e a imprensa brasileira**. 2008. 142f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília.

CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 2001.

CARR, Edward Hallet. **Vinte anos de crise: 1939-1945. Uma introdução ao Estudo das Relações Internacionais**, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2 ed, 2001.

COUTO, Sérgio Pereira. **Dossiê Hitler**. São Paulo: Universo dos Livros, 2007.

CAMBRIDGE INTERNATIONAL DICTIONARY OF ENGLISH. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995. Disponível em <https://dictionary.cambridge.org/pt/> Acesso em 12/03/2021.

DIEHL, Paula. **Propaganda e persuasão na Alemanha Nazista**. São Paulo: Annablume, 1996.

DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil**. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

DINNIE, Keith. **Nation branding: Concepts, issues, practice**. Oxford: Elsevier, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI**. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999. Disponível em <https://apps.apple.com/br/app/aurélio-digital/id1444777162>. Acesso em 12/03/2021.FEST,

Joachim. **Hitler vol. 1**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

GARÇON, François. **Nazi Film Propaganda in Occupied France**. Nazi Propaganda: The Power and the Limitations. London: Routledge, 1983.

GILBOA, Eytan. **Diplomacy in the media age: three models of uses and effects**.

Diplomacy & Statecraft, v. 12, n. 2, p. 1-28, 2001.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HILTON, Stanley. **Suástica sobre o Brasil: a história da espionagem alemã no Brasil (1939/1944)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HIRSCHFELD, Gerhard. **Nazi Propaganda in Occupied Western Europe: The Case of The Netherlands**. Nazi Propaganda: The Power and the Limitations. London: Routledge, 1983.

HOBBS, Eric J. **Nações e Nacionalismo: desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLSTI, K. J. **International politics – a framework for analysis**. 5. ed. Englewoodcliffs: Prentice Hall, 1988

HORKHEIMER, Max; ADORNO, T.W. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

KESVELIOUGLU, Abdullah. **The Paradox of Authoritarian Soft Power: The Case of Russia and China**, TRT WORLD RESEARCH CENTRE, 2020.

KRAKAUER, Siegfried. **De Caligari a Hitler: Uma História Psicológica do Cinema Alemão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

KERSHAW, Ian. **Hitler**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017.

KERSHAW, Ian. **How effective was Nazi propaganda?** Nazi Propaganda: The Power and the Limitations. London: Routledge, 1983.

LASSWELL, Harold. **Propaganda Technique in the World War**. New York, Peter Smith, 1927

LASSWELL, Harold. **The Theory of Political Propaganda**. University of Chicago. **The American Political Science Review**, v. 21, n. 3, p. 627-631, 1927.

LENHARO, Alcir. **Nazismo: O triunfo da vontade**. São Paulo: Editora Ática, 2003. LUKES, Steven. **Power: A Radical View**. London, Macmillan, 1974.

MCCANN, Frank D. **Book Review: Suástica sobre o Brasil: A História da Espionagem Alemã no Brasil, 1939-1944**; *Hispanic American Historical Review*, 1979. Disponível em <https://doi.org/10.1215/00182168-59.3.552>. Acesso em 08/05/2021.

MORGENTHAU, Hans J **Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace**. New York, Knopf, 1948.

NYE, Joseph S. **Bound to Lead: The Changing Nature of American Power**. New York, Basic Books, 1990.

NYE, Joseph S. **Soft power: The means to success in world politics**. New York, Public

Affairs, 2004.

NYE, Jr., Joseph S. **What China and Russia Don't Get About Soft Power**. ForeignPolicy, 2013.

O'SHAUGNESSY, Nicholas. **Marketing the Third Reich: Persuasion, Packaging and Propaganda**. New York: Routledge, 2018.

PEREIRA, W. P. **Cinema e Propaganda Política no Fascismo, Nazismo, Salazarismo e Franquismo. História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 38, p. 101-131, 2003. Editora UFPR.

PEROSA JUNIOR, Edson José. **A ASCENSÃO NAZISTA AO PODER: O N.S.D.A.P. E A SUA MÁ QUINA DE PROPAGANDA (1919-1933)**. Universidade Estadual de Londrina, 2009. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais/trabalhos/pdf/Perosa%20Junior%20_Edson%20Jose.pdf. Acesso em: 08/04/2021.

REES, Laurence. **Vende-se Política**. Rio de Janeiro: Revan, 1995.

RIBEIRO, João Júnior. **O que é Nazismo**. São Paulo: Brasiliense,

1986. SAMPAIO, Rafael. **Propaganda de A à Z**. Editora Elsevier,

2003.

SCHILLING, Voltaire; **Ascensão e Queda de Adolf Hitler**. 2. ed. Porto Alegre: AGE, 2019.

SEIXAS, Xosé M. Núñez. **Ecos de Berlim: a influenciado nacional-socialismo alemão no fascismo espanhol (1930-1940)**. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v.41, n. 1, p. 40-57, 2015

TAYLOR, Philip M. **Munitions of the mind: a history of propaganda from the ancient world to the present day**. Manchester University Press. 3. ed. 2003

VUVIG, Alexander L. **Soft Power and Smart Power: How Soft Power Works**. In: American Political Science Association Annual Meeting, 2009, Toronto.

WELCH, David. **Nazi propaganda and the Volksgemeinschaft: Constructing a people's community**. Journal of contemporary history, v. 39, n. 2, p. 213-238, 2004.

WELCH, David. **Propaganda and Indocrination in the Third Reich: Success or Failure?** European History Quarterly, n. 17, 403-422. 1987.

**O ORIENTE MÉDIO: UMA REGIÃO ESTRATÉGICA PARA A SEGURANÇA E DA
JUSTIÇA INTERNACIONAL: Compreensão da
Guerra do Iraque e a intervenção do governo dos Estados Unidos da América**

*Camila Venturim Ribeiro dos Santos¹
Fabrícia dos Santos Rabelo²*

RESUMO

O presente artigo apresenta uma análise sobre a Guerra do Iraque, reconhecendo interesses e as articulações de influências para terem mais poder no ambiente global. Diante disso, o objetivo desse trabalho é compreender como a Guerra Iraquiana modificou e flexibilizou as regras de segurança, da projeção de poder, da soberania e dos direitos humanos no cenário internacional. Para isso, é empregado o estudo qualitativo iniciando-se na análise conjuntural do Iraque, posteriormente no estudo da Guerra do Iraque, seus desdobramentos e a responsabilidade e os direitos no ambiente internacional. E finalmente, a conclusão de que a Guerra no Iraque e o discurso do governo estadunidense evidenciou as vulnerabilidades normativas e conceituais da ordem jurídica e de segurança do sistema internacional.

Palavras chaves: Iraque; Saddam Hussein; guerra; direito internacional; Bush; Estados Unidos.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of the Iraq War, recognizing interests and the articulations of influences to have more power in the global environment. Given this, the objective of this paper is to understand how the Iraq War has modified and relaxed the rules of security, power projection, sovereignty and human rights in the international arena. For this, a qualitative study is employed, beginning with the conjunctural analysis of Iraq, followed by the study of the Iraqi War, its consequences and the responsibility and rights in the international environment. And finally, the conclusion that the Iraq War and the discourse of the U.S. government highlighted the normative and conceptual vulnerabilities of the legal and security order of the international system.

Keywords: Iraq; Saddam Hussein; war. international law; Bush; United States.

¹Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Pesquisadora do NETI (USP). Graduada em Direito pela PUC Minas. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3448174664478356>. E-mail: camila.venturim@sga.pucminas.br.

²Mestranda em Direito Internacional pela Griffith College Dublin. Pesquisadora do NETI (USP). Pós-graduada em Direito Internacional pelo CEDIN. Bacharel em Direito pela Universidade de Itaúna. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9466525341532713>. E-mail: fabriciasrr@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Perante a “hegemonia” dos Estados Unidos da América e a globalização, a supervalorização de recursos energéticos e o desenvolvimento da democracia, se faz necessário interpretar os conflitos que ocorrem no século XXI perante a conjuntura de segurança e jurisprudência internacional, sob a perspectiva do direito penal internacional, e dos Direitos Humanos e Humanitário. Pois, as normas e as negociações são construídas por relações e reconhecidas por discursos e visões de poder.

Diante disso, este artigo visa trabalhar compreender como a Guerra Iraquiana modificou e flexibilizou as regras de segurança, da projeção de poder, da soberania e dos direitos humanos no cenário internacional. Considerando, portanto, a análise da conjuntura da Guerra Iraquiana; interpretar as condutas dos atores envolvidos na guerra; avaliar as vulnerabilidades e os interesses estratégicos que ocasionaram o conflito.

Logo, a problemática deste projeto envolve a avaliação segurança internacional, o estudo sobre a configuração do poder no contexto internacional e o entendimento das interações regionais influenciam o *status quo* internacional. Portanto a situação-problema da presente pesquisa consiste em investigar de maneira causal explicativa: “Como a Guerra no Iraque alterou a interpretação de segurança e a ordem jurídica no sistema internacional?”.

Para tanto, serão localizados e analisados os documentos oficiais apresentados pelos Estados Unidos da América, pela Organização das Nações Unidas e seus comitês. Além disso, pretende-se localizar artigos científicos produzidos acerca do tema deste projeto para apresentar a opinião de autores sobre o impacto da Guerra do Iraque na compreensão de segurança e justiça internacional.

1 ANÁLISE CONJUNTURAL DA REPÚBLICA DO IRAQUE

A República do Iraque é um Estado localizado na região do Oriente Médio, Ásia Ocidental, com uma extensão territorial de 438.317 km² tendo fronteiras com os países Turquia, Irã, Kuwait, Jordânia, Arábia Saudita e Síria. O território do Iraque é banhado pelo rio Tigre, Eufrates, Xatalárabe e o Golfo Pérsico, diante disso, tem uma relação fundamental para conexão do comércio e de populações. A formação do Estado iraquiano se constituiu como colônia britânica, sendo nomeado oficialmente, como Reino do Iraque, após a destituição do Império Turco-Otomano pela Grã-Bretanha no cenário pós Grande Primeira Guerra (CARVALHO, 2004).

A ocupação britânica foi legitimada pela Liga das Nações, a governança do país foi instituída a elite baseada em uma relação de prover recursos e acesso a rotas de comércio. Em 1916 firmou-se o Acordo Anglo-Francês (Sykes-Picot) que tem sua origem nos objetivos britânicos de definir limitações na região para administrar a exploração de petróleo, dessa maneira, constituindo as atuais fronteiras políticas do Oriente Médio, por uma perspectiva de política expansionista europeia. No ano de 1920 a população iraquiana revoltou-se contra o imperialismo britânico e consolidou sua independência em 1958 com a tomada de poder com o assassinato do rei Faisal II e sua família, e constituindo a República do Iraque com uma nova Constituição, com reformas sociais e institucionais econômicas e políticas (FELDBERG, 2008). A consolidação da República fundamentou-se em oposição aos interesses e conspirações imperialistas britânicos e nas aproximações com os militares iraquianos, caracterizando o início do período de maior autonomia e unidade política do Iraque. Uma vez, que o governo do período (1958-1963) foi composto pelo brigadeiro Abdul-Karim Qasim, pela formação do gabinete com inclusão de diferentes grupos, nacionalista árabe, constitucionalista, curdo, comunista e oficiais do exército. Nesse período Qasim estabeleceu relações com outros países árabes e participou da criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) para regular as exportações de petróleo em 1960 (TRIPP, 2007).

Apesar do esforço em romper com princípios do império britânico, desenvolver uma identidade iraquiana e uma unidade nacional por meio do reconhecimento formal de igualdades e direitos nacionais aos cidadãos, o governo teve oposição quanto a regularização e limitação da área rural e agrícola. Diante desse cenário de instabilidade política no ano de 1963 houve a apoderação do poder central pelo coronel Abd al-Salam Aref, que estabeleceu um regime militar inspirado no nacionalismo árabe e anticomunista, centralizado nas negociações para a criação da União Árabe e o estabelecimento da harmonia entre facções nacionais, em abril de 1966 com sua morte por um acidente foi sucedido por seu irmão Abd al-Rahmãn (ROBERTSON).

Em 1968 houve um novo golpe baathita que colocou no cargo de presidente da república o general Ahmad Hassan. O novo presidente promulgou a Constituição de 22 de setembro de 1968, declarando que a República do Iraque é um Estado democrático, popular e soberano, também centralizou as decisões. Diante disso, o poder era reconhecido pela obediência nacional e não havia independência das instituições, com o interesse de impor ações e mobilizar o apoio civil. Sua política afastou-se o de seus vizinhos árabes e da conduta diplomática, colocando-se em uma instabilidade política regional devido as divergências com demais chefes de estado na

região (VINCI, 2013).

Durante esse governo Saddam Hussein era vice-presidente e viabilizou articulações para solucionar problemas internos nacionalizando o setor petrolífero, construindo fabricas, hospitais e escolas, dessa maneira, buscando transformações no partido por meio de ações políticas sociais. Devido ao desenvolvimento econômico iraquiano Saddam Hussein recebeu a responsabilidade de administrar o regime por causa de questões de saúde do presidente, perante esse cenário, Saddam Hussein aumenta o seu poder e ocupa o cargo de presidente da República do Iraque no ano de 1979 (BARAM, 2009).

Saddam Hussein em seu governo realizou reformas no sistema político por meio de um modelo constitucional que formalizou as liberdades e os direitos de acordo com a identidade do partido baathista, centralizando o poder, eliminando a presença de diferentes ideologias, identidades e a influência popular nas decisões. À vista disso, para estabilizar o seu poder, propagar os seus interesses, fundamentar as suas ações contra o colonialismo e ao neocolonialismo, e difundir sua capacidade para solucionar problemas internos e da região árabe utilizou a mídia como instrumento político de discursos oficiais e de dominação. Nesse sentido, observa-se que a governabilidade era baseada na força e no nacionalismo, com o objetivo central de transformar o Iraque em uma potência regional (KARSH, 2002).

Para isso Hussein assumiu uma postura reivindicativa, incentivou a militarização da economia, priorizou suas próprias vontades em detrimento das vontades da classe dominante iraquiana e de seus aliados internos e externos para conquistar mais poder político no meio árabe. Para se manter no poder e erradicar oposições a suas convicções utilizou integralmente da força e da violência, como, no Kuwait em 1990 e na Guerra do Golfo em 1991. Tal postura desencadeou na degradação da imagem de Saddam Hussein e na construção da figura como inimigo e ameaça ao *status quo* regional e internacional, a comunidade internacional aplicou embargos econômicos ao Iraque diante as violações de direitos humanos e humanitários, esse cenário contribuiu para a degradação econômica, política e social do Estado.

Diante da conjuntura conflituosa do Oriente Médio e do Ataque de 11 de Setembro de 2001, o partido Baath e a governança de Saddam Hussein torna-se centralidade da preocupação estadunidense, baseada na perspectiva de projeção internacional em promover e preservar liberdades, democracia e direitos humanos. À vista disso, o governo Bush consolidou a justificativa para que os Estados Unidos da América (EUA) elaborasse uma interferência para reconstrução institucional via judicial para solucionar conflitos, estabelecer a democracia, diminuir desigualdades, viabilizar liberdade econômica e acesso aos direitos humanos e fundamentais no território iraquiano. Enfatizando a sua responsabilidade de manter a segurança

e a ordem internacional (PEZZINI, 2010).

Nesse contexto, os EUA intervêm no Iraque em 2003 e retira Saddam Hussein do poder com o objetivo de reconstruir as estruturas políticas e econômicas para viabilizar o bem-estar da população e solucionar a situação caótica. Nesse período instaura o governo de transição, formado pela coligação anglo-americana no Iraque com a criação da Autoridade Provisória da Coalizão (APC) que responsabilidades perante o Direito Internacional para um comando unificado e multilateral para estruturar o Estado. Para isso, esse governo utilizou de empresas militares privadas para auxiliarem na manutenção da ordem democrática e transparente, tornando o trabalho de reconstrução do Iraque uma grande possibilidade de investimento terceirizando serviços de segurança e potencializando o mercado de petróleo (NASSER, 2015). Apesar dos esforços para o estabelecimento da harmonia e de melhores condições políticas, sociais e econômicas, o que ocorreu foi um aumento da violência, de incertezas e de protestos e desacordos locais (PECEQUILO, 2003). Perante esse cenário, sem concordância internacional para as ações de reconstrução da sociedade pela perspectiva democrática e com plano de governo Obama de conclusão de intervenções no Oriente Médio, em 2010 foi iniciada a retirada dos militares da APC. Entretanto, em 2014 os EUA realizou nova invasão militar apoiado pela França, Alemanha, Reino Unido, Egito, Kuwait, Omã, Arábia Saudita, Qatar, Bahrein, Jordânia e Líbano para conter o domínio de “terroristas” na região (PECEQUILO, 2017).

Diante do exposto, observa-se que a história da República do Iraque é marcada por guerras e vulnerabilidades com interferências internacionais no aparato estrutural do Estado. À vista disso, nota-se que para entender a Guerra Iraquiana e seus desdobramentos no ambiente internacional é necessário rever a geopolítica e os conflitos regionais em busca de estabilizar uma ordem independente de interesses e costumes ocidentais, formalizando uma identidade árabe baseada na união de grupos étnicos por um território, língua e cultura.

1.1 A geopolítica do Oriente Médio e o território da República do Iraque

Reconhece-se que o Oriente Médio é uma região que desperta o interesse de pesquisadores e da política internacional, devido a sua localização estratégica por ser uma área de passagem entre três continentes e possuir abundância em recursos naturais, principalmente o petróleo. Sob a perspectiva da globalização, das dependências energéticas e da exploração de recursos o território é analisado pela instabilidade e pelas disputas por poder entre os habitantes

e os estrangeiros.

O Oriente Médio é composto por uma pluralidade étnica e religiosa, quando foi feita a divisão territorial pela visão eurocêntrica não respeitaram os grupos identitários e as diferenças históricas o que resultou em uma fragilidade na preservação da harmonia. Uma vez que, movimentos religiosos e de califados constituíram rivalidades para adquirirem influência e poder de decisões. Ao longo dos tempos grupos nacionalistas, anarquistas, anti-colonistas, ideológicos e religiosos expandiram suas atuações em oposições aos governos, o que em 2010 culminou na Primavera Árabe. O que representa a reformulação de condições sociais e política a partir da destruição de ditaduras e romper a dependência com os países desenvolvidos do ocidente (BOMFIM, 2018).

De forma geral, observa-se que a geopolítica do Oriente Médio está em constante transformação, por causa das mudanças econômicas, tecnológicas e das disputas internas, que refletem o anseio regional de viabilizar o desenvolvimento nacional. Ressalta-se que as dinâmicas interativas entre os países que compõe a região e os demais atores que compõe o sistema internacional reflete distintos projetos de administrações estratégias políticas e econômicas desses países. Dessa forma, suas relações conflituosas buscam estruturar uma nova distribuição de poder e de afirmação de seus espaços de domínio (CANEPA, 2012).

Nesse sentido, o Iraque é um ator fundamental na construção da geografia e na balança de poder, posto que, o escoamento da produção de bens de seus países vizinhos para a Ásia e a Europa passa por águas de seu território, então se elabora alianças e discussões sobre a consolidação do papel do Estado iraquiano como potência regional. Desse modo, pondera-se que o Iraque é importante para viabilizar a construção de relações estáveis, pois devido a sua posição geográfica é ambiente de planejamentos de mecanismos de prevenção, projeção e cooperação regional e internacional.

1.2 Antecedentes conflituosos

Existem alguns fatores que necessitam ser observados com muita atenção quando tratamos dos motivos que deram início a Guerra do Iraque, considerando o histórico de rivalidades que o país tem quanto a balança de poder no Oriente Médio e a influência das potências Ocidentais na região. Diante disso, deve-se analisar a Guerra Irã X Iraque, a Invasão do Kuwait e a Guerra do Golfo. Considerando que no período em que ocorreram esses conflitos Saddam Hussein estava no poder no Iraque com a perspectiva nacionalista e de ampliar a

autoridade no Oriente Médio.

O partido baathista e Saddam Hussein promoveram ascensões a militarização questionando de modo direto as normativas referentes a difusão, organização, industrialização e o emprego de forças em armamentos de fogo, blindados, aviões, helicópteros e mísseis, desse modo criando um aparato repressivo sofisticado no território iraquiano. Dessa maneira organizaram e criaram a economia de guerra, visto que, o principal objetivo era constituir um espaço militar fortificado e temido, para isso Saddam também utilizou a mídia para evidenciar a força de combate estado iraquiano (WOODS, 2011).

Diante da organização militar e perante os objetivos políticos do governo iraquiano entre 1980 à 1988 o Iraque declarou guerra contra o Irã, o resultado dessa não foi favorável para nenhum dos governos, entretanto o Iraque aumentou o seu poder bélico e sua projeção na região. Diante desse avanço, o governo iraquiano decidiu invadir o Kuwait em 1990 que configurou a Guerra do Golfo Pérsico (1990-1991), com o interesse de monopolizar a extração de petróleo e áreas estratégicas de produção energética e anunciar alterações na política internacional, perante a ameaça de controle da produção e comercialização de petróleo os EUA organiza uma coalizão com vinte e oito países e leva o caso para o Conselho de Segurança da ONU culminou no abalo do poderio iraquiano na região (VERDE, 1992).

No entanto, o braço iraquiano do Partido Baath, liderado por Saddam Hussein, conseguiu manter o poder reprimindo duramente os levantes da minoria curda do país e de sua maioria árabe xiita. Para conter o êxodo dos curdos do Iraque, os aliados estabeleceram um "porto seguro" nas regiões predominantemente curdas do norte do Iraque, e aviões de guerra aliados patrulhavam zonas "de exclusão aérea" no norte e no sul do Iraque que eram proibidas para aeronaves iraquianas. Além disso, para conter a futura agressão iraquiana, a Organização das Nações Unidas (ONU) implementou sanções econômicas contra o Iraque a fim de, entre outras coisas, impedir o progresso de seus programas de armas mais letais, incluindo aqueles para o desenvolvimento de armas nucleares, biológicas e químicas (CAMPELLO, 2020).

2 A GUERRA DO IRAQUE E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Diante da análise histórica e geopolítica do Iraque, se faz necessário a interpretação do fenômeno da guerra como um recurso de ação política orientado pelo ato de força para viabilizar um objetivo de realização de interesses. Nesse sentido as guerras são analisadas pelas assimetrias de poder, pelos objetivos políticos e o engajamento dos atores na interação, uma vez que, a relação envolve política, estratégia, tática e logística para definição das ações de

defesa e ataque. Também, compreende-se que há diversas tipologias, como, entre Estados, intra - Estados e extra – Estados; totais ou limitadas; convencionais ou guerrilha; conquista ou libertação de guerra, que são determinadas pelos fatores internos e externos, questões identitárias, econômicas e culturais (CLAUSEWITZ, 1996).

À luz do direito internacional público, o fenômeno guerra é esclarecido como conflito armado entre dois ou mais Estados, com a finalidade de forçar um dos adversários a satisfazer determinada vontade, dessa maneira, direcionando hostilidades com a intenção de sobrepor governos. verifica-se que a guerra é classificada em vários tipos, pode ser legítima ou ilegítima, preventiva ou de antecipação. Ou seja, pela visão jurídica internacional a guerra ocorre quando o Estado anuncia a guerra apresentando uma razão objetiva de engajamento, com base na justiça, no esgotamento de todos os meios pacíficos para devolver direitos, manter paz e segurança internacional (MAZZUOLI, 2019).

Perante essas condições é relevante reconhecer que o cenário da guerra é regido por normas que estão formalizadas nas Convenções de Genebra e em seus protocolos adicionais e que os atores políticos, governamentais e não-estatais envolvidos averiguam sobre os benefícios e malefícios de suas ações para alcançar a “paz”. Diante desse ponto de vista, os atores influenciam na decisão de entrar ou não em uma guerra, das diferentes possibilidades de emprego do uso da força orientados por técnicas e práticas com o objetivo de alterar o *status quo* de um território e de garantir a liberdade. Para tanto, são elaboradas repetitivas narrativas a respeito do perigo e da ameaça, que se baseiam na natureza das guerras, dessa maneira, as justificadas são construídas em oposição as questões relativas à balança de poder, aos interesses e aos costumes (PILBEAM, 2020).

Desse modo, deve-se identificar os atores envolvidos e seus objetivos, também, as condições econômicas, políticas, sociais e religiosas. Reconhecendo que no cenário de guerra há o direito humanitário que estabelece limites do uso da força e orienta sobre a preservação da vida dos civis, a proteção e o cuidado dos prisioneiros, salvaguarda as pessoas que não participam da guerra ou deixaram de participar dela, bem como a defesa dos bens financeiros e outros não relacionados diretamente às operações militares. À vista disso, as violações desse direito é reconhecido como crime de guerra, e são documentos e posteriormente investigados pelos Estados e Tribunais Internacionais.

O princípio geral da ONU é que a guerra não é permitida, exceto nos casos de legítima defesa e segurança definidos na Carta da ONU, nas demais situações a guerra é considerada um ato de agressão. Esses casos são considerados como fundamentais para o princípio jurídico da legitimidade da guerra no contexto do Direito Internacional Público. Em relação a legítima

defesa, o artigo 51 da Carta das Nações Unidas orienta e reconhece o direito natural dos Estados de aplicar o uso legítimo da força para defender a si ou os demais diante de uma ameaça para manter a harmonia e a segurança internacional, nesse sentido o Conselho de Segurança da ONU deve ser comunicado imediatamente (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945).

No segundo caso (usando medidas de supressão e coerção mencionadas no Capítulo 7 da Carta), a Carta obrigou os Estados membros da ONU a praticarem ações coletivas a fim de assegurar o respeito dos seus compromissos ao abrigo da Carta, especificamente a garantia da integridade dos territórios de cada Estado e sua independência política. O parágrafo 4 do Artigo 2 da Carta afirma que "os membros da ONU se abstêm em suas relações internacionais de ameaçar usar a força ou contra a integridade dos territórios ou a independência política de qualquer estado ou de qualquer maneira que não coincida com as intenções de a ONU ". A campanha militar contra o Iraque foi uma violação clara ao parágrafo mencionado e é, portanto, uma violação da Carta da ONU, tendo em vista que as intenções da ONU são manter a paz e a segurança internacionais e manter a soberania e independência do membro estados (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945).

Diante do exposto, para compreender a Guerra Iraquiana e seus desdobramentos no âmbito jurídico e de segurança internacional é importante analisar a projeção de poder, os interesses estratégicos e as vulnerabilidades. Uma vez que, a Guerra no Iraque foi construída por aspectos políticos e interesses econômicos, moldada estruturalmente pelas assimetrias e institucionalizada pelo discurso estadunidense perante o cenário da globalização, da democracia e da "guerra ao terror", para desenvolver uma nova doutrina Bush com o apoio do Congresso americano. Houve também, oposição as ações unilaterais estadunidenses e britânicas, uma vez que, contradiz normativas internacionais e não houve apoio pela ONU (PEREIRA, 2003).

Os EUA tentaram justificar a guerra alegando a presença de armas de destruição em massa no Iraque, mesmo diante das diversas inspeções da Comissão Especial da ONU (UNSCOM) que iniciaram em 1999 e apresentaram relatórios sobre não apresentar vestígios dessas armas. O governo Bush perante o resultado das inspeções realizou a invasão militar no território do Iraque, não considerando os critérios de justiça e das orientações formalizadas sobre a guerra, visto que, não houve tentativas diplomáticas de negociação (AL MOMAMI, 2014).

O presidente estadunidense começou a lançar as bases para a invasão em um discurso sobre o Estado da União em janeiro de 2002, chamando o Iraque de membro do Eixo do Mal e dizendo: "Os Estados Unidos da América não permitirão que os regimes mais perigosos do mundo nos ameacem com as armas mais destrutivas do mundo". Levando o caso à comunidade

internacional para adquirir apoio e aceitação, e construírem uma rede de proteção para manter o status quo e reconstruir uma sociedade arrasada pelo histórico de violências (THE UNITED STATES CAPITOL, 2002).

George W. Bush, argumentou em discursos oficiais sobre a vulnerabilidade dos Estados Unidos após os ataques de 11 de setembro de 2001, combinada com a alegação de posse e fabricação de armamentos e equipamentos com alto poder de destruição em massa por diversos países do Oriente Médio. O governo Bush por meio da autoridade em construir significados compartilhados definiu que Saddam Hussein e o partido baathista era uma ameaça a segurança internacional e a promoção da democracia e dos direitos humanos, para conter o desenvolvimento bélico e impedir uma corrida armamentista devia-se invadir e reestruturar pelas instituições e mecanismos democráticos a República do Iraque.

A Resolução 1441 do Conselho de Segurança da ONU, aprovada em 8 de novembro de 2002, exigia que o Iraque readmitisse os inspetores e cumprisse todas as resoluções anteriores. estabeleceu inspeções pela Comissão de Monitoramento, Verificação e Inspeção das Nações Unidas (UNMOVIC) e a Agência Internacional de Energia Atômica. Saddam aceitou a resolução e os inspetores voltaram ao Iraque sob a direção do presidente da UNMOVIC, Hans Blix, e do diretor-geral da AIEA, Mohamed ElBaradei. Em fevereiro de 2003, a AIEA "não encontrou nenhuma evidência ou indicação plausível do renascimento de um programa de armas nucleares no Iraque"; a AIEA concluiu que certos itens que poderiam ter sido usados em centrífugas de enriquecimento nuclear, como tubos de alumínio, eram de fato destinados a outros usos. Em março de 2003, Blix disse que havia progresso nas inspeções e nenhuma evidência de armas de destruição em massa havia sido encontrada (MACEDO, 2007).

Perante essa Resolução o Conselho de Segurança notifica ao Iraque a obrigação de desarmamento de acordo com as resoluções, consequentemente, decide estabelecer um regime de inspeção reforçado com o objetivo de levar à plena e comprovada conclusão ao processo de desarmamento estabelecido pela resolução 687 (1991). Para começar a cumprir suas obrigações de desarmamento o Estado iraquiano fornecerá a UNMOVIC e a AIEA acesso imediato, desimpedido, incondicional e irrestrito a todos e quaisquer, incluindo áreas subterrâneas, instalações, edifícios, equipamentos, registros e meios de transporte que desejam inspecionar. Além de apresentar as declarações semestrais exigidas, também deve fornecer à Comissão das Nações Unidas de Vigilância (UNMOVIC), à Agência Internacional de Energia atômica (AIEA) e ao Conselho, uma declaração atual, precisa e completa sobre todos os aspectos de seus programas para desenvolver armas químicas, biológicas e nucleares, mísseis balísticos e outros sistemas de entrega, como veículos aéreos não tripulados e sistemas de dispersão

projetados para uso em aeronaves, incluindo quaisquer propriedades e as localizações precisas de tais armas, componentes, subcomponentes, estoques de agentes e materiais e equipamentos relacionados, os locais de trabalho de suas instalações de pesquisa, desenvolvimento e produção, bem como todos os outros programas químicos, biológicos e nucleares, incluindo qualquer um que alega ser para fins não relacionados à produção ou material de armas; decide que o Iraque (UNITED NATIONS, 2003).

O Iraque parecia cumprir a resolução, mas no início de 2003 o presidente Bush e o primeiro-ministro britânico Tony Blair declararam que o Iraque na verdade continuava a dificultar as inspeções da ONU e que ainda mantinha armas proibidas. Outros líderes mundiais, como o presidente francês Jacques Chirac e o chanceler alemão Gerhard Schröder, citando o que acreditavam ser uma maior cooperação com o Iraque, procuraram estender as inspeções e dar ao Iraque mais tempo para cumpri-las. No entanto, em 17 de março, sem buscar novas resoluções da ONU e considerando fúteis os esforços diplomáticos do Conselho de Segurança, Bush declarou o fim da diplomacia e deu um ultimato a Saddam, dando ao presidente iraquiano 48 horas para deixar o Iraque. Os líderes da França, Alemanha, Rússia e outros países se opuseram a essa decisão vista como equivocada (NETO, 2011).

Os americanos invadiram o Iraque em 20 de março de 2003 dentro de três semanas, derrubaram ditadura de Saddam Hussein, dando um fim ao regime do partido baathista no Iraque e ao superfaturamento das exportações de petróleo. No dia 2 de maio de 2003, o presidente Bush anunciou impulsivamente e com euforia o fim da resistência no Iraque. O principal aliado dos EUA era o Reino Unido quanto as ações no território iraquiano e dentro das Nações Unidas, deixando claro o pretexto da invasão em adquirir influência na região do Oriente Médio e de garantir acesso e domínio nos preços do petróleo.

A França e a Alemanha criticaram os planos de invadir o Iraque, defendendo a continuidade da diplomacia e das inspeções de armas. Vale a pena mencionar que o Secretário-Geral da ONU, Kofi Anan, declarou após a queda de Bagdá que a invasão estava em contradição com a Carta da ONU. A mesma opinião foi declarada pelo ex-secretário-geral da ONU, Boutros Ghali. Além disso, em 28 de abril de 2005, o Ministro da Justiça britânico emitiu um memorando afirmando que "qualquer campanha militar com o objetivo de mudar um regime político é um ato ilegal". Diante disso, nota-se que a invasão do Iraque foi uma violação da paz e segurança internacionais, uma vez que, sem dúvida, gerou tensões entre os Estados do mundo. Até hoje as consequências dessa invasão podem ser vistas no cenário internacional.

3 INTERVENÇÃO, SOBERANIA E O DIREITO INTERNACIONAL

Tendo em vista as argumentações desenvolvidas nas seções anteriores cabe avaliar que a interferência do governo estadunidense no Iraque como uma violação as normativas da jurisprudência internacional pelo viés, de que no Parágrafo 7 do Artigo 2 da Carta da ONU impede claramente qualquer intervenção em assuntos que afetam a Soberania dos Estados. A intervenção orientada pela ONU e aprovada pelo Conselho de Segurança ocorre por intermédio das Operações de Paz (que em princípio qualquer ator pode fazer) que consistem na perspectiva humanitária, a fim de proteger indivíduos, salvaguardar direitos humanos e para intermediarem resoluções de conflitos por meio de políticas de peacemaking, peace enforcement, peacekeeping e peace building.

Segundo o direito internacional, as forças estrangeiras são obrigadas a garantir a paz e a segurança de vidas e propriedades à população do território dilacerado pela guerra a qualquer custo. Mas, o que ocorreu durante a Guerra do Iraque, foi graves violações de direitos, visto que, civis foram mortos coletivamente e individualmente, prisioneiros foram detidos ilegalmente, transferidos e morta durante a custódia. Também houve violência as crianças que foram colocadas em prisões juvenis e retirando delas o acesso a e instalações econômicas, de saúde e de educação.

Antes de 1991, o status das mulheres iraquianas era considerado forte, pois elas gozavam de mais direitos do que as mulheres de toda a região. Elas conseguiram alcançar altos cargos acadêmicos, jurídicos, médicos e governamentais. Entretanto, a guerra não apenas devastou sua posição, mas também as tornou a entidade mais vulnerável e mais fraca em comparação com as mulheres da região. Pois, foram torturadas, estupradas e executadas para pressionar seus parentes a se renderem.

No Oriente Médio, o Iraque enfrentou uma enorme crise de deslocamento. Mais de quatro milhões de iraquianos estão deslocados, enquanto o número total de Pessoas Deslocadas Internamente (IDPs) está em 2,7 milhões, e 1,7 milhão de refugiados estão presos em países vizinhos, como a Síria e a Jordânia. Quase duas milhões de crianças foram deslocadas desde 2003. De acordo com o ACNUR, vinte por cento dos deslocados internos e cinco por cento das famílias retornadas relataram casos de crianças desaparecidas. As pessoas que vivem sem casa têm enfrentado muitos desafios difíceis, como falta de segurança e indisponibilidade de moradia, falta de água e saneamento, eletricidade e hospitais.

Diante do exposto, observa-se que foram violados o Artigo 146 da Convenção de Genebra declara que a tortura ou tratamento desumano, incluindo experimentos biológicos, causará grande sofrimento ou lesões graves ao corpo ou à saúde e extensa destruição de

propriedade. Os artigos 51 e 54 do Protocolo Adicional I das Convenções de Genebra que proíbem fortemente ataques indiscriminados à população civil. O artigo 23 da Convenção IV de Haia proíbe o uso de veneno ou material envenenado que cause sofrimento aos civis. O artigo 5 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os artigos 14, 17 e 99 da Convenção III de Genebra proíbem estritamente que a força de detenção use qualquer forma de tortura física e mental, tratamento desumano e degradante e punição para obter informações ou induzir a confissão de prisioneiros. Mesmo que os prisioneiros se recusem a responder, eles não podem ser forçados. Os artigos 11 a 16 da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e os Artigos 2 e 8 a 12 também proíbem todos os tipos de tortura e maus tratos a detidos, sob os quais a autoridade é obrigada a conduzir um inquérito judicial sem qualquer demora. Os Artigos 7 e 8 do Estatuto de Roma do TPI e o Princípio VI do Tribunal de Nuremberg 1950 classificaram proibidos qualquer tipo de tortura física e mental de detidos, seu assassinato, transferência ilegal, desaparecimento forçado e privação de julgamento justo como o artigo 70 dos crimes de guerra da Convenção IV de Genebra também condena esses atos. Os artigos 73 e 74 do Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra responsabilizam a autoridade por proteger os refugiados em todas as circunstâncias, sem qualquer distinção.

4 A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL E OS DIREITOS HUMANOS

Entende-se que a responsabilidade internacional definida pelas normas do Direito Internacional é orientado pelo esclarecimento jurídico quanto a soberania, acesso à justiça e garantias adicionais de proteção de preceitos horizontais, universais e indivisível. Perante isso, pondera-se que a sociedade internacional é responsável pelo combate à impunidade daqueles que violem os direitos humanos (ARAUJO, 2016).

Com a captura de Saddam Hussein foi aberto no Tribunal Especial Iraquiano um processo contra o ex-ditador pela acusação formalmente de genocídio e limpeza étnica. O tribunal atuou em respeito pelas normas do direito internacional, pela Lei e pelo Direito, através do julgamento dos infratores nesse Estado soberano onde ocorreram as violações. A avaliação do caso perdurou por trinta e sete seções e a decisão final foi lida em 5 de novembro de 2006, em que Saddam Hussein foi sentenciado a morte por enforcamento pelos crimes (CARAPÊTO, 2016).

A execução do ex-presidente iraquiano Saddam Hussein após um julgamento profundamente falho por crimes contra a humanidade marca um passo significativo no

afastamento do respeito aos direitos humanos e ao Estado de Direito no Iraque. Foram documentados por mais de 15 anos os crimes contra os direitos humanos cometidos pelo antigo governo de Hussein e muitos fizeram campanha para levar os perpetradores à justiça. Esses crimes incluem a morte de mais de 100.000 curdos iraquianos no norte do Iraque como parte da campanha de 1988 da Anfal. Saddam Hussein foi responsável por violações maciças dos direitos humanos, mas isso não pode justificar a pena de morte, que é uma punição cruel e desumana.

Os Direitos Humanos se opõe à pena de morte em todas as circunstâncias. Cada vez mais, os governos estão abolindo a pena de morte na legislação doméstica. O teste do compromisso de um governo com os direitos humanos é medido pela maneira como ele trata seus piores criminosos. Um relatório publicado em novembro de 2006 pela Human Rights Watch identificou várias falhas graves no julgamento de Hussein pelas execuções de Dujail. O relatório de 97 páginas, “Julgando Dujail: o primeiro julgamento perante o Alto Tribunal iraquiano”, foi baseado em 10 meses de observação e dezenas de entrevistas com juizes, promotores e advogados de defesa. O relatório constatou, entre outros defeitos, que o Alto Tribunal iraquiano foi prejudicado desde o início por ações do governo iraquiano que ameaçaram a independência e a percepção de imparcialidade do tribunal. Ele delineou sérias falhas no julgamento, incluindo falhas em divulgar as principais evidências para a defesa, violações do direito dos réus de questionar as testemunhas de acusação e as demonstrações de preconceito do juiz presidente.

CONCLUSÃO

Segundo o presente estudo afirma-se que a Guerra do Iraque e a intervenção estadunidense evidenciou as vulnerabilidades normativas e conceituais da ordem jurídica e de segurança do sistema internacional, pois interesses econômicos e políticos podem flexibilizar atuações e construir realidades, interpretações e problemas baseados em uma narrativa de influência. Assim, nota-se que as instituições jurídicas e as organizações multilaterais são mecanismos para a projeção de poder, para legitimar soberania e relativizar direitos humanos no cenário internacional.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL MOMAMI, Roaa. Legitimacy of War on Iraq in International Law. **J.L. Polity & Globalization**, Jordânia, v. 24, 2014. Disponível em:

<https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/jawpglob24&div=4&id=&page=>. Acesso em: 12 jul. 2021.

ARAUJO, Nádia de. O direito internacional privado no mundo. *In: Direito Internacional Privado: teoria e prática Brasileira*. Porto Alegre: Revolução eBok, 2016. cap. I. *E-book*.

BARAM, Amatzia. Neo-Tribalism in Iraq: Saddam Hussein's Tribal Policies 1991–96. **Cambridge University**, London, v. 29, p. 1-31, 23 abr. 2009. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-journal-of-middle-east-studies/article/abs/neotribalism-in-iraq-saddam-husseins-tribal-policies-199196/0DB29D13C805E711491D13FBA4A8C02A>. Acesso em: 12 jul. 2021.

BOMFIM, Nizete Maria; GIUDICE, Dante Severo. Transformações Geopolíticas Recentes no Mundo Islâmico: a Primavera Árabe. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, v. 2, n. 61, p. 103-132, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15359/rgac.61-2.4>. Acesso em: 12 jul. 2021.

CAMPELLO, Maria Raphaela Luchini Caldeira. Os E.U.A. e os curdos, uma história de Guerra Fria?. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, ed. 32, p. 755-782, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/19243>. Acesso em: 12 jul. 2021.

CANEPA, Beatriz; OLIC, Nelson Bacic. **Oriente Médio: uma região de conflitos e Tensões**. 3. ed. Brasil: Moderna, 2012.

CARAPÊTO, Maria João Dias. A criação do Supremo Tribunal Iraquiano. **CEDIS WorkingPapers: direito, segurança e democracia**, Lisboa, 28 ed. 2016. *E-book*.

CARVALHO, Luiz Paulo Macedo. Iraque: Petróleo, história e guerra. **A defesa nacional**, Rio de Janeiro, v. 90, ed. 800, p. 31-41, 2004. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/5961>. Acesso em: 12 jul. 2021.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da guerra**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1996.

FELDBERG, Samuel. Acordo Sykes-Picot (1916). **História da paz**, São Paulo, p.183-209,2008. *E-book*.

KARSH, Efraim; RAUTSI, Inari. **Saddam Hussein: a political biography**. 2. ed. New York: Grove Press, 2002. *E-book*.

MACEDO, Paulo Emílio Vauthier Borges de. Análise da legalidade da intervenção no Iraque. **Revista da Escola de Guerra Nava**, Rio de Janeiro, n. 13,p. 6-31, 2007. *E-book*.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Guerra e Neutralidade. *In: MAZZUOLI, Valerio de Oliveira et al. Curso de direito internacional público*. 12. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense LTDA., 2019. cap. II.

NASSER, Reginaldo Mattar; PAOLIELLO, Tomaz Oliveira. Uma nova forma de se fazer guerra? Atuação das Empresas Militares de Segurança Privada contra o terrorismo no Iraque. **Rev. Sociol. Polit.**, Paraná, v. 23, ed. 53, jan./ mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/d8VDvkrSr3PvzPd8pkkjkw/?format=html>. Acesso em: 11 jul. 2021.

NETO, Ibrahim Abdul Hak. **Armas de destruição em massa no século XXI**: Novas regras para um velho jogo - o paradigma da iniciativa de segurança contra a proliferação (PSI). Brasília: FUNAG, 2011.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. O Fim De Uma Era? O Iraque Pós-Hussein. **Meridiano**, Brasília, v. 4, ed. 40-41, nov./dez. 2003. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/efec863ef679bb6dbc50a95a6120a385/1?cbl=1606381&pq-origsite=gscholar>. Acesso em: 11 jul. 2021.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; FORNER, Clarissa Nascimento. Barack Obama e o Oriente Médio: Um Panorama Crítico (2009/2017). *Rev. Carta Inter*, Belo Horizonte, v. 12, ed. 2, p. 101-125, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.21530/ci.v12n2.2017.656>. Acesso em: 12 jul. 2021.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser-. O gigante fora do tempo: a Guerra do Iraque e o Sistema Global. **Política Externa**, São Paulo, v. 12, p. 43-62, 2003. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documento/1241>. Acesso em: 12 jul. 2021.

PEZZINI, Isabella. Os olhos de Saddam: imagens do inimigo. **Revista Galáxia**, São Paulo, ed. 19, p. 166-190, jul. 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399641245011>. Acesso em: 12 jul. 2021.

PILBEAM, Bruce. Reflecting on war and peace. *In*: MORAN, Andrew *et al.* **International security studies**. 2. ed. Londres: Routledge, 2020. cap. 7.

ROBERTSON, John F. **Iraq: a history**. London: ONEWorld Publications, 2016. *E-book*.

THE UNITED STATES CAPITOL. George W. Bush. The President's State of the Union Address. **President Delivers State of the Union Address**, Washington, D.C., 29 jan. 2002. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>. Acesso em: 12 jul. 2021.

TRIPP, Charles. **A History of Iraq**. 3. ed. England: Cambridge University Press, 2007. *E-book*.

UNITED NATIONS. Resolution 1462 (2003): adopted by the Security Council at its 4697th meeting, on 30 January 2003. *In*: UN. SECURITY COUNCIL (58TH YEAR: 2003). **Security Council resolution 1462 (2003) [on extension of the mandate of the UN Observer Mission in Georgia (UNOMIG)]**. NY, 30 jan. 2003. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/486243/usage?ln=en>. Acesso em: 12 jul. 2021.

VERDE, Aricelso Maia Lima et al. A guerra no Golfo Pérsico: lições e consequências para a força terrestre. **A DEFESA NACIONAL**, Rio de Janeiro, p. 42-53, abr. 1992. Disponível

em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/5679>. Acesso em: 12 jul. 2021.

VINCI, Stefano. La Costituzione Irachena: um profilo storico giuridico. **Asociación Veritas**: estudios sobre historia, derecho e instituciones, Bari, p. 201-245, 2013. *E-book*.

WOODS, Kevin M. *et al.* **Saddam's Generals**: perspectives on the Iran-Iraq War. USA: Government Printing Office, 2011.

O PRAGMATISMO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (1985-2019): UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS DISCURSOS DE POSSE DOS MINISTROS DE RELAÇÕES EXTERIORES

Murilo Mesquita

RESUMO EXPANDIDO

A Política Externa Brasileira (PEB) passa por uma transformação observada a partir do discurso de posse do então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo. Dado esse contexto, a pesquisa busca investigar a seguinte pergunta-problema: como o pragmatismo é mobilizado nos discursos de posse dos Ministros de Relações Exteriores? Essa pergunta estabelece como argumento central que é possível mensurar a ideia de pragmatismo nos discursos de posse dos Ministros de Relações Exteriores.

Destarte, a investigação é desenvolvida como um estudo de caso a partir de uma cultura metodológica qualitativa e tem como observação os discursos de posses dos ministros de relações exteriores. Dessa forma, a pesquisa tem como objetivo geral analisar os discursos dos Ministros de Relações Exteriores durante o período de redemocratização, de 1985 a 2019. Para tanto, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos: (i) identificar o que é o pragmatismo da PEB e (ii) verificar o pragmatismo nos discursos dos ministros.

Para Lima (2005), o princípio do pragmatismo, que historicamente rege a PEB, encontra uma realidade factual que acomete a base dos discursos de posse dos Ministros de Relações Exteriores, analisados nessa pesquisa e utilizados para fornecer verossimilhança à noção de unidade, coesão e permanência da política externa brasileira. Desde essa noção, postula-se que “a política exterior não é derivada, no Brasil, dos regimes políticos. Ao contrário dos assuntos domésticos do Estado-nação, ela tem certo traço de permanência” (SARAIVA, 2005, p. 54).

Essa característica, não obstante, é resultado do embate entre forças sociais domésticas e externas que atuam na construção de uma política externa que, mediante mudanças e oscilações, permite que uma ação conservadora de conformação. Essa conformação, todavia, não descarta o embate de ideias entre indivíduos e grupos sociais e econômicos que buscam, conforme seus interesses, pressionar os agentes decisores a moldar os caminhos da política externa brasileira (SARAIVA, 2005).

Por isso, a formulação da PEB não é resultado apenas da ação de um corpo profissional do Estado. Ela “deriva, em especial, da realidade histórica, política, econômica, social e intelectual em torno da qual a correta instrumentalização da diplomacia brasileira tornou

exequível a afirmação internacional do Brasil nos últimos cinquenta anos” (SARAIVA, 2005, p. 61). Dessa forma, é possível afirmar a existência de uma constância.

Essa constância, no entanto, não é estanque, sofre oscilações fruto do processo de construção social e do embate entre as forças políticas e sociais presentes nos dois níveis de análise que são substratos para o processo de formulação da PEB. Assim, afirma-se uma *constância relativa* e não uma *continuidade*. Pois é a partir dessa constância relativa que lança-se mão do princípio do pragmatismo (SARAIVA, 2005).

A mobilização desse princípio, feita a partir da defesa da integridade física e da soberania territorial (LIMA, 2005), tem como substância duas ideias-força que permitem sua análise: o (i) não-alinhamento automático e a (ii) inexistência de aliados preferenciais (LIMA; MOURA, 1982, p. 351). Por isso, a ideia e execução do pragmatismo dispensa quaisquer projetos vocacionados à submissão a atores estrangeiros e busca engendrar, independentemente do regime político, a inserção internacional de forma autônoma e soberana (SARAIVA, 2005). Para Hurrel (1986 *apud* SARAIVA, 2005), esse desígnio pragmático tem a ver com a busca estratégica por autonomia.

Desde essa estratégia, aumenta-se o escopo de países para dialogar e projetar os interesses nacionais. Na década de 1990, a aspiração diplomática brasileira é de protagonista da ordem internacional e expressa em foros multilaterais com o lançamento de sua candidatura para um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (CSONU). Sob a bandeira de atualizar e fornecer maior representatividade ao Conselho, o assento representa a importância que o Brasil dá a sua agência no multilateralismo pragmático como plataforma para a resolução de litígios internacionais (MELLO, 2011, p. 12).

A agência brasileira no cenário internacional opera como ato de fala e como plano de ação que consegue galvanizar dois princípios, pragmatismo e multilateralismo, em um só, a autonomia. Essa estratégia, lida como *realista prudente e cooperativa* (VIZENTINI, 1999; SARAIVA, 2005; LIMA, 2005), permite a operacionalização de uma política externa centrada em *issue-areas*, que facilitam a inserção internacional brasileira.

Para observar a operação dessa estratégia, a pesquisa utiliza os discursos de posse dos Ministros de Relações Exteriores durante o período de redemocratização brasileira (1985-2019) como uma *proxy* para medir o nível de pragmatismo na execução PEB. Nesses discursos, Chanceleres apresentam, às arenas doméstica e internacional, os interesses, objetivos e compromissos que foram e serão perseguidos pelos representantes eleitos.

A investigação utiliza uma base teórica-metodológica que concebe os discursos como

evidências empíricas que podem ser quantificadas e interpretadas. Assim, mobiliza uma estratégia que usa dois procedimentos analíticos, (i) a Análise Automatizada de Conteúdo (AAC) e (ii) o reflexivista. Essa estratégia suplementa a análise qualitativa com os dados produzidos pela AAC ao utilizar os “textos como dados”, na medida em que são vistos como um *bag of words*, dentro da qual não importa a ordem das palavras (KRIPPENDORFF, 2004 GRIMMER; STUART, 2013; IZUMI; MOREIRA, 2018). Com essa característica, são empregados cálculos estatísticos sobre variáveis essencialmente qualitativas, para assim alcançar resultados mais robustos e, conseqüentemente, gerar um maior poder explanatório na resposta ao problema de pesquisa.

Nesse modelo, a inferência é buscada a partir dos indicadores de frequências ou de co-ocorrências (contingência), quando, a partir deles, a análise regressa às causas ou chega aos efeitos das características das comunicações (BARDIN, 1977; JANIS, 1979). Importa observar que o emprego da AAC é feito a partir do software IRAMUTEQ 0.7 alpha 2.

Com os dados observa-se a *constância relativa* da PEB. Porém, há uma exceção que decorrente das evidências encontradas em seu discurso, destoia do histórico autonomista da PEB. A tabela a seguir sintetiza a análise.

Tabela 1: Governos, Ministros e Pragmatismo na PEB (1985-2019)

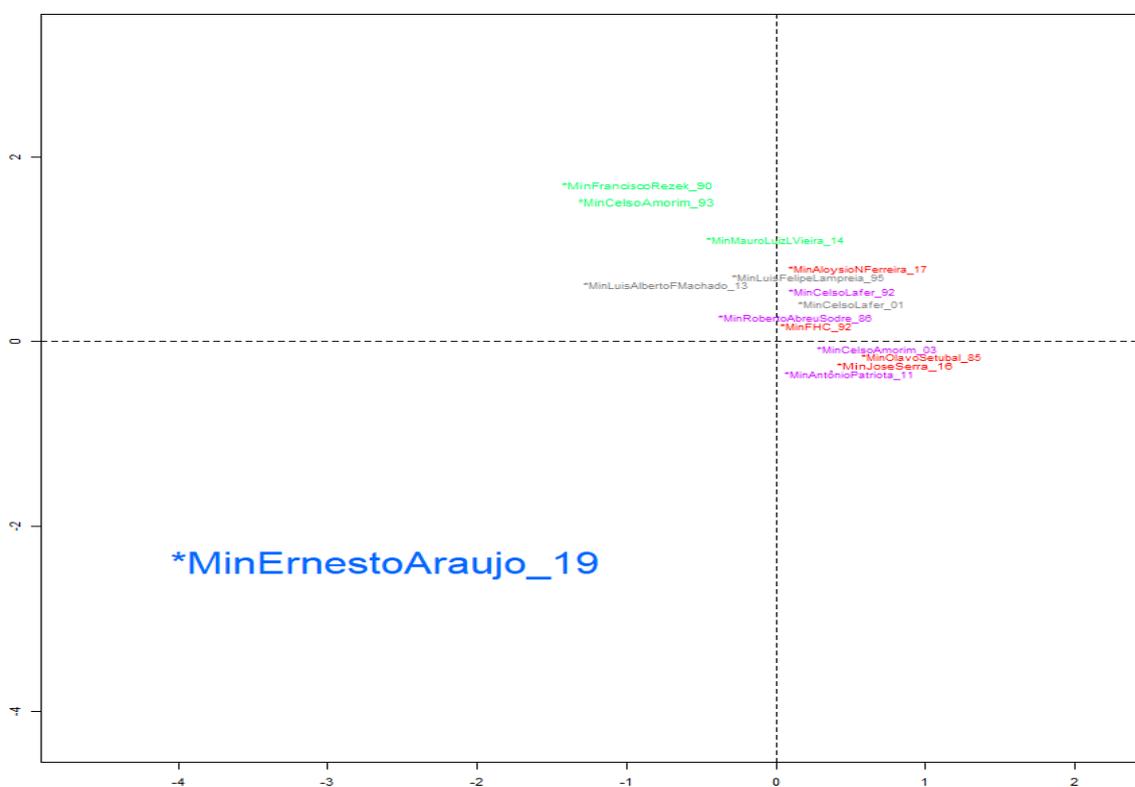
Presidente	Ministro	Formação	Discurso de Posse	Pragmatismo
Tancredo Neves	Olavo Egídio Setúbal	1º Engenheiro e Político	15/04/1985	Sim
José Sarney	Roberto Costa de Abreu Sodré	2º Jurista	14/02/1986	Sim
Fernando Collor	Francisco Rezek	3º Jurista	15/03/1990	Não
	Celso Lafer	4º Jurista	13/04/1992	Sim
Itamar Franco	Fernando Henrique Cardoso	5º Sociólogo	05/10/1992	Sim
	Celso Amorim	6º Internacionalista e Diplomata de Carreira	31/08/1993	Sim
Fernando Henrique Cardoso	Luiz Felipe P. Lampreia	7º Sociólogo	01/01/1995	Sim
	Celso Lafer	8º Jurista	29/01/2001	Sim
Lula da Silva	Celso Amorim	9º Internacionalista e Diplomata de Carreira	02/01/2003	Sim
Dilma Rousseff	Antônio Patriota	10º Filósofo e Diplomata de Carreira	01/01/2011	Sim
	Luiz Alberto F. Machado	11º Jurista e Diplomata de Carreira	28/08/2013	Não
	Mauro Luiz Lecker Vieira	12º Jurista e Diplomata de Carreira	02/01/2014	Sim
Michel Temer	José Serra	13º Economista e Político	18/08/2016	Sim
	Aloysio Nunes Ferreira	14º Jurista e Político	07/03/2017	Sim

Jair Bolsonaro	Ernesto Araújo	15º	Letrado e Diplomata de Carreira	02/01/2019	Não
----------------	-----------------------	-----	---------------------------------	------------	-----

Fonte: elaboração própria (2020)

Como é possível notar, dos 15 discursos, 3 (20%) não operam a noção de pragmatismo. Porém, dois desses é devido a brevidade do discurso. O que chama atenção é último ministro. Além de não fazer uso do princípio do pragmatismo, seu discurso é centrado na negação do princípio do pragmatismo.

Figura 1: Análise Fatorial de Correspondência: Discursos de Posse dos Ministros de Relações Exteriores (1985-2019)



Fonte: Elaboração própria (2020)

Referências

AMORIM, Celso. **Discurso de Posse, no Palácio do Itamaraty, por Ocasão da Solenidade de Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, 2003**. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/61-ministros-das-relacoes-exteriores/166-celso-amorim>.

ARAÚJO, Ernesto. **Discurso de Posse, no Palácio do Itamaraty, por Ocasão da Solenidade de Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, 2017, 2019**. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/422>.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

CAMARGO, Brigido; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, nº 2, 513-518, 2013.

FERREIRA, Aloysio Nunes. Discurso de Posse, no Palácio do Itamaraty, por Ocasão da Solenidade de Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, 2017. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores?id=310>

GRIMMER, Justin; STEWART, Brandon. Text as Data: the promise and pitfalls of automatic content analysis methods for political texts. *Political Analysis*, vol. 21, 2013, p.267-297.

IZUMI, Maurício; MOREIRA, Davi. O Texto como Dado: desafios e oportunidades para ascências sociais. **BIB**, São Paulo, n. 86, 2018, pp. 138-174. Disponível em:<https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-86/11215-o-texto-como-dado-desafios-e-oportunidades-para-as-ciencias-sociais/file>

JANIS, Irving. O problema da validação da análise de conteúdo. In: LASSWELL, Harold e KAPLAN, Abraham. **A linguagem da política**. Brasília: UnB, 1979.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Content Analysis: an introduction to its methodology**. Londres: SagePublications, 2004.

LAFER, Celso. **Discurso de Posse, no Palácio do Itamaraty, por Ocasão da Solenidade de Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, 1992**. Disponível em:<https://www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/2-uncategorised/252-1992>.

LAFER, Celso. **Discurso de Posse, no Palácio do Itamaraty, por Ocasão da Solenidade de Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, 2001**. Disponível em:
<https://www.funag.gov.br/chdd/index.php/component/content/article/2-uncategorised/161-celso-lafer?Itemid=262>.

LIMA, Maria Regina Soares de; MOURA, Gerson. A trajetória do pragmatismo: uma análise da política externa brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 25, nº 3, 1982.

LIMA, Maria Regina Soares. Aspiração Internacional e Política Externa. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, n. 82, 2005.

MACHADO, Luís Alberto Figueiredo. **Discurso de Posse, no Palácio do Itamaraty, por Ocasão da Solenidade de Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, 2013**. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/61-ministros-das-relacoes-exteriores/172-luiz-alberto-figueiredo-machado>.

PATRIOTA, Antônio. **Discurso de Posse, no Palácio do Itamaraty, por Ocasão da Solenidade de Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores,**

2011. Disponível em:<https://www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/61-ministros-das-relacoes-exteriores/167-antonio-de-aguiar-patriota>.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Entre a Retórica e o Realismo: o peso da política exterior do Brasil de Vargas a Lula (1954-2005). In: SARAIVA, José Flávio S.; CERVO, Amado Luiz. **O Crescimento das Relações Internacionais no Brasil**. 2005.

SERRA, José. **Discurso de Posse, no Palácio do Itamaraty, por Ocasão da Solenidade de Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, 2016**. Disponível em:<https://www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/61-ministros-das-relacoes-exteriores/178-jose-serra>.

SETUBAL, Olavo. **Discurso de Posse, no Palácio do Itamaraty, por Ocasão da Solenidade de Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, 1985**. Disponível em:<http://funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/61-ministros-das-relacoes-exteriores/156-olavo-egydio-setubal>.

SODRÉ, Abreu. **Discurso de Posse, no Palácio do Itamaraty, por Ocasão da Solenidade de Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, 1986**. Disponível em:<http://funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/61-ministros-das-relacoes-exteriores/159-roberto-costa-de-abreu-sodre>.

VIEIRA, Mauro Luis Lecker. **Discurso de Posse, no Palácio do Itamaraty, por Ocasão da Solenidade de Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, 2014**. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/61-ministros-das-relacoes-exteriores/172-luiz-alberto-figueiredo-machado>.

VIZENTINI, Paulo. O Brasil e o mundo: a política externa e suas fases. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, p. 134-154, 1999.

MELLO, Flávia de Campos. O Brasil e o multilateralismo contemporâneo. **Texto para Discussão**, IPEA, n. 1628, 2011

SARAIVA, Miriam. Qual o Lugar de Ernesto Araújo na História da Diplomacia Brasileira. **Nexo Jornal**, 2020. Disponível em:<https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2020/05/08/Qual-o-lugar-de-Ernesto-Araujo-na-historia-da-diplomacia-brasileira>.

RELAÇÃO NORTE-SUL: UMA ANÁLISE ANALÍTICA DA RELAÇÃO POLÍTICA-DIPLOMÁTICA ENTRE AGUINÉ-BISSAU E PORTUGAL, DESDE PERÍODO PÓS-COLONIAL ATÉ DATA PRESENTE

Nicandro Oquete Indi¹

RESUMO

O presente texto científico, com reflexão de assuntos de marco teórico internacionalista, apresenta a diplomacia e a política como principais assuntos abordados, trazendo, analiticamente, ressaltos de extrema importância entre os dois estados em estudo: Portugal e Guiné-Bissau. O texto foca no exercício da política externa entre os dois países, sendo Portugal historicamente **ex**-colonizador. Portanto, o objetivo deste texto, é analisar os impactos que a Guiné-Bissau exerce nas relações políticas e diplomática com Portugal. Discutir também sobre quais são os cuidados que o Estado guineense deve ter para com o Estado português no que tange à diplomacia, verificando as influências do poder hegemônico colonizador nos assuntos da relação política com a nação guineense.

Palavras-chaves: Relação Diplomática e Política; Relação Internacional; Guiné-Bissau.

INTRODUÇÃO

O tema deste texto refere-se à relação diplomática entre a Guiné-Bissau e Portugal, restritamente nas relações políticas entre ambos países, desenvolvendo um estudo sobre os marcos teóricos do internacionalismo, sobretudo no domínio político. O texto se propõe a discutir a temática ligado aos assuntos diplomáticos, sendo estes países, os que confrontaram muitas lutas antes do período da independência do estado guineense.

O conteúdo a tratar neste artigo científico tem grande importância, visto que vai colocando as narrativas possíveis os salvos impactos que a Guiné-Bissau absorve nas relações políticas com Portugal. Por outro lado, o artigo discute sobre as relações tanto no período da colonização e quanto a pós-colonial. Entretanto, significativamente este trabalho científico chama também a atenção com relação à prudência necessária no que tange à intervenção de Portugal nos assuntos políticos do país concernente à diplomacia.

Objetivamente, o presente artigo pretende analisar a relação diplomática entre a Guiné-

¹ Nicandro Oquete Indi, estudante graduando em Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. E-mail: nicandroindi107@gmail.com

Bissau e Portugal, estudando o mecanismo de percurso diplomático para que o país não caia na diplomacia paralela, como diz Richard Burt (1998), avaliar até que ponto os fatores hegemônicos de Portugal poderão influenciar na arena internacional. Verificar os ganhos e perdas na política externa em que o país mergulhou enquanto ex-colônia de Portugal. E por fim, estudar a possibilidade da Guiné-Bissau, sendo ela de fato um país com menor índice de desenvolvimento, em como traçar as estratégias das políticas externas para que sempre haja equilíbrio com Portugal, relativamente aos assuntos políticos internacionalmente.

O texto conta com seis seções que caracterizam ideias para formação da discussão proposta. Primeiramente, ressalta a importância da situação geográfica de cada país, que às vezes influencia bastante no ponto de vista da geopolítica, e dos recursos naturais que o país mais necessitado tem e até que altura podem atrair o parceiro português. Em seguida, o texto apresenta outra análise que recai exatamente na exposição de conteúdos como diplomacia, relações entre os estados (diplomáticas, políticas e históricas). Num terceiro momento é apresentada uma visão crítica sobre as relações diplomáticas e políticas entre a Guiné-Bissau e Portugal. Por último, em sua seção final, o artigo trata dos impactos que a Guiné-Bissau possui nas relações com Portugal.

1 Situação geográfica da Guiné-Bissau e de Portugal

Sendo este um estudo de dois países na arena internacional, nos remete abordar sobre a situação geográfica desses países, com vistas a posicionar os interesses de cada um, no que tange à geopolítica. A Guiné-Bissau fica situada na costa ocidental da África, entre o Senegal (ao Norte) e a Guiné Conakry (a Leste e ao Sul). É um país pequeno, com área de 36.125 km², dos quais 22% constituem zonas fluviais, com numerosas ilhas ao longo da costa bastante recortada; apresenta na parte continental a extensão máxima de 300 km e a maior largura com 250 km. Tem abundante floresta hidrófila, regiões pantanosas e manguezais, estes sob a influência das marés de grandes amplitudes podendo a entrada de águas marinhas ir além dos 100 km, no seu interior (REINNER, 2002). Tudo isso demonstra que o país está situado entre ex-colônias francesas, fator que pode contribuir bastante e manter a sua relação com Portugal para que não seja afetado pela colonialidade da dominação de duas matrizes coloniais, neste caso, Portugal e França.

Portugal é uma nação costeira no sudoeste da Europa. Sua zona continental está localizada na Península Ibérica e faz fronteira somente com uma única nação, a Espanha (ao

este e ao norte, ao longo de 1214 km). Ao Sul e a oeste, Portugal faz fronteira com o Oceano Atlântico. Portugal também possui territórios nas ilhas atlânticas da Madeira e Açores (cujas formações são de origem vulcânica), que ocupam posições estratégicas ao longo do mar do Oeste e se aproxima do estreito de Gibraltar (localizado entre o Mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico). A área total deste país é de 92.391 km², dos quais 91.951 km² são no continente e 440 km² são marítimos. A costa portuguesa possui 943 km de extensão no setor continental e 667 km nas ilhas da Madeira e Açores, (PACIEVITCH, s/a). Portugal possui capacidade de navegação, fato que levou-o a apoderar-se com as viagens aos outros espaços.

2 Diplomacia e relações entre os Estados

A diplomacia é entendida, segundo Sousa Galito (2011), como um instrumento prático da política externa de Estado, no entanto, cada Estado possibilita uma boa relação diplomática baseada nos princípios fundamentais das necessidades nacionais, acautelando com as perdas que possam acontecer, vivenciando e fortificando os interesses do povo. “A diplomacia é a arte do possível, gere objetivos mensuráveis, pelo que hierarquizáveis em função de prioridades”, (SOUSA GALITO, 2011, p.02). Segundo Hans Morgenthau (1993), defensor de ideias realistas, diz que a diplomacia é vista como poder, portanto definiu-a como cérebro de interesse nacional. Baseado na ideia de Morgenthau, é possível entender que o Estado tenha um corpo diplomático bem munido de capacidades de ação em defesa do interesse nacional.

As relações entre os Estados, independentemente das questões históricas e de exercício do poder hegemônico, cada estado enquanto soberano e democrático e de direito, tem por livre vontade criar-se a relação com outro estado baseando fortemente no interesse do povo. Evitando uma relação de dominação entre os estados, para que não caia naquilo que Richard Burt chama “diplomacia paralela”. Por isso Galito vem dizendo que:

Os países relacionam entre si sob diferentes graus de risco, velando por conveniências próprias que resistem ou se adaptam à conjuntura e aos fatores de mudança. Portanto, a política externa é influenciável pelo fator tempo, porque elaborada e executada segundo os cânones da época. (SOUSA GALITO, 2011, p.6)

Nas relações entre os estados exercitadas pelo corpo diplomático é imprescindível saber distinguir as relações de amizade e as relações políticas entre partes, pois quando uma se sobrepõe à outra, corre-se o risco de ter uma relação errada, pois amizade refletida às vezes nas relações pessoais acaba por causar interesse nacional.

Em relação a este aspecto importante dos diplomatas, Sousa Galito, (2011, p.08) vem

realçando que, “[...] os diplomatas possuem margem de manobra no cumprimento das tarefas que lhes são atribuídas. Pelo que a diplomacia deve ser preferencialmente efetuada por profissionais que não privilegiem obrigações puramente administrativas ou se deixem arrastar pela inércia”. Então, tanto e quanto serve de estado ainda bem se era um país que sofria a colonização, precisa exatamente se vincular com ideia proposta de Galito para compreender a política externa e que evite de forma possível para suas ações sejam efetivamente arrastadas a inércia.

2.1 As relações políticas

As relações políticas são providas a partir dos exercícios políticos os interesses de cada Estado. A política é uma atividade de desenvolvimento do Estado, Morgenthau (1993) que indica a posição de interesse de cada Estado, para que não venha cair no pior devido à complexidade da política, fato que exige a racionalidade dos órgãos da soberania, as relações políticas têm manobras tanto teóricas assim como práticas, as quais possibilitam o campo de jogos que talvez com a intenção de escamotear os interesses do outro. Sempre lembrando do fator do poder que se opera na diplomacia, reage (Morgenthau, 1993). As teorias realistas sobre a política internacional determinam que, segundo Sardenberg (2003), afirma que o conceito de interesse definido como poder impõe ao observador uma disciplina intelectual e introduz uma ordem racional no campo da política, tornando possível, desse modo, o entendimento teórico da política.

Saliento que, nas relações políticas, muita atenção é necessária no que tange à ideologia econômica, ao sistema e ao regime político, visto que a interposição do poder sempre é contada na arena internacional. Com isso podemos dizer que entre Guiné-Bissau e Portugal, no palco das relações políticas, vai haver muita influência de Portugal devido à realidade da colonização e ao poder hegemônico imposto. Portanto, servirá à Guiné-Bissau uma atenção para com todos estes poderes oriundos da colonização. Neste caso, a Guiné-Bissau precisa de muitas manobras estratégicas em certas relações nas quais Portugal, historicamente, se apresenta com toda garantia do poder. Apesar de a colonização ter acabado, porém os efeitos da colonialidade ainda se mantêm firme, e continua monopolizando e renovando automaticamente as relações que, de certa maneira, são benéficas cada vez mais para Portugal.

2.2 Relações históricas

Face a este conceito importante, referentemente ao princípio histórico entre estes dois estados, vale a pena ressaltar o “mito de descobrimento”, pensado pelo historiador Jose ki-zerbo (2010), quando falou da ideia de Portugal concernentemente à descoberta de outros estados, inclusive Guiné-Bissau. Entretanto, relativamente a este mito, vem explicando que a Guiné-Bissau foi “descoberta” nos anos 1446, pelo navegador Português Nuno Tristão. Logo no século XIX começou a colonização portuguesa, com vistas à ocupação, dominação, exploração e manutenção de toda sua “civilização portuguesa”. Mamadu Djalo (2006) explica que, em relação ao processo da dominação colonial portuguesa da Guiné-Bissau, de 1446-1447, considera-se relevante apresentar que já haviam povos neste país antes da chegada dos portugueses.

De acordo com Mamadu (2006), em 1588 os invasores fundam, junto à costa, o povoado de Cacheu, localizado no norte do território, criado como sede e que recebeu os primeiros contingentes portugueses. Porém, Cacheu já existia antes da colonização e a ideia dos portugueses sobre a ocupação induziu os capitães de contingentes a estabelecerem um espaço que lhes servia como base para fundamentar os seus contatos e concretizar os seus objetivos. As relações políticas na altura eram monopolizadas, porque as comunidades que exerciam o papel do Estado a partir de grupos étnicos foram todas marginalizadas. A partir desse pressuposto, diz Djalo:

As estruturas políticas e sociais dessas sociedades possuíam um caráter intensamente comunitário, desempenhando o indivíduo funções com importância [...], a colonização dessas sociedades que se encontrava noregime tribal, sofrera uma influência cultural intensa, que determinou, em parte, a sua desagregação assistindo a uma gradativa assimilação a cultura do colonizador, (DJALO, 2006, p.04).

Considero que as relações que existiam entre os estados na era colonial não eram expresso na vontade de partes, fato que justifica a não existir de um documento legítimo internacional sobre os tratados igual a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (CVRD) um tratado adotado em 18 de abril de 1961, que por sua vez tentou sistematizar as cooperações entre os estados.

Então, a opressão colonial sobre as sociedades comunitárias guineenses fez com estas sucumbissem a tantos aparatos de portugueses. Tudo isso resultou na guerra de libertação, que aconteceu no ano de 1963. A partir dos anos 60, foi um período de muita preocupação para Portugal em relação a todas as suas colônias na altura. A Guiné-Bissau conquistou a sua independência em 1973, procurando já a sua era pós-colonial, passando a ser um país livre. Silva (1997), diz que a liberdade quer dizer, autodeterminação completa, proibição do recurso à força

e da intervenção estrangeira, banimento dos tratados desiguais, da ocupação estrangeira, das bases militares. O autor diz isso em função dos direitos da cooperação internacional, dos princípios da liberdade, universalidade e igualdade, possibilitando a força da vontade de um país independente, agindo soberanamente. Fica a pergunta: “Será que, no caso da Guiné-Bissau, essa relação de dominação acabou?”

3 Visão sobre relações diplomáticas e políticas

No panorama analítico sobre relações diplomáticas entre a Guiné-Bissau e Portugal, verifica-se debilmente uma inserção e trocas entre ambos Estados concernente à aproximação da dependência total ou submissão por parte da Guiné-Bissau. Como prova disto, é possível citar os apoios nas produções de alguns documentos de eleições; as implementações de modelos educacionais enfatizados pelo governo da Guiné-Bissau; a viabilização da TAP (Transporte Aéreo Português); a função da falácia de apadrinhamento da Guiné-Bissau no espaço internacional; entre outros fatos. De fato, no meu ponto de vista, Portugal não tem grande interesse necessariamente de tanto benefício material por parte da Guiné-Bissau. Talvez a preocupação seria de continuar incentivando seu poder e controle indireto (colonialidade) a partir dos governantes guineenses que pensam que a verdadeira forma de desenvolvimento do país precisa ser, necessariamente, uma cópia do sistema português. Entretanto, continuando a alienar ou assimilar os nossos governantes com objetivo de saber obedecer e inclinar a política da governação de Estado, alinhada ao modelo português. (HANS MORGENTHAU, 1993).

Desde cedo, a Guiné-Bissau viveu a constituição de uma cópia de Portugal, fato que enfatizou flagrantemente o poderio português em relação às instituições guineenses. É importante compreender que as realidades atuais dos dois países são diferentes, no entanto Portugal, como potência colonizadora, não podia enxergar a Guiné-Bissau, como se fosse no período colonial.

Portugal, como ex-colonizador da Guiné-Bissau, tem muita chance de monopolizar o estado guineense não só nos assuntos internos do país, mas sim a nível internacional. A relação entre estes países é efetivamente equilibrada. Por um lado, possibilita ascensão da Guiné-Bissau a um certo patamar de obtenção de chances e, por outro lado, continua alimentando o prestigiando a luso em função das dependências criadas para a Guiné-Bissau e aproveitando, indiretamente, para dominar o estado guineense.

A participação de Portugal nos conflitos políticos guineenses é indireta, tudo em função

de ganho e aproveitamento de oportunidades. Também Portugal serve como receptor de exílios políticos guineenses. Vale aqui questionar: “Por que Portugal e não outros países? Além de receber os exilados políticos, e depois estes governantes amparados pelos assuntos políticos, voltem a Guiné-Bissau com intuito de liderar. No caso de Nino Vieira, Cadogo Junior, dentre outros que voltaram ao país com intuito de liderá-lo apesar de não terem obtido o sucesso esperado. Daqui podemos subentender a ação de Portugal sobre tais manobras políticas.

Portugal não conseguiu manter uma dominação mais efetiva nas suas ex-colônias, como caso de França e Inglaterra. Por isso o nível de “amizade” para com as suas ex-colônias não se tornou boa. Se observarmos a forma como as independências das ex-colônias africanas foram acendidas, é possível entender que as relações de Portugal com qualquer país lusófono na África, não está configurada como se fosse uma relação entre estados soberanos, pois Portugal impõe seu domínio e suposta superioridade como colonizador. Este fator requeira muita interferência nos aspectos diplomáticos, como ressalta, Silva (1997). Em termos de igualdade entre os estados na arena internacional.

Um país como a Guiné-Bissau, cheio de conflitos políticos, facilmente pode ser influenciado na arena internacional devido à necessidade do estado, sob o interesse específico de qualquer potência internacional, quer vizinho ou não. É notório que a maiorias conflitos políticos africanos é influenciada pelas potências europeias em detrimento dos benefícios guineenses, afirma FAGUNDES VISENTINI (2008). Com relação a isso, Paiva (2013) acrescenta que:

A relação de Portugal com África foi sempre considerada como um dos aspectos fundamentais da política externa portuguesa. A própria ‘autonomia da nação’ dependeria em parte do potencial dessa relação, vista como uma forma de ultrapassar as limitações naturais do país ao nível da sua dimensão geográfica, humana e potencial económico. O principal objetivo e argumento primordial deste texto é assim tentar demonstrar a persistência de uma ‘dimensão africana’ na política externa portuguesa contemporânea, bem como a ideia de que existe um consenso nacional alargado quanto a isso. (PAVIA, 2013, p. 01).

O autor Pavia nos traz uma abordagem de extrema importância sobre política externa de Portugal em relação a África, principalmente em relação aos países lusófonos, apresentando razões para a ideia de nação e de alargamento do seu limite nas questões econômicas dos estados que eram colonizados.

4 Impacto da Guiné-Bissau na diplomacia com Portugal

É evidente que nas as relações políticas entre dois países sempre há que haver ganho por uma parte e perda por outra parte, dependendo da necessidade, de capacidade econômica e da posição de cada país, e nível de desenvolvimento, de acordo com Morgentau (1993). Portanto, em relação a estes fatores, torna-se claro que a Guiné-Bissau sempre vai correr riscos de perda e terá que ceder, na maioria das vezes, uma parte da sua soberania, com vistas a conseguir algo. Portugal, considerado como potência colonizadora, vai reforçar seus domínios e privilégios sobre sua ex-colônia.

Para que a Guiné-Bissau melhore a sua diplomacia com um país, o qual mantém uma relação de subalternidade e marginalização, precisa se revestir da boa governação e possuir grupos diplomáticos capacitados em saber viabilizar a intenção das necessidades do Estado, garantindo a reciprocidade necessária à manutenção da soberania do Estado.

Segundo Ricardo Luigi, (2005, p.5), “A ordem internacional é anárquica.” Concernente a afirmação do autor, esta traz coragem aos estados que parecem inferiores no poder, que tenham empenhado nas relações usando o poder que tiver, sem submissão, pois nenhum estado se assenta sobre o outro no espaço internacional. Tomas Hobbes (2003), chamou muita atenção quando descrevia sobre a luta dos estados relativamente aos seus interesses na arena internacional. O autor considerou o espaço internacional como um palco de luta e demonstração de poder. Isso nos remete ao pensamento justamente sobre os dois países em estudo, constatando que Portugal, pelo seu avanço e desenvolvimento, conquistado à custa da exploração colonial, opera muitas manobras para influenciar a Guiné-Bissau. Logo, Portugal não favorece uma situação igualitária com o Estado guineense no que diz respeito à parceria inclusive nos assuntos políticos.

Fanon (2011), citado por Peri Mesquida entre outros, indica muito bem como se agrupam, respectivamente, os dois mundos: o do colonizado e o do colonizador. Entretanto no que diz respeito ao poder que se estabelece entre os dois há uma disputa que implica sempre o desejo de dominação, de reprodução da situação colonial, e não sua erradicação. O colonizado tem como único modelo referencial o mundo do colonizador e, portanto, espera utilmente chegar ao seu lugar: sonha os seus sonhos, deseja os seus desejos e vive em função da superação da situação de “inferno” gerada pelo dominador, para chegar ao “paraíso”, que é o lugar onde se encontra o colonizador.

Para Fanon (2011), o olhar do colonizado reflete o olhar do próprio colonizador. Apesar de o autor citado não ser é internacionalista, suas ideias nos, ajudam a compreender solidamente

a temática em estudo. Pensando efetivamente no processo que o país colonizado vai percorrendo para alcançar o seu bem-estar, no caso Guiné-Bissau, o país se torna cada vez mais submisso ou sofre o peso da hegemonia da potência colonizadora, no caso, Portugal. Portanto, a nação guineense, levando em conta a ideia de Fanon, precisa saber pontuar as suas necessidades e saber como sonhar para não sair perdido ou alienado no processo internacional.

Considerações finais

Neste artigo, interessou-me fazer uma abordagem analítica no que toca ao processo da relação entre estados com vínculos históricos vividos em conjunto. Os assuntos discutidos durante as seções marcadas neste artigo trouxeram, em primeiro lugar, uma abordagem sobre as situações geográficas dos países Guiné-Bissau e Portugal, fator que influencia muito a geopolítica das relações internacionais. Em seguida, apresentei seções ligadas ao conteúdo da diplomacia, relações diplomáticas e políticas, visto que foram conceitos importantes basicamente para compreender e trazer os marcos históricos que possibilitassem melhor análise da questão.

O texto discutiu também sobre as relações históricas entre Guiné-Bissau e Portugal, isto é, realçou, em síntese, os fatores históricos ao longo dos períodos pré-colonial, colonial e pós-colonial. Isso permitiu que houvesse uma interpretação das relações desde que ambos os países iniciaram suas relações internacionais. Este trabalho científico revelou as marginalizações historicamente feitas e o domínio total do poder pela potência colonizadora, neste caso, Portugal.

Consequentemente, foi abordado uma concepção da visão sobre as relações entre estes dois países, na qual narrativa textual nos indica praticamente que a Guiné-Bissau como o país com menos desenvolvimento em relação a Portugal, sofre muitas manobras políticas portuguesas e busca estratégias para que a sua soberania não seja devastada. A visão do espaço internacional é disputada pelo poder, segundo (HANS, 1993), então esse fator exige que, de certa maneira, a Guiné-Bissau precisa de corpos diplomáticos e governos não alienados e que saibam colocar os interesses do estado acima de outros interesses, mesmo com a cedência de uma parte da soberania subjetivamente, porém que pautem na necessidade do país.

Por fim, foi muito importante quando o texto descreveu o impacto que a Guiné-Bissau tem em relação à diplomacia com Portugal, entendendo que sempre, gera ganhos e perdas na

arena internacional. Entre estes dois países houve o fator colonial que dificilmente vai permitir que Portugal queira um equilíbrio de posições e nem um avanço de ganhos da Guiné-Bissau nas suas relações. Independentemente dos efeitos da colonialidade que opera no país ex-colonizado, a potência colonial está lutando cada vez mais para que a sua autoridade colonizadora e supostamente superior não se abale.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REINNER. **Geografia da Guiné-Bissau**. Portal digital, (2002)

SOUSA, G.M. **Relação diplomática e política entre os estados**. CI-CPRI, AI, N12, PP. 02-06. (2011)..

JR, Gelson Fonseca e UZIEL, Eduardo apud, MORGENTHAU, Hans. **Políticas entre as nações e as Nações Unidas**. Diretor – Centro de História e Documentação Diplomática, no Rio de Janeiro | 20080-002, Av. Mal. Floriano, 196 – Centro, Rio de Janeiro – RJ, Brasil | gelson.fonseca@gmail.com. Ministério das Relações Exteriores do Brasil | Palácio do Itamaraty – Esplanada dos Ministérios – Bloco «H» – Brasília/DF Brasil – 70170900 | uziele@gmail.com

PAVIA, J.F. **Política externa de Portugal a África contemporânea**. (2013, PP. 01)

FONSECA, G et al, apud MORGENTHAU, HANS. **Políticas entre as nações**. (2008)

DJALO, Mamadu. Processo da ocupação da Guiné-Bissau, um olhar sociológico da dominação. (2012)._. Educação e domínio colonial no século XX: uma pesquisa documental sobre a Guiné-Bissau no período de 1960 a 1974. Florianópolis, 2006.

FANON, Franz. **Peua noire, masques blancs**: Editions du seuil, 1971.

SILVA. **Autodeterminação e liberdade dos estados**. (1997).

BURT, RICHARD et al. **Prioridades da diplomacia: segurança, prosperidade e humanidade**. (1998)._. Classificação da diplomacia: diplomacia paralela. (1998).

NOUR, Soraya¹; ZITTEL, Claus. **O historiador e o teórico**. A historiografia de Hobbes na teoria das relações internacionais. Contexto int. vol.25 no.2 Rio de Janeiro July/Dec. 2003. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292003000200001>

**GRUPO TEMÁTICO (GT) 3 – TERCEIRO SETOR, SOCIEDADE CIVIL GLOBAL E
DIREITOS HUMANOS**

**DIÁSPORA EM CONTEXTO PANDÊMICO: panorama atual da crise dos
refugiados rohingyas**

*Antonio Matias Especialista em Cooperação
Internacional, Diplomacia e Políticas Públicas – Uninter Bacharel em
Relações Internacionais Fadic*

*Maria Eduarda S. de Almeida - Bacharel em Relações
Internacionais - Fadic*

*Wanessa Teixeira - Bacharel em Relações
Internacionais - Fadic*

RESUMO

A situação de superlotação observada nos campos de refugiados, em especial em Bangladesh, somando ao contexto da pandemia do novo coronavírus, emerge o debate acerca dos direitos dos refugiados diante de uma crise de saúde pública de caráter mundial. O referido estudo aborda especificamente o caso dos refugiados rohingyas trazendo, inicialmente, uma visão geral dos contextos históricos e atuais que deram origem à migração forçada deste povo. Consecutivamente houve uma discussão e análise sobre a atuação da Comunidade Internacional nesta crise humanitária. E por fim, é apresentado o panorama atual dos refugiados rohingyas no contexto da pandemia da covid-19, tendo como resultado principal aumento da complexidade dos desafios enfrentados por esta etnia.

PALAVRAS-CHAVE: Refugiados; Rohingya; comunidade internacional; crise humanitária; Covid-19.

ABSTRACT

The situation of overcrowding is observed in refugee camps, especially in Bangladesh. Adding to the context of the new coronavirus pandemic raises the debate about the rights of refugees in the face of a global public health crisis. This study specifically focuses on the case of rohingya refugees, initially bringing an overview of the historical and current contexts that gave rise to the forced migration of these people. Consecutively, there was a discussion and analysis on the role of the International Community in this humanitarian crisis. And ultimately, the current panorama of Rohingya refugees in the context of the covid-19 pandemic is presented, with the main result of an increase in the complexity of the challenges faced by this ethnic group.

KEYWORDS: Refugees; Rohingya; international community; humanitarian crisis; Covid-19

INTRODUÇÃO

A crise humanitária dos refugiados rohingyas está associado diretamente a negação do reconhecimento deste grupo étnico como agentes de direito por parte do governo de Mianmar. A negação tem como justificativa, por parte do governo, de que os rohingyas são nativos de Bangladesh, sendo assim o dever de assistência de direitos deveria ser provida por esta nação, mas a mesma também não os reconhece. Entretanto, a população rohingya alega que são nacionais de Mianmar, uma vez que são descendentes de comerciantes muçulmanos trazidos para o país, através da exploração britânica. É válido salientar que este conflito não está apenas ligado as questões territoriais, mais também, tem motivação religiosa, tendo em vista que o Mianmar é um país majoritariamente budista que compreende a cultura islâmica como uma ameaça.

O conflito e a luta dos rohingyas pela legalização e reconhecimento pelo governo do Mianmar já era tema de políticas na localidade desde a independência do país em 1948. Mas, no ano de 1962, se estabeleceu uma ditadura militar e o direito de reconhecimento como cidadãos foi negado pelo governo. Nos anos posteriores houve o agravamento da violência e desestabilização do estado em que os rohingyas viviam, resultando no aumento da migração forçada por parte deste povo.

A luta da etnia rohingya por reconhecimento se arrastam por anos, mas foi em 2017 que ocorreu uma escalada de violência que obrigou as pessoas desta minoria abandonar as suas residências em Mianmar e procurar abrigos em países da região, principalmente em Bangladesh, Indonésia e Laos. O alto fluxo migratório somado a denúncias de possível desrespeito aos direitos humanos, culminou na atenção e discussão por parte de entidades e organismos internacionais, assim como alguns representantes da sociedade civil.

Atualmente, o maior número de refugiados rohingyas estão abrigados em Bangladesh, onde o governo local está comprometido em ajudar e apoiar estes imigrantes. No entanto, a onda migratória de refugiados rohingyas levou à criação de acampamentos em condições de insalubres e precárias, em razão disso, as autoridades locais da região se uniram as organizações internacionais para prestar assistência nesta crise humanitária. Não obstante, esse cenário da crise dos refugiados rohingyas foi agravado mais ainda pela pandemia do novo coronavírus que aumentou as adversidades já existentes.

Deste modo, o presente artigo visa analisar a situação desafiadora da diáspora rohingya frente ao panorama pandêmico da covid-19, problemática que envolve o contexto do artigo e

seu objetivo de discussão. Para tal, será realizado uma pesquisa quantitativa e descritiva. Para isso ocorrerá à utilização de dados secundários, sendo realizada uma pesquisa bibliográfica em obras literárias, artigos e websites, ocorrendo análises e interpretações dos dados coletados e selecionados, direcionando para enriquecer o contexto em questão.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA

A diáspora do povo rohingya pode ser entendida através da análise do conflito étnico-religioso presente em Mianmar, sendo este construído e impulsionado por eventos históricos singulares que circundam os temas de construção identitária e nacional deste país.

Mianmar, ou República da União de Mianmar, é um país localizado na região sudeste do continente asiático fazendo fronteira com países como: Bangladesh, Índia, Laos, Tailândia e China. A localização geográfica do país é estratégica para fins de rotas marinhas e navegação, com isso, a grande parte da distribuição da população se dá em áreas costeiras ou às margens do rio Irrawaddy¹, sendo a região do extremo norte a mais povoada (FACTBOOK).

Como citado acima, a questão étnica é um dos elementos fundamentais para se entender a situação da crise migratória do povo rohingya, isso ocorre devido ao país ser composto por mais de 135 grupos étnicos que possuem sua própria língua, história, cultura e religião. Apesar do elevado quantitativo de povos, o governo de Mianmar não reconhece todos os grupos, à exemplo os rohingyas.

O governo birmanês tenta provar que os rohingyas são imigrantes ilegais que foram trazidos pelos colonos britânicos entre os séculos XIX e XX (BARI,2018). Em contrapartida, existem comprovações históricas que mostram o contrário. Essa divergência acaba por acentuar a discussão sobre os rohingyas, além de evidenciar o teor de complexidade sobre este tema.

Segundo o renomado historiador de Bangladesh Dr. Abdul Karim, houve quatro fases da presença muçulmana em Mianmar, resultando na interação com diversas conexões étnicas advindas da descendência de comerciantes mouros, árabes e persas, incluindo soldados munghal, turks, pathan e bengalis (AHMED,2010). Essa evidência histórica reafirma a versão da presença muçulmana em Mianmar, que se deu desde o século VIII.

A percepção acerca da construção social de Mianmar/Birmânia, sobretudo da

¹ O Irrawaddy tem cerca de 2.170 km de comprimento, enquanto sua bacia cobre 413.710 km², dos quais 91% fica em Mianmar, cerca de 5% (21.400 km²) na China e 4% (17.400 km²) na Índia. O rio descarrega cerca de 400 km³ de água no Mar de Andaman. Isso equivale a cerca de 160 milhões de piscinas olímpicas. é o rio economicamente mais importante de Mianmar.

presença dos rohingya na região do antigo estado do Arracão², atual estado de Rakhine, é um dos principais elementos que deve ser observado. Esse local é uma das áreas mais pobres do país, apesar da abundância em recursos naturais possibilitar um potencial exploratório, que poderia ser benéfico, no que tange questões econômicas e sociais locais.

A atual realidade de Rakhine é diferente se comparado com o cenário entre 1430 a 1784, onde o local ainda era conhecido como Arracão. A região era considerada rica e demonstrava prosperidade em vários âmbitos, inclusive relativo à paz (BARI, 2018). Em relação à Birmânia, o núcleo da civilização se deu ao longo do vale Irrawaddy, culturalmente ligada à região tibetana podendo ser um dos fatores de explicação para a propagação precoce do budismo na Birmânia (IBRAHIM, 2016).

A interação entre as regiões se deu de forma paulatina, uma das causas para esse distanciamento se deu devido as condições geográficas, neste caso, a cordilheira do Rakhine. Foi apenas em 1000 d.C. quando o grupo étnico Rakhine, que vivia no centro da Birmânia, locomoveu-se para o Arracão. Nos anos posteriores a relação entre eles oscilou entre períodos de independência em relação a Birmânia, mas por volta de 1784 e 1785, o Arracão foi invadido pela Birmânia e cerca de 200.000 arracaneses³ morreram pelo rei birmanês.

Já em 1796, em uma tentativa sem êxito de despossar o governo birmanês, houve o primeiro êxodo do povo arracanese muçulmano para Chittagong. (IBRAHIM, 2016). Nos anos correspondentes a 1826 a 1948, a Birmânia sofreu o processo de colonização pelo império britânico ocasionando várias consequências na interação entre os povos que ali viviam. Concomitantemente, o legado colonial, além da religião, desempenhou um papel na divisão do povo na região do Arracão.

O Império Britânico participou de conflitos com a Birmânia, aos quais ficaram conhecidos como guerras Anglo-Birmanesas. A ocupação colonial iniciou-se pelo Arracão se estendendo por todo o território nacional no ano de 1885. Durante a ocupação britânica houve um acirramento nas relações entre os birmaneses e os muçulmanos que viviam na região devido ao desconforto por parte dos budistas birmaneses que acreditavam que os ingleses priorizavam grupos minoritários. É importante salientar que o fluxo de muçulmanos na região vindo de Chittagong, cidade localizada em Bangladesh, estava crescendo motivado pela necessidade de mão de obra qualificada para o Arracão, dando destaque ao Tratado de Yandabo⁴.

² Arracão é o atual estado de Rakhine, o nome foi mudado por volta do ano de 1989.

³ O termo arracanese muçulmano, citado anteriormente, surgiu com o processo de politização das duas principais identidades que viviam no Arracão, que eram os arracaneses budistas e os muçulmanos. Os budistas do Arracão, acabaram por se auto denominar de Rakhine, já os muçulmanos arracaneses adotaram o nome de rohingya.

⁴ Foi o tratado de paz que pôs fim à Primeira Guerra Anglo-Birmanesa. O tratado foi assinado em 24 de fevereiro

A II Guerra Mundial foi um evento histórico que deve ser destacado devido à influência na segregação dos grupos étnicos em Mianmar, guiado em prol dos interesses do império britânico, destacando também a invasão japonesa ao país. Os rohingyas apoiaram os ingleses e, em contrapartida, os budistas apoiaram o Japão, lados contrários e rivais na guerra. Neste período também houve a formação de guerrilhas que intensificaram o atrito étnico e, conseqüentemente, a violência entre os mesmos.

Apenas no ano de 1948 ocorreu o processo de descolonização da Birmânia, juntamente com a necessidade na construção dos valores nacionalistas e étnicos. O país recém liberto foi chamado de União de Birmânia e demonstrou desde o início ter um certo descaso em relação as minorias étnicas, como pode-se observar no tratamento com os muçulmanos que viveram no Arracão por gerações terem apenas o status de residentes, mas não nativos.

A primeira constituição da Birmânia criada em 1947 contemplou o status de total nacionalidade para poucas etnias, sendo os rohingyas considerados pertencentes a um grupo étnico indígena da região. Isso mudou quando o general Ne Win assumiu o controle do governo em 1962. Lentamente, o nacionalismo extremo baseado na religião e na etnia tomou conta⁵.

Posteriormente, com o golpe de Estado e instauração do governo militar, foi criada uma nova constituição e nela houveram várias mudanças a respeito do país⁶, desde o seu nome que mudou de União da Birmânia para República Socialista da União de Birmânia, além da intensificação da marginalização de minorias étnicas, adoção de censura, suspensão de parlamento e abolição de comércio privado. Deste modo, pode-se perceber que a partir do final dos anos 60 a perseguição aos rohingyas se acentuou se caracterizando inclusive como genocídio pela Organização das Nações Unidas.

Em 1982 surgiu a Lei da Cidadania que definiu em documento uma espécie de categorização dos cidadãos da Birmânia. Essa categoria de identificação foi dividida por cores e em cartões, sendo os cartões rosas destinados aos cidadãos plenos; os cartões azuis cidadãos associados; e por fim, os cartões verdes para as pessoas que se naturalizaram birmâneses; e o

de 1826, quase dois anos após a eclosão formal da guerra em 5 de março de 1824, pelo general Sir Archibald Campbell no lado britânico e o governador Maha Min Hla Kyaw Htin no lado birmânês. Os birmâneses foram forçados a aceitar os termos britânicos sem discussão. Dentre os termos acordados estava a assinatura de um tratado comercial, troca de representantes diplomáticos, pagamento de indenização, cessar as interferências nas regiões de Cachar de Assam e no distrito de Jaintia Hills e ceder aos britânicos Assam, Manipur, Rakhine (Arakan) e a costa de Taninthayi (Tenasserim) ao sul do rio Salween.

⁵ Para mais informações: <https://exhibitions.ushmm.org/burmas-path-to-genocide/chapter-2/driving-out-foreigners>.

⁶ Ainda no período militar houveram mudanças no nome de diversos estados e do país. Em 1989, Birmânia passou a ser chamada de Mianmar, assim como o estado do Arracão foi modificado para Rakhine. Ambas mudanças tiveram como inspiração o budismo e o regime militar.

branco para os estrangeiros. Desde então, os rohingyas foram excluídos dessa classificação, sendo enquadrados como “imigrantes bengales”, neste caso o status de apátrida foi adquirido por não serem reconhecidos como cidadãos de Mianmar.

Os rohingyas assim como outras minorias ao longo de vários eventos ocorridos ao longo da história, acabaram sendo submetidos a trocas de administração que culminou, de certo modo, em fissuras advindas do movimento fronteiriço que mudou a dinâmica de convivência entre as comunidades, impactando diretamente no processo de integração, resultando também em problemas de identidade não resolvidos na região, que por sua vez gerou descontentamentos e conflitos.

Os ciclos de violência contra os rohingyas foram se intensificando ao longo dos anos acarretando uma onda migratória para vários países asiáticos da região, em especial, Bangladesh. Segundo dados dos Médicos Sem Fronteiras, embora a escala e a velocidade do último movimento populacional em 2017 não tenham precedentes, não foi a primeira vez que os Rohingya foram expulsos de Mianmar. Em 1977, houve a criação da Operação Rei Dragão (Naga Min) no estado de Rakhine, em que a minoria étnica Rohingya foi considerada "ilegal" após ter sido retirada de sua cidadania, iniciando assim um ciclo de deslocamento forçado. No mesmo ano e no seguinte, A Operação Dragon King inclui prisões em massa, perseguição e violência horrível, levando cerca de 200.000 Rohingya através da fronteira para Bangladesh.

Em 1989, a criação do Conselho Estadual de Restauração de Leis e Ordens aumenta sua presença militar no norte do estado de Rakhine, e os Rohingya estão supostamente sujeitos a trabalho compulsório, relocação forçada, estupro, execuções sumárias e tortura. Cerca de 250.000 rohingya fogem para Bangladesh. Ao longo dos anos posteriores o fluxo migratório continua até a última onda migratória, até então datada, que resultou na expulsão de 530.000 rohingya de Mianmar.

A onda migratória trouxe vários impactos no âmbito interno e externo de Mianmar, mas são os efeitos físicos e psicológicos da violência sistêmica que ganharam notoriedade no Sistema Internacional provocando uma reação contrária por parte de vários países, organizações e ativistas ao redor do mundo.

2 ANÁLISE DA RESPOSTA INTERNACIONAL DURANTE A PANDEMIA PARA O POVO ROHINGYA

Esta seção tem como foco descrever os eventos mais recentes, principalmente no contexto da crise da COVID-19, que integram processos de violação de direitos humanos do povo rohingya. Outro ponto a ser tratado, diz respeito a tentativa de entendimento dos motivos

que levam os atores do sistema internacional, incluindo Estados Nacionais, Organismos internacionais e intergovernamentais, dentre outros a serem lenientes no que tange as respostas efetivas à crise humanitária originada no Mianmar e intensificada pela COVID-19 e que reverbera regional e mundialmente como crise atual, porém longe de ser recente e de ter um desfecho concreto. Diante disso analisará de forma concisa as relações da pandemia com sua estrutura globalizante perpetrada pelas ações, ou falta dessas, em meio a uma crise humanitária.

O deslocamento da população rohingya no decorrer dos últimos anos foi intenso, principalmente em direção a Bangladesh, como citado anteriormente. Esse cenário é fruto de repetidas violações de direitos humanos contra essa população no estado de Rakhine, atrelado a diversas restrições do governo do Myanmar à entrada de organizações humanitárias que acarretou ao agravamento da insegurança alimentar e da desnutrição crítica dos habitantes muçumanos rohingyas. (HUMAN RIGHT WATCH⁷, 2017)⁸.

2.1 PANORAMA GERAL NO CONTEXTO DA COVID-19

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS), qualificou as ocorrências de casos da COVID-19 como uma Pandemia em escala global, o que por sua vez gerou declarações emergenciais e bloqueios fronteiriços. Diante desse aspecto, Bangladesh e Mianmar prontamente estabeleceram mecanismos de contenção da propagação do vírus através de medidas de isolamento social.⁹

A pandemia do novo coronavírus corresponde a mais um desafio para a comunidade rohingya que têm seus direitos violados por décadas de perseguição e violência por parte do governo birmanês. Atualmente, segundo dados da Agência da ONU para Refugiados-ACNUR¹⁰, quase 900 mil refugiados da referida população encontram-se em campos situados em Bangladesh ou em campos de deslocamento interno em Rakhine, no Mianmar.

Todavia, no tocante à pandemia global que assolou a população mundial, como lidar com esse cenário num campo de refugiados? Segundo dados apurados pela ACNUR no UNHCR

⁷A HUMAN RIGHTS WATCH é uma organização de direitos humanos de caráter internacional, não governamental e sem fins lucrativos fundada em 1978. A organização é reconhecida por investigar de forma aprofundada acerca de violações de direitos humanos, elaborando relatórios imparciais usados para impactar e sensibilizar diversos públicos.

⁸HUMAN RIGHTS WATCH. Burma: Events of 2016-2017. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2017/country-chapters/burma>>. Acessado em: 08 de Setembro de 2021.

⁹Organização Mundial da Saúde- OMS ou WHO (sigla em inglês): <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/transcripts/who-audio-emergencies-coronavirus-press-conference-full-and-final-11mar2020.pdf>.

¹⁰Dados encontrados em <https://www.acnur.org/portugues/rohingya/#>.

Bangladesh - *Operational Dashboard: 2020 Indicators Monitoring*¹¹, a comunidade rohingya vive em condições de extrema precariedade, convivendo com a superlotação, instabilidade e fragilidade dos abrigos, o que se torna mais suscetíveis à transmissão do coronavírus (SARS-COV-2). A comunidade de refugiados em questão também é impactada com a ausência de serviços essenciais, como cuidados básicos à saúde e alimentação, principalmente devido à restrição do acesso de atividades de organizações humanitárias nos campos de refugiados, tudo isso agravado pelas condições precárias de sobrevivência. Segundo a Organização Humanitária Internacional Médicos Sem Fronteiras (MSF), as atividades de âmbito humanitário realizadas nos campos de refugiados sofreram uma redução de cerca de 80% como forma de frear a contaminação pelo coronavírus. Ainda segundo a organização “(...)As medidas afetam atendimento médico, distribuição de alimentos e até mesmo oferta de água.”(MSF, 2021)¹². Esse cenário, na visão da organização, amplia as tensões, pois a intensificação da dependência no tocante a assistência humanitária.

2.1.1 A leniência da comunidade internacional

O lema “Fique em casa” foi visto com duplicidade pelos refugiados rohingyas tendo em vista que como se manter seguro e em casa sem moradia adequada e como manter o distanciamento social em meio a um campo de refugiados em sua capacidade máxima? Qual a resposta da comunidade internacional para esse questionamento? A Organização das Nações Unidas- ONU, através de suas agências e de organizações humanitárias parceiras mantêm, com certa dificuldade, os esforços para minimizar os danos no campo de refugiados rohingya.

A Organização Internacional para as Migrações- OIM¹³, por exemplo, que faz parte do sistema ONU, é uma das que vem trabalhando para mitigar o impacto da COVID-19 nos campos de refugiados rohingyas prestando apoio a unidades de saúde no atendimento primário de saúde, treinando profissionais e voluntários para agirem no combate e prevenção à doença, bem como orientando a gestão dos casos, além de ter auxiliado na construção de dois novos centros de tratamento e isolamento para essa população. (OIM,2020).¹⁴

¹¹UNHCR (ou ACNUR) ROHINGYA REFUGEE RESPONSE - BANGLADESH OPERATIONAL DASHBOARD: 2020 INDICATORS MONITORING- 31/03/2020. Download disponível em: <https://data2.unhcr.org/en/documents/details/76054>.

¹² MSF.ORG- Bangladesh: comunidades Rohingya levadas ao limite- Publicado em 01/02/2021- <https://www.msf.org.br/noticias/bangladesh-comunidades-rohingya-levadas-ao-limite>.

¹³Organização Internacional para as Migrações- OIM, faz parte do Sistema ONU como mais importante organização intergovernamental, com o objetivo de promover a migração humana de forma ordenada beneficiando a todos.

¹⁴Coordinated Preparation in Full Swing to Combat COVID-19 in Cox's Bazar Refugee Camps- 14, april 2020. <https://www.iom.int/news/coordinated-preparation-full-swing-combat-covid-19-coxs-bazar-refugee-camps>.

Em 2020, conforme a Human Rights Watch, a cúpula da Associação das Nações do Sudeste Asiático- (ASEAN) se reuniu e embora historicamente sempre tenha prezado pela não interferência em assuntos internos de seus Estados membros, através de sua Comissão Intergovernamental De Direitos Humanos enfatizou o direito correspondente aos cidadãos de seus países-membros ao acesso a saúde de qualidade independente do grupo social pertencente e de acordo com a declaração de direitos humanos. Todavia, apesar desse discurso, a ASEAN não exprimiu uma resposta determinante a luz da crise humanitária do grupo étnico rohingya, duramente oprimidos por Mianmar, enfatizando avulnerabilidade desses refugiados.¹⁵

Ademais, a situação dos refugiados rohingyas enfatiza dois pontos antagônicos notórios na comunidade do sudeste asiático: a pressão por uma sociedade ASEAN integralizada, beneficiando assim todos os membros economicamente e infra estruturalmente e, na outra ponta, uma periferia interna desconexa com assuntos internose sem representatividade.

3 PANORAMA DOS REFUGIADOS ROHINGYAS NO CONTEXTO PANDÊMICO DA COVID-19

Conforme foi apresentado neste artigo, o conflito e a luta do grupo étnico rohingyas pela legalização e reconhecimento se arrastam por anos, entretanto, em 2017 ocorreu uma escalada de violência que obrigou as pessoas desta minoria abandonar as suas residências em Mianmar e procurar abrigos em países vizinhos, principalmente em Bangladesh, Indonésia e Laos. Atualmente, o maior número de refugiados rohingyas estão alojados em Bangladesh, onde o governo local está comprometido em ajudar e apoiar esta minoria.

(...) While Bangladesh is well versed in responding to natural disasters, its capacity is strained by the added burden of hosting nearly one million additional people. With each heavy monsoon the Rohingya face the risk of outbreaks of diphtheria and cholera, as well as emergency levels of malnutrition. Monsoon flooding exacerbates these problems as latrines flood and water sources are contaminated: Dengue fever, hepatitis and diarrhea could sweep through the camps.^{16 17}

O fluxo migratório de milhares de refugiados rohingyas levou à criação de acampamentos em condições de vulnerabilidade socioeconômica, em razão disso, as

¹⁵Human Right Watch- ASEAN: Overhaul Regional Response to Rohingya Crisis- 26-06-2020- <https://www.hrw.org/news/2020/06/26/asean-overhaul-regional-response-rohingya-crisis>

¹⁶Embora Bangladesh seja bem versado na resposta a desastres naturais, sua capacidade é prejudicada pelo fardo adicional de hospedar quase um milhão de pessoas. A cada forte monção, os Rohingya enfrentam o risco de surtos de difteria e cólera, bem como níveis emergenciais de desnutrição. As enchentes das monções agravam esses problemas, pois as latrinas inundam e as fontes de água estão contaminadas: dengue, a hepatite e a diarreia podem varrer os acampamentos (*Nossa tradução*).

¹⁷<https://www.rescue.org/country/bangladesh#what-are-the-main-humanitarian-challenges-in-bangladesh>

autoridades locais da região e organizações internacionais se reuniram para prestar assistência nesta crise humanitária. Porém, esse cenário da crise dos refugiados rohingya foi agravado mais ainda pela pandemia do novo coronavírus que aumentou as adversidades existentes, tendo em vista que as condições dos campos de refugiados desta minoria são precárias e insalubres, marcado pela superlotação dos assentamentos, falta de instalações sanitárias suficientes e escassez de água potável.

(...) As pessoas estão vivendo em barracas, em assentamentos improvisados e superpopulosos. As condições nos campos são completamente inadequadas e insalubres, com banheiros entupidos e água contaminada. Os campos não são iluminados, se tornando perigosos durante a noite – mulheres, meninas e crianças estão particularmente vulneráveis ao abuso, exploração e tráfico. Não bastasse a situação já complicada, a chegada da época das fortes chuvas (monções) provoca inundações e deslizamentos de terra, piorando as condições nos assentamentos e aumentando os riscos de doenças (OXFAM).¹⁸

Além disso, as restrições de viagens e bloqueios das fronteiras para diminuir a proliferação do vírus interrompem as atividades socioeconômicas de geração de renda e a falta de acesso a tecnologias como redes telefônicas e internet dificulta a conscientização em massa nestas localidades (OXFAM BRASIL, 2020; UNHCR, 2020).¹⁹ Conforme o relato de Manish Agrawal, diretor do *International Rescue Committee* – (IRC)²⁰ em Bangladesh “As restrições de internet e de celulares no campo levaram à falta de informações precisas sobre o vírus e sobre como se proteger. As restrições também dificultam que as organizações humanitárias respondam rapidamente ao surgimento de um caso”²¹

Em Bangladesh, os abrigos dos refugiados rohingyas enfrentam uma existência precária e insalubre em ambientes densamente povoados o que deixam eles bem vulneráveis ao contágio da Covid-19, tendo que as medidas simples de manter o distanciamento físico e realização de higiene básica para evitar a proliferação e contaminação por esse vírus é quase impossível. Isso fica mais acentuado em razão do histórico de décadas de perseguição desta minoria no Mianmar, onde a população rohingya tinha acesso limitado aos serviços básicos de saúde, que ocasionou nos baixos níveis de saúde, tornando-os mais vulneráveis, em especial a contrair doenças infecciosas (MÉDICOS SEM FRONTEIRAS, 2020)²².

¹⁸<https://www.oxfam.org.br/ajuda-humanitaria/crise-de-refugiados-rohingya/>

¹⁹<https://www.oxfam.org.br/blog/tres-anos-apos-inicio-da-criese-como-estao-os-refugiados-rohingya/> e <https://www.unhcr.org/blogs/covid-19s-impact-on-rohingya-and-bangladeshi-adolescents-in-coxs-bazar/>

²⁰ O Comitê Internacional de Resgate (nossa tradução) ajuda as pessoas cujas vidas e meios de subsistência foram destruídos por conflitos e desastres a sobreviver, recuperar e recuperar o controle de seu futuro.

²¹<https://outraspalavras.net/outrasmidias/covid-19-chega-ao-maior-campo-de-refugiados-do-mundo/>

²² <https://www.msf.org.br/noticias/bangladesh-comunidades-rohingya-levdadas-ao-limite>

() As instalações sanitárias no campo já eram insuficientes mesmo antes da covid-19. Muitas famílias compartilham banheiros. Longas filas se formam diante das saídas de água potável e dos banheiros. Nas acomodações apertadas, manter distância é algo impensável. Em tais condições, uma disseminação rápida do vírus é inevitável.²³

Os campos de refugiados em Bangladesh que são marcados pela escassez de água limpa e dependência de distribuições comunitárias de água potável, alimentos e combustível, conforme relatado por Richard Galpin, Richard Galpin, especialista em água e saneamento de Médicos Sem Fronteiras (2020)²⁴: “as pessoas se sentem frustradas com a orientação constante de que devem lavar suas mãos. Se você só recebe 11 litros de água por dia, como isso pode ser o suficiente para você lavar as mãos o tempo todo? ”.

Em relação a vacinação para imunizar contra a covid-19 deste grupo étnico nas localidades onde eles estão inseridos é ainda baixa e eles vivem na sombra das campanhas de vacinas locais, conforme descrever o Hrusikesh Harichandan da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (2021 apud. Jornal Estado de Minas, 2021)²⁵: “a vacinação é vital para que as famílias vivam com dignidade. Ficar confinado é muito difícil para as pessoas nesses acampamentos precários, onde a maioria tem um acesso limitado à água e a instalações sanitárias”.

A população rohingyas que vivem em Bangladesh começaram a ser vacinadas contra a covid-19 em agosto de 2021 pelo governo local com apoio da ACNUR, da Organização Mundial da Saúde (OMS) e de outros parceiros humanitários. Por outro lado, a minoria rohingyas que vivem ainda no Mianmar não tiveram a mesma sorte, em razão que a campanha de vacinação local teve início, entretanto, as autoridades birmanesas não têm planos de incluir a população rohingya na campanha de vacinação local. (REUTERS, 2021; ESTADO DE MINAS, 2021)^{26 27}

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado neste artigo, a crise humanitária dos refugiados rohingyas está

²³ <https://outraspalavras.net/outrasmidias/covid-chega-ao-maior-campo-de-refugiados-do-mundo/>

²⁴ <https://www.msf.org.br/noticias/covid-19-cinco-desafios-para-conter-pandemia-em-bangladesh-e-nos-campos-de-refugiados>.

²⁵ https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/08/10/interna_internacional,1294330/bangladesh-comeca-a-vacinar-refugiados-rohingyas-contracovid-19.shtml

²⁶ <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/myanmar-covid-vaccination-rollout-leaves-rohingya-waiting-2021-08-11/>.

²⁷ https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/08/10/interna_internacional,1294330/bangladesh-comeca-a-vacinar-refugiados-rohingyas-contracovid-19.shtml

ligada a questões de cunho étnico-histórico e religioso, uma vez que a construção da identidade do país se deu por divergências, destacando a acentuação durante e posterior ocupação do império britânico no país, que por sua vez, utilizou de dinâmicas interativas distintas que resultaram na desigualdade de tratamento e revolta entre os povos. Com a independência relativamente tardia, Mianmar enfrentou uma instabilidade, principalmente no âmbito do governo, em que houveram sucessivos golpes militares e conseqüentemente, o agravamento da migração forçada por parte dos rohingyas.

Apesar das recentes ondas de violência, a diáspora rohingya não é recente e demanda atenção internacional, uma vez que além da questão do aumento da migração forçada, existem questões relacionadas com direitos humanos, paz e segurança internacionais, e que deveria ganhar destaque nas agendas e discussões internacionais.

O cenário de pandemia da covid-19 nos anos de 2020 e 2021, impactou no aprofundamento da crise vivida pelo povo rohingya. O êxodo desse grupo perdura e pode cair no esquecimento da comunidade internacional somados aos danos causados pelos extensos *lockdowns*, perdas de recursos de geradores de renda, vidas ceifadas e pobreza crescente, situação que acarreta na dependência extrema da assistência humanitária emergencial como parâmetro de sobrevivência. A crise da COVID-19 também desencadeou o crescimento exacerbado de casos de violência nos campos de refugiados rohingya e fatores desencadeadores de atenção à saúde mental (MSF, 2021).

Em resumo, pode-se verificar que com a chegada da pandemia do novo coronavírus, a situação da população rohingyas que já viviam nos assentamentos em condições insalubres e precárias se agravou, principalmente pela falta de instalações sanitárias suficientes e escassez de água potável que são requisitos necessários para que sejam feitas a realização de higiene básica para evitar a proliferação e contaminação pelo vírus da Covid-19.

Sendo assim, diante dessa conjuntura, faz-se necessário destacar a importância da atuação de organizações de cunho multilateral e dos atores do sistema internacional, individual e coletivamente, sendo essencial para estimular uma conduta inclusiva de combate à disseminação da Covid-19 mundialmente e, principalmente, nos campos de refugiados rohingyas, estipulando panoramas de referência efetivos, evitando assim a complexidade na assistência humanitária desse povo em meio à crise humanitária. Ademais, é importante o incentivo do debate sobre as questões acerca dos direitos humanos e realocação dessa etnia para um lugar seguro e que possam ser assegurados de direitos básicos e essenciais para viver.

REFERÊNCIAS

AHMED, Intiaz. **The Rohingyas: From Stateless to Refugee**. 2010. Disponível em: <http://www.netipr.org/policy/downloads/20100101_FromStatelessToRefugees_IntiazAhmed.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BARI, Muhammad Abdul. **The Rohingya Crisis: a people Facing Extinction**. England: Kube Published Ltd, 2018. 74 p.

BURMA'S Path to Genocide. **United States Holocaust Memorial Museum**. Disponível em: <https://exhibitions.ushmm.org/burmas-path-to-genocide>. Acesso em: 09 set. 2021.

FACTBOOK, The World (Org.). **EAST ASIA/SOUTHEAST ASIA: Burma**. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/bm.html>. Acesso em: 10 set. 2019.

GIORDANA, Emanuele. **Behind the Rohingya Diaspora a Story that Began 200 Years Ago**. 2017. Disponível em: <https://www.resetdoc.org/story/behind-rohingya-diaspora-story-began-200-years-ago/>. Acesso em: 09 set. 2021.

HUMAN RIGHTS WATCH - ASEAN: **Overhaul Regional Response to Rohingya Crisis-** 26-06-2020-. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2020/06/26/asean-overhaul-regional-response-rohingya-crisis>> . acessado em 11/09/2021.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Burma: Events of 2016-2017**. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2017/country-chapters/burma>. Acesso em: 08 de Setembro de 2021.

IBRAHIM, Azeem. **The Rohingyas: Inside Myanmar's Hidden Genocide**. Londres: Hurst & Company, 2016. 227 p.

IRRAWADDY RIVER BASIN. Disponível em: <https://wle-mekong.cgiar.org/changes/where-we-work/irrawaddy-river-basin/>. Acesso em: 10 set. 2021.

MSF.ORG- **Bangladesh: comunidades Rohingya levadas ao limite-** Publicado em 01/02/2021- <<https://www.msf.org.br/noticias/bangladesh-comunidades-rohingya-levadas-ao-limite>> acessado em 11 set. 2021.

OIM.- **Coordinated Preparation in Full Swing to Combat COVID-19 in Cox's Bazar Refugee Camps-** 14, abril 2020. Disponível em <https://www.iom.int/news/coordinated-preparation-full-swing-combat-covid-19-coxs-bazar-refugee-camps>. Acessado em 11 set. 2021.

Site oficial da ACNUR. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/rohingya/#>> acessado em 10/09/2021.

SULTANA, Ishrat Zakia. **ROHINGYAS IN BANGLADESH: OWNING ROHINGYA IDENTITY IN DISOWNING SPACES**. 2019. 234 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Filosofia, York University, Toronto, Ontario, 2019. Disponível em: <https://yorkspace.library.yorku.ca/xmlui/handle/10315/36310>. Acesso em: 10 set.

2019.

.
TIMELINE: A visual history of the Rohingya refugee crisis. A visual history of the Rohingya refugee crisis. 2019. Disponível em: <https://www.doctorswithoutborders.org/what-we-do/news-stories/news/timeline-visual-history-rohingya-refugee-crisis>. Acesso em: 09 set. 2021.

TRATADO de Yandabo. Disponível em: https://stringfixer.com/es/Treaty_of_Yandabo10. Acesso em: 10 set. 2021.

UNHCR (ou ACNUR) ROHINGYA REFUGEE RESPONSE - **BANGLADESH OPERATIONAL DASHBOARD** : 2020 INDICATORS MONITORING-. Disponível em: <https://data2.unhcr.org/en/documents/details/76054>. Acesso em: 10 set. 2021.

WHO- **Virtual press conference on COVID-19** – 11 March 2020- Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/transcripts/who-audio-emergencies-coronavirus-press-conference-full-and-final-11mar2020.pdf>. Acesso em: 11 set. 2021.

O DIÁLOGO ENTRE CORTES E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: A FORMAÇÃO DE UM IUS CONSTITUTIONALE COMMUNE NA AMÉRICA LATINA

Hugo Leonardo Barbosa¹
Ariê Scherreier Ferneda²
Poliana Ribeiro dos Santos³

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo investigar a formação de um *Ius Constitutionale Commune* latino-americano (ICCAL) a partir da conformação de regras e princípios das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) por meio da recepção de tais precedentes em tribunais domésticos. Para tanto, foram analisadas as seguintes decisões proferidas pela CIDH dos casos: *Almonacid Arellano vs. Chile* (2006), *Gomes Lund e outros vs. Brasil, Cabrera García e Montiel Flores vs. México* (2010), *Lagos del Campo vs. Perú* (2017), *Herzog e outros vs. Brasil* (2018). Aludidas decisões são importantes para o estudo da temática considerando que, a partir delas, verifica-se a tendência de um exercício interno, pelos países membros da Convenção Americana de Direitos Humanos (1969), de controle difuso de convencionalidade das leis. Isto é, as decisões proferidas pela CIDH retomam precedentes da própria Corte com interpretações extensivas em matéria de Direitos Humanos que devem ser observadas pelos Estados do Sistema Interamericano de modo geral. A jurisprudência do caso *Almonacid Arellano vs. Chile* dispõe que um Estado não poderá fazer uso de norma de direito interno para se eximir da ordem da CIDH de investigar e de sancionar penalmente os responsáveis (AMBOS, 2008, p. 376). Segundo Flávia Piovesan, a formação de um ICCAL seria resultado do fortalecimento progressivo do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, o surgimento de novas Constituições no espaço latino-americano que, no sentido da democratização, ampliam o diálogo do direito doméstico com o Direito Internacional dos Direitos Humanos e, por fim, da maior participação da sociedade civil na demanda por direitos e por justiça (PIOVESAN, 2017, p. 1360). Nesse sentido, há de se observar, ainda, o caráter vinculante e a possibilidade de eficácia *erga omnes* da *res interpretata* das sentenças proferidas pela CIDH para fazer cumprir os *standards* interpretativos da Corte, ainda que se tratando de Estado não envolvido diretamente na demanda julgada. A aplicação do direito doméstico passa a estar vinculado também aos padrões mínimos de Direitos Humanos da ordem jurídica internacional, e tal compatibilidade é promovida por meio do mecanismo de Controle de Convencionalidade (MAZZUOLI, 2011, p. 131-135). Diante das informações apresentadas,

¹ Mestrando em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: hugo.leonbarboza@gmail.com

² Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: a.asferneda@gmail.com

³ Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutoranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

questionou-se: é possível identificar a formação de um *Ius Constitutionale Commune* na América Latina, especialmente em matéria de Direitos Humanos, em razão do alcance das decisões da CIDH? Supõe-se que o Sistema Interamericano de Direitos Humanos possui a capacidade de consolidar padrões mínimos comuns, a nível normativo, de Direitos Humanos a serem recepcionados pelos Estados-parte. Assim, por meio do método hipotético-dedutivo, lastreado na revisão bibliográfica, buscou-se analisar a formação do ICCAL por meio das manifestações da CIDH, cujas sentenças possuem, inclusive, caráter estruturante; do diálogo ecooperação entre as ordens nacionais e internacionais; bem como da atuação judicial, em âmbito doméstico, no controle de convencionalidade, de modo a promover, efetivamente, a consolidação e fortalecimento dos Direitos Humanos na América Latina. Destaca-se, como demanda a ser analisada neste resumo expandido, o Caso Herzog e outros vs. Brasil. Em primeiro lugar, quando da decisão sobre a alegação de incompetência da Corte em razão do tempo, a CIDH decidiu, fazendo referência ao precedente do Caso Alfonso Martín del Campo Dodd, pela afirmação de sua competência em razão de “violações específicas e autônomas” a longo do processo investigativo (CIDH, 2018, p. 7-8). Nesse sentido, observa-se na decisão a capacidade de a Corte decidir se é ou não competente para julgar determinado caso conforme jurisprudência que o próprio tribunal estabeleceu. Por essa razão, ainda que não se trate de organismo supranacional, os precedentes das Cortes devem ser observados pelos Estados ao curso de suas ações relacionadas à aplicação de Direitos Humanos. No julgamento das exceções preliminares do referido caso, a CIDH reafirmou sua competência para decidir com base em outros instrumentos de Direitos Humanos no âmbito latino-americano que não sejam a Convenção Americana – reconhecendo a possibilidade de decidir com base na Convenção Americana para Prevenir e Punir a Tortura (CIDH, 2018, p. 9-11). Sob essa perspectiva, é possível compreender que os padrões mínimos de Direitos Humanos aplicados pela Corte em seus julgamentos não estão restritos à Convenção Americana, de modo que a própria Corte julgue com instrumentos adicionais, ainda que, no caso em questão, trata-se de Convenção do âmbito latino-americano. O Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil também traz contribuições importantes para esta análise. Diante da exceção alegada pelo Estado brasileiro de incompetência temporal, a Corte reconheceu que não poderia exercer competência contenciosa para fatos anteriores a data de aceitação da jurisdição por parte do Brasil. No entanto, o ato de desaparecimento, investigado na demanda, possui natureza contínua ou permanente, de modo que perdura ao longo do tempo e, portanto, garante a competência da CIDH. Aspecto relevante a ser considerado sobre este caso está no fato de que o entendimento sobre a natureza de ato permanente em questão é consolidado em virtude da jurisprudência da própria Corte (CIDH, 2010, 8-10). A jurisprudência da corte internacional ganha relevância e os tribunais domésticos são condicionados cada vez mais a acompanhar os precedentes internacionais, de sorte a construir espécie de rede de diálogo entre as referidas cortes em um sistema multinível - o qual se manifesta, por exemplo, por meio do Controle de Convencionalidade (PIOVESAN, 2017, p.1374) -, sob a pena de violação do entendimento mais apropriado sobre as convenções de direitos humanos que conformam o Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Sob essa lógica, forma-se um regime comum de padrões mínimos de Direitos Humanos que devem ser observados pelos Estados em razão da vinculação internacional ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos e do poder decisório da CIDH. Ressalva-se, todavia, que a formação de um ICCAL não se esgota com a ação exclusiva da Corte, mas também depende da afirmação dos Estados que compõem o Sistema Interamericano no sentido de favorecer consolidação dos padrões mínimos de

direitos humanos a nível regional.

Palavras-chave: Ius Constitutionale Commune; Bloco de Constitucionalidade; Direitos Humanos; Diálogo entre Cortes.

REFERÊNCIAS

AMBOS, Kai; MALARINO, Ezekiel. **Jurisprudencia latinoamericana sobre Derecho Penal Internacional**. Montevideo: Konrad Adenauer, 2008.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil**. 24 nov. 2010. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf. Acesso em 07 set. 2021.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Caso Herzog e outros vs. Brasil**. 15 mar. 2018. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_353_por.pdf. Acesso em 07 set. 2021.

LEAL, Mônia Clarissa Hennig; VARGAS, Eliziane Fardin de. O Ius Constitutionale Commune e a sua Formação na Corte Interamericana de Direitos Humanos: alguns aspectos teóricos. **Revista Videre**. Dourados, v. 12, n. 25, set./dez. 2020.

LEGALE, Siddharta. **A Corte Interamericana de Direitos Humanos como Tribunal Constitucional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **O Controle Jurisdicional da Convencionalidade das Leis**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

OLSEN, Ana Carolina Lopes; KOZICKI, Katya. O papel da Corte Interamericana de Direitos Humanos na construção dialogada do Ius Constitutionale Commune na América Latina. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. Brasília, v. 9, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/6005>. Acesso em: 07 set. 2021.

PIOVESAN, Flávia. Ius constitutionale commune latino-americano em Direitos Humanos e o Sistema Interamericano: perspectivas e desafios. **Revista Direito e Praxis**, v. 8, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/28029>. Acesso em: 07 set. 2021.

GRUPO TEMÁTICO (GT) 04 – RELIGIÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O MITO DO ESTADO SECULAR

Valniele de Sá Albuquerque

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a relação da religião e do Estado secular. A religião, portanto, é entendida como um sistema de crenças. A partir desse entendimento, é possível compreender quais as relações do Estado moderno com a estrutura religiosa. Entretanto, apesar das tentativas de diminuir a presença da religião nos assuntos políticos, principalmente desde os acordos firmados em Westfália, a cultura religiosa pode ser observada na estrutura do Estado secular. Principalmente ao analisar os símbolos carregados por ele. A história narrada por trás desses símbolos carrega em si uma presença simbólica quase religiosa, na intenção de unir determinado grupo.

Palavras-chave: Religião; Estado moderno; símbolos.

ABSTRACT:

The present work seeks to analyze the relationship between religion and the secular state. Religion, therefore, is understood as a belief system. Based on this understanding, it is possible to get the relationship between the modern state and the religious structure. However, despite attempts to diminish the presence of religion in political affairs, especially since the agreements signed in Westphalia, religious culture can be observed in the structure of the secular state. Mainly when analyzing the symbols loaded by it. The story narrated behind these symbols carries in itself an almost religious symbolic presence, with the intention of uniting a certain group.

Keywords: Religion; Modern state; symbols.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar o comportamento do Estado quanto a temática religiosa. Por mais que a religião estivesse afastada dos holofotes das relações internacionais, é possível ver a presença de determinados princípios religiosos na nova formação dos Estados.

Formação essa que não abrange a todos os países, dado a diferença de formação e exploração. Muitos países árabes, por exemplo, continuaram não distinguindo a religião dos assuntos políticos, essa diferença não é vista positivamente por Estados ocidentais, que acreditam que a religião não faz parte mais de sua política.

Todavia, por mais que a religião ligada a assuntos políticos não seja vista como positiva, é possível ver elementos da religião em estados seculares. Os símbolos e rituais adotados pelos Estados podem ser comparados com os religiosos. Muitos países têm dificuldade de implementar esses rituais devido a sua história, outros impõem à sociedade esse respeito coletivo aos símbolos do Estado.

Portanto, ao examinar a formação do Estado moderno, é possível observar que nem mesmo o ateísmo pode ser o provedor da liberdade e tolerância, visto que em muitos lugares ocorreram repressões quanto às pessoas que possuíam alguma religião. (DARK, 2000). Posto isso, a presente pesquisa busca examinar o Estado moderno a partir do conceito de religião como sistema de crenças. Para tanto, visa identificar elementos religiosos na estrutura do Estado moderno, analisar o comportamento de alguns Estados diante da religião, discutir sobre o papel religioso no cenário internacional e se essa perspectiva pode trazer algum benefício e examinar como os países podem lidar com a existência de um possível sistema de crenças que envolvem o Estado.

Tendo em vista esses objetivos, será possível compreender o que foi esse exílio da religião nos assuntos políticos. Principalmente quais os problemas gerados por isso, visto que existe uma pluralidade de estruturas governamentais regidas de maneiras diferentes. Ainda assim, em Estados seculares é possível perceber a presença de elementos religiosos em sua formação, como antes dito. Será então que a religião, como um sistema de crenças, foi exilada das Relações Internacionais? Em vista disso, será feita observações sobre a formação do Estado e a relação do mesmo com a religião.

O primeiro tópico do presente trabalho busca compreender os antecedentes e os desdobramentos da Guerra de 30 anos, visto que esse conflito foi essencial para dar início às relações internacionais. Por mais que as mudanças tenham ocorrido de maneira lenta, esse evento foi essencial para diminuir a presença da igreja nos assuntos políticos e tornar a vida religiosa dos fiéis em seu âmbito privado.

Por conseguinte, o segundo tópico analisa como a religião foi, de certa forma, ignorada pelas relações internacionais. Todavia com os atentados do dia 11 de setembro de 2001 a religião ganhou mais espaço dentro dos estudos de relações internacionais, o que por muitos é entendido como o retorno da religião.

O tópico três observa a relação do Estado e da religião. Como se comportam os Estados seculares ou que dizem ter “abandonado” a religião, como também observa os Estados teocráticos. Por mais que exista uma contestação mais assídua aos Estados teocráticos, eles também fazem parte do sistema internacional.

O tópico quatro, portanto, analisa o próprio Estado como um sistema de crenças. Apesar do distanciamento com a religião, nesse tópico pode ser entendido uma relação próxima da formação do Estado com a religião, pois entendida como um sistema de crenças, deu base para essa formação Estatal. Por fim, as considerações finais será apresentado uma avaliação geral do que foi apresentado em cada tópico e também quais os resultados encontrados com a pesquisa.

1 GUERRA DOS 30 ANOS

A Paz de Westfália (1648), que marcou o fim da Guerra de 30 anos, provocou mudanças na relação de poder entre as unidades políticas europeias da época, por exemplo, a relação da igreja e o Estado. Mesmo que as principais famílias (Bourbon e Habsburgo) continuassem possuindo muita influência em boa parte do continente europeu, os acordos que caracterizaram a Paz de Westfália forçaram essas famílias a compartilhar o seu poder administrativo. Simultâneo a Paz de Westfália (1648) a burguesia começa a aparecer na história política e eram na sua maioria, funcionários dependentes e não de uma classe livre, mas sim parasitária e conservadora. (SUTHERLAND, 1992).

Apesar de ser um conflito inicialmente religioso, é importante entender que não eram apenas essas motivações que tornou o conflito tão longo e danoso para a sociedade da época. Sendo assim é necessário primeiramente entender como a sociedade no século XVI se organizava e quais eventos tornaram a Guerra de 30 anos tão importante para as Relações Internacionais, como um marco para a formação de um esboço do que hoje é conhecido por Estado moderno.

1.1 Antecedentes

Um dos primeiros fatores importantes para entender esse conflito, é a Reforma Protestante (1517). Essa Reforma, que permitiu a livre interpretação bíblica, ia de frente aos interesses políticos e religiosos. Também acrescentou uma violenta dimensão às rivalidades dinásticas da época (KENNEDY, 2000), rivalidade tal era exacerbada pelos interesses da nobreza que era atrelada aos interesses da igreja católica. Por mais que o conflito não fosse exatamente pela religião, ela inicialmente divide as partes conflitantes na Alemanha.

Outro importante ponto para o avanço da guerra era a o crescimento da família

Habsburgo, que se estendia de Gibraltar à Hungria e também da Sicília a Amsterdam. Essa sua importância é proveniente de algumas manobras para aumentar o território, como, acordos matrimoniais (KENNEDY, 2000). Teschke (1999) argumenta sobre o casamento entre os Estados, segundo o qual essas uniões não apenas caracterizavam as relações internacionais daquele sistema, mas constituíram a estratégia mais econômica e rápida de expandir o governo absolutista. A França também não estava contente com a influência que essa família estava conquistando e Carlos V conseguiu impedir algumas tentativas francesas de expansão.

Os primeiros conflitos ocorreram desde a Reforma e da eleição de Carlos V, em 1519 ao trono imperial. Carlos V era inflexível com a reforma proposta por Martinho Lutero, mas devido a outros conflitos, em 1555 reconheceu a separação religiosa assinando a Paz de Augsburgo¹, enquanto isso o Concílio de Trento dava início a contrarreforma. (SUTHERLAND, 1992).

Essa paz não foi suficiente para acabar com os conflitos e em pouco tempo e a eleição de Fernando II, como rei da Boêmia em 1618 deu continuidade aos conflitos pois mesmo era membro da família Habsburgo e estabeleceu a fé católica como única religião permitida na região. Essa atitude despertou a ira dos rivais protestantes, que meses depois invadiram o palácio real em Praga e jogaram pela janela alguns representantes do governo.

1.2 Desdobramentos

No início do conflito, de um lado estavam os universalistas, que apoiavam o imperador e o rei espanhol. Do outro lado, os atores oponentes eram "particularistas", especificamente a Dinamarca, a República Holandesa, a França e a Suécia, bem como os príncipes alemães, estes atores rejeitaram a soberania imperial e a maioria, também rejeitavam a autoridade do Papa, defendendo, em vez disso, o direito de todos os Estados à independência total. (OSIANDER, 2001). Esses países de oposição nem sempre estavam motivados por destruir a religião católica, seus interesses eram outros.

¹ A Paz de Augsburgo (1555) foi um acordo entre o Sacro Império Romano e os Luteranos da Alemanha, que tiveram conflitos durante o mandato de Carlos V que além de expansionista não permitia outras religiões além da católica e tentou minar o crescimento do protestantismo.

A próxima parte desse conflito pode ser entendida com a ajuda do Rei da Suécia, que incentivado pela França entrou no conflito. “Se, novamente, a guerra continuou, foi porque as coroas sueca e francesa a viram como um meio de aumentar suas próprias posições na Europa, erodindo a posição dos Habsburgos.” (OSIANDER, 2001).

Dessa forma os franceses lutaram contra os espanhóis, com o apoio dos países baixos, da Suécia e dos protestantes germânicos. Este período específico da guerra progrediu de maneira irregular e favorecendo as tropas francesas, uma das estratégias de guerra foi tornar os espanhóis cada vez mais dependentes da rota terrestre, o que deixariam os espanhóis mais vulneráveis aos ataques no solo francês. O Cardeal estava ansioso para manter pressão militar a Espanha. (OSIANDER, 2001). Todavia as tropas espanholas foram dizimadas, em maio de 1642, na batalha de Rocroy.

1.3 Paz de Westfália

Os tratados de paz que findaram as Guerras de 30 e 80 anos foram concretizados em 1643. Strasser (2016) aponta 3 acordos principais firmados nesse período, que são:

- (a) Paz entre a República Holandesa e a Espanha - levando ao fim da Holanda espanhola.
- (b) Paz entre o Sacro Imperador Romano e a França, com os respectivos aliados.
- (c) Paz entre o Sacro Imperador Romano e a Suécia, com os respectivos aliados.

A Partir de então é formada, pelo congresso diplomático, uma nova política na Europa Central, que depois de um tempo vai ser conhecido por soberania de Westfália, que é a noção de que cada Estado tem soberania no seu território e nos assuntos internos. Pode-se perceber então o princípio da formação do Estado secular marcou a mudança de política na Europa e consequentemente por todo o mundo. (STRASSER, 2016). Além das conquistas no que diz respeito a não intervenção e a soberania entre unidades políticas outro marco fundamental é a concepção de Estado laico. (PATTON, 2010).

De maneira geral, esse tratado foi importante para mediar as relações entre Estado e a igreja, dessa forma se estabeleceu um novo precedente pelo qual os estados se tornariam entidades soberanas e imunes (em geral) à pressão política de qualquer igreja. Além disso, os protestantes também teriam liberdade de praticar a sua fé sem a intervenção do imperador. (PATTON, 2010). A Paz de Westfália, teoricamente, põe um fim nas relações conflitantes entre a Igreja e o Estado que estava ali se formando. Todavia, a ideia de Estado Secular é mais clara depois da Revolução Francesa.

2 RELIGIÃO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A partir dos acordos de Westfália as questões religiosas passaram a ser privada e dificilmente foram observadas como importantes para as relações internacionais. Todavia, Scott M. Thomas argumenta que, para o Estado nascer, a religião precisou ser marginalizada ou privatizada, foi essa ideia, pré-iluminista, que marca o exílio da religião. Apesar disso, a religião ainda foi usada para legitimar a transferência de lealdade para o Estado, como uma forma de consolidar o seu poder. Essa marginalização não é culpa das Relações Internacionais em si, mas sim da relutância que os acadêmicos da área têm em analisá-la como um fator importante (JAMES e SANDAL, 2010).

Ademais, pluralismo entre as nações e a não interferência nasceram e foram respeitados como um dos princípios sagrados da ordem westfaliana. Em decorrência a essa percepção, a religião se tornou a última ameaça à ordem internacional e por isso foi deixada de lado. Esse exílio não deve ser entendido de maneira literal, em vez disso a religião foi vítima na medida em que foi privatizada da moderna constituição das relações internacionais, sendo necessária a sua exclusão para que outros fatores também pudessem ser observados na política internacional (HATZOPOULOS e PETITO, 2003).

Após o Congresso de Viena², no entanto, as ideias napoleônicas ganham mais poder com os movimentos iluministas. Devido a esse congresso, o equilíbrio de poder foi reestruturado na Europa e o direito divino de governar é substituído pelo princípio de autodeterminação. O novo sistema de valores normativos surge após o Congresso de Viena o que abriu uma “caixa de Pandora”, como argumenta Sandler e Fox, pois resultou em muitos conflitos ao longo do século XX, como as guerras mundiais e a Guerra Fria. (SANDLER e FOX, 2004).

Como aponta Marcos Alan (2015), hoje a sociedade guarda valores do secularismo que são fundamentais para o seu funcionamento. Entretanto, a tentativa de retirar a religião dos estudos das relações internacionais, mesmo que necessária, chegou ao fim. No início do século XXI, no dia 11 de setembro de 2001, dois grandes prédios, que representavam o poder dos EUA, foram destruídos por fundamentalistas religiosos. Alguns autores, como Daniel Philpott, argumentam que esses ataques foram motivados principalmente pela religião e não por ideias econômicas e estratégias. Sebastian Rosato argumenta que a religião fornece motivações para os indivíduos, apesar de ter um resultado político internacional – terrorismo suicida – é impulsionado por uma lógica nacionalista. Entretanto, esse evento traz à tona o estudo da religião para dentro das relações internacionais.

O ressurgimento religioso pode ser entendido como uma reação contrária às ideias

² 1814-1815 – esse Congresso foi responsável pela reorganização geográfica no continente europeu e tinha como um dos objetivos restaurar o poder das famílias imperiais.

secularizantes do sistema que regia as relações de então (HARRIS,2000). Posto isso, é possível observar, mesmo contando só a população cristã, as sociedades não sofreram uma secularização dramática, por mais que seja uma surpresa para aqueles que acreditavam que as sociedades ocidentais se tornaram completamente secularizadas, mas,dada sua base em auto-identificação e dados de pesquisa em grande escala, é difícil argumentar contra em bases acadêmicas normais. (DARK, 2000, p. 55).

O que mais mudou desde o retorno da religião, foi o colapso de confiança na maneira como a modernidade ocidental entendeu o mundo, hoje há mais abertura para entender diferentes perspectivas religiosas (THOMAS, 2003). As ideologias provindas desse secularismo como o nacionalismo, comunismo e liberalismo, podem assumir características religiosas a partir de certas visões, com seus deuses, ritos e textos sagrados da mesma maneira que a religião pode se adequar a política (PETITO E HATZOPOULOS, 2003).

3 ESTADO E RELIGIÃO

A crença e a consciência religiosa podem estar inseridas dentro de uma esfera privada da vida social pela secularização da política, e ao Estado ficou conferido o monopólio legítimo sobre o uso da força. A realidade atual mostra diversas instituições sendo confrontadas pelo “ressurgimento” da religião, o que reflete bem mais uma desilusão social com a atuação do Estado em oferecer bem-estar aos cidadãos (JESUS, 2018).

Outra relação importante quanto ao Estado e a religião é a definição do nacionalismo, o local da fé religiosa era definido por uma comunidade nacional territorial com o mesmo idioma. Segundo o exemplo citado por Jesus no artigo, “*EM NOME DE DEUS? RELIGIÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS*”, em vez da fé ser promovida de maneira a transcender a nação, os líderes religiosos acabam mobilizando a fé para fortalecer o Estado. Por isso, os movimentos religiosos são difíceis de serem contidos em um território, visto a globalização, essas ideias podem ser espalhadas e serem aplicadas nas circunstâncias de cada pessoa (JESUS, 2018).

Dessa maneira, os regimes seculares passaram a ser mais coercitivos, retirando poder e posse da igreja. Portanto, a agressão promovida pelo Estado passou a ser mais violenta. Além disso, se a definição de sagrado for algo relacionado a dar a sua vida por aquilo, então o conceito de nação se tornou divino e de valor supremo, esse novo sagrado incentiva sentimentos de coesão, solidariedade e lealdade à nação (ARMSTRONG, 2016). A partir do entendimento de Armstrong (2016) observa-se que o nacionalismo laico tinha o estrangeiro como alguém que

poderia ser explorado e em alguns casos assassinado, principalmente se tivesse muita diferença entre eles.

Ao mesmo passo que os países seculares excluía a religião, o secularismo era levado, de maneira quase religiosa, para as colônias. Era uma espécie de “proselitismo secular”. Por exemplo, os ingleses dividiram o sistema eleitoral indiano conforme as diferentes crenças e, em 1871, realizaram um censo que divulgou os números e as áreas de força de cada comunidade em relação às demais (ARMSTRONG, 2016).

Além do afastamento da religião, o fenômeno da industrialização também marcou o nascimento do Estado-nação. O que levou a reconfiguração das nações europeias, que se tornaram mais centralizadas, e nessa nova configuração industrializada, é exigido uma educação padronizada e o controle unificado dos recursos humanos. Por mais que alguns dialetos fossem diferentes dentro de um só governo, era importante que as pessoas pertencentes a uma nação integrada pudessem ser conectadas por um sentimento (ARMSTRONG, 2016).

3.1 Estados Seculares

Visto que o Estado secular é o afastamento das intenções religiosas, muitas nações europeias de perfil colonizador adotaram políticas como essas. Os ingleses, por exemplo, adotaram uma espécie de iluminismo protestante, isso implicou diretamente na formação dos Estados Unidos (EUA). Mesmo com visões seculares, a religião ainda se fez presente na formação das 13 colônias. Por essa razão, o Grande Despertar³ revelou que em vez de ser um obstáculo para a construção da democracia a religião poderia ser positiva para a modernização. O igualitarismo adotado pelos puritanos é o que se aproxima das normas atuais (ARMSTRONG, 2016).

Nos EUA, a modernidade era um produto nacional que cresceu organizadamente com o tempo, diferentemente da França, não foi algo imposto pela força militar, em razão disso, quando os fundamentalistas estadunidenses chegaram à vida pública em 1970, tinham canais acessíveis e democráticos a seu favor para defender seu ponto de vista. O fundamentalismo protestante dos EUA não foi um forte agente de violência no território, até certo ponto ele foi até uma resposta à violência (ARMSTRONG, 2016).

Em algumas narrativas, como encontrado em Mountjoy (2009), “Destino Manifesto” é um termo que retrata a ideia de que os EUA é uma nação especial e abençoada por Deus,

³ O Grande Despertar se refere a um movimento protestante nas 13 colônias que influenciou a independência dos EUA.

revelando assim as construções religiosas de crenças estadunidenses. Era considerado um governo diferente, menos corrupto se comparado aos padrões europeus. Essa noção de singularidade serviu para fundamentar suas atitudes principalmente após o seu estabelecimento enquanto nação no século XIX, o Destino Manifesto justificava a sua expansão ao longo do território. Também, foi projetado uma imagem de protetor do continente americano das influências colonialistas europeias baseado na Doutrina Monroe (ALBUQUERQUE, 2020).

Logo é inegável a presença da religião nos EUA, tanto no contexto cultural, comopolítico e social, a sua construção como nação foi embasada em preceitos religiosos marcantes até hoje. Nos discursos proferidos, é possível notar a referência aos primeiros colonizadores do século XV. Os argumentos utilizados pelos colonizadores destacavam o território colonial do qual eles estavam inseridos como um experimento do novo mundo, “um local que serviria de exemplo tanto na execução de suas instituições, como na ideia de sua liberdade de crenças religiosas comparada à perseguição sofrida no contexto europeu da época”. (MCCRISKEN 2003, apud ALBUQUERQUE, 2020, p.167).

Esse nacionalismo desenvolvido nos EUA revela seus deveres na história e com relação ao divino. Os discursos proferidos por vários presidentes podem ser compreendidos pela população alcançando a todos e trazendo legitimidade ao chefe de Estado, legitimidade que vai além do secular, pois por muitos é divina. Por isso, compreender o papel da religião na formação desse Estado secular, pode explicar as razões de conflitos como a Guerra ao Terror, ou a luta contra os comunistas e tudo aquilo que vai de encontro às crenças históricas do país (ALBUQUERQUE, 2020).

Outro Estado fundamental para tentar compreender o secularismo é a França. O nascimento da modernidade e da democracia, a Revolução Francesa, assim como a Americana, na última metade do século XVIII foram decisivos para a compreensão do mundo atual (SHEIKH, 2012). Até mesmo da polarização política desenvolvida após determinados eventos. Visto isso, quando Honoré Mirabeau escreveu a “Declaração dos Direitos do Homem” se tornou um evangelho político, que franceses estavam dispostos a morrer.

Para muitos franceses a Revolução acabou sendo frustrada. Por mais que Napoleão tenha lidado com as estruturas de forma violenta, tentando mudar a forma de governo, essa violência traiu os princípios de muitos aliados e também reatou os laços com a Igreja Católica. A esperança francesa das revoluções foi frustrada por outros eventos decepcionantes, a tomada da Bastilha seguiu de Massacres de Setembro, pelo Reino do Terror, pelo genocídio de Vendée

e por uma ditadura militar (ARMSTRONG, 2016).

Mesmo assim, a França conseguiu se restabelecer como um Estado secular e influenciou outras nações. Dessa forma, tanto na França como em outros países modernos, ações missionárias não são bem vindas. Na França é proibido o Proselitismo nas escolas desde 1998, que foi criado a “Missão Interministerial na Luta contra as Seitas / Cultos” (SANDLER e FOX, 2004). Ao entender como os EUA, que foi uma colônia inglesa, e a França se estabeleceram como Estados é evidente a diferença de abordagem quanto a religião.

3.2 Estados Teocráticos

Um exemplo claro de Estado teocrático é o Irã, dentre outros Estados cuja religião oficial é o Islã. A visão dualista entre Estado e religião explicam os acontecimentos de 1981, que foi a libertação dos sequestrados estadunidenses no Irã, eles passaram 444 dias como reféns políticos por conta da Revolução Islâmica. Essa visão dualista pode ser explicada pela tradição secular que foi desenvolvida naquele país, esse "dualismo" não se trata da separação de poderes, como os secularistas entendem, mas como uma relação recíproca entre o governo e a religião (REICHERT, 1983).

No ano de 1905, ocorreu a Revolução Constitucional Iraniana, na tentativa de mudar o regime absolutista para uma monarquia constitucional, por meio de uma nova legislação eleitoral. A nova Constituição foi promulgada em 1906, e os interesses políticos das autoridades religiosas foram assegurados, o islã passou a ser a religião do Estado e no Parlamento passou a existir pessoas responsáveis para examinar cada lei, para certificar que fazia sentido com os preceitos islâmicos. Na formação anterior do Irã os religiosos não se envolviam diretamente na política, contudo estava cada vez mais fácil sua participação e se mostravam cada vez mais nacionalistas e anti-ocidental. A separação de poderes, segundo o modelo ocidental, era contestada, pois iria reduzir os privilégios dos líderes religiosos, assim como também diminuiria a sua supremacia na jurisdição, administração e educação pública (REICHERT, 1983).

Apesar disso, o Irã sofreu um golpe de Estado em 1953, golpe tal orquestrado pelas potências ocidentais, mas que teve fim em 1979 com a Revolução Islâmica, que devolveu o controle dos recursos minerais ao Estado. Do ponto de vista ocidental, nos anos de 1970, o país parecia viver um período de crescimento econômico, mas na verdade a riqueza do Estado era dependente de outras nações. Eram mais de 1 milhão de desempregados, os comércios locais foram destruídos com a chegada de mercados estrangeiros, essa realidade dos anos de 1970, causou ressentimento na população iraniana. Uma Revolução não gera resultados do dia para a

noite, assim como a Revolução Francesa, a Revolução Iraniana passou por muitas fases e isso não significa que acabou. Assim como os franceses, os iranianos temeram interferências externas, em 1983 e 1984, os iraquianos atacaram as forças militares do Irã com gás, mostarda e asfixiante. (ARMSTRONG, 2016).

Apesar dos ideais ocidentais de liberdade estimulasse em parte da sociedade iraniana a buscar liberdades básicas, essa ideologia importada ficou marcada pelo egoísmo e pela crueldade com que tinha sido pregada no Irã. O povo do Irã não estava incluído na liberdade que os Estados Unidos tinham a missão de levar a liberdade (ARMSTRONG, 2016). Visto que cada país tem a sua interpretação do secular, um caso interessante é o governo norte-coreano, pois ao mesmo tempo em que é oficialmente uma República (RPDC - República Popular Democrática Da Coreia), são socialistas autossuficientes, todavia seu regime também é interpretado como comunista. (UNITED NATIONS COMMISSION OF INQUIRY, 2014).

Todas essas noções de governo são decorrentes do secularismo, mas na Coreia do Norte, por mais que a religião tenha sido importante, ela foi deixada de lado, e hoje é adotada uma espécie de culto à personalidade do então presidente e sua família. A RPDC criou a sua ideologia, Juche, também conhecida como “Kimilsungismo”. Essa é uma ideologia quase religiosa, principalmente por todos os cidadãos serem obrigados a aderirem ao Juche, que abre portas para a perseguição religiosa no país por não tolerar outros sistemas de crenças separados. A crença religiosa é considerada incompatível com o culto a personalidade patrocinada pelo Estado. Esse afastamento da religião foi importante para legitimar o governo de Kim Il-sung após o fim da Guerra da Coreia (1950-1953). A religião foi desprezada da vida pública, inclusive dos currículos escolares até hoje. (UNITED NATIONS COMMISSION OF INQUIRY, 2014).

A ideia inicial para o novo governo da Coreia do Norte era parecida com o comunismo soviético. Com o avanço da ideologia Juche e o responsável pela maior parte desse crescimento foi Kim Jong-il, o sucessor de Kim Il-sung, em 1965 ele definiu os três pilares importantes para o Juche como independência política, autossuficiência econômica e autossuficiência na defesa. Para solidificar esse sistema, surgiu os Dez Princípios, que foram anunciados em 1974, neles são exigido lealdade incondicional a Kim Il-sung. O Instituto para Unificação da Coreia (KINU) reporta que esses princípios buscam divinizar o grande líder Kim Il-sung e desempenhar um papel de controlar o comportamento da população. (UNITED NATIONS COMMISSION OF INQUIRY, 2014).

Em 2013 esses princípios foram atualizados pela primeira vez, mas as mudanças só

reforçaram o controle ideológico, enfatizando o governante Kim Jong-un. (UNITED NATIONS COMMISSION OF INQUIRY, 2014). Muitas vezes os Estados vivem em ideias seculares, mas executam de maneira quase religiosa a sua ideologia, principalmente se por religião for entendido como um conjunto de como um sistema de crenças e instituições, com rituais obrigatórios, centrando a adoração a um Deus sobrenatural cujas práticas são privadas e separadas das atividades seculares (Armstrong, 2016).

4 ESTADO COMO SISTEMA DE CRENÇA

Por mais que a formação do Estado moderno seja marcado pela separação da religião no sistema, os princípios religiosos nortearam e norteiam todo o processo de formação estatal. Dessa forma, a vida social é marcada por símbolos que evidenciam determinados grupos sociais, esses símbolos podem ser representados por totens, heróis bandeiras, estátuas, times de futebol, entre outros marcadores simbólicos de grupos sociais. Para a formação de uma unidade estatal, portanto, era necessário que os atalhos para coletividade fossem representados através desses símbolos, esses por sua vez tem uma natureza subjetiva, criadora de limites e auto referencial. (ELGENIUS, 2005).

Todavia, como apresentado no tópico anterior, essas sociedades não são apenas religiosas, mas também são as sociedades tidas por modernas, que “excluíram” a religião da sociedade. Por isso, o que enraizou da religião não foi a crença que ela prega, todavia os símbolos de uma unidade coletiva. Devido a constante mudança social, tais símbolos por mais que tenham significado, também possibilitam que os membros de uma sociedade os resignifique. (ELGENIUS, 2005). Em vista disso, muitas bandeiras, hinos ou brasões ganham novos sentidos a cada governo, dependendo de quão importante seja aquele símbolo.

Como Saric e Luccarelli (2017) apresenta, por esses símbolos serem aceitos no subconsciente eles são despercebidos no dia a dia da maioria da sociedade. Para entender a formação de uma nação, portanto, deve ser levado em consideração que nem sempre os símbolos carregados pelo Estado representam a nação por completo, hábitos, culinária, cinema, música, podem contribuir na formação nacional.

Em virtude disso, esses símbolos devem evidenciar a comunidade que ali é representada. No entanto, os símbolos, como categorias de um sistema de parentesco, expressam ideias e valores sociais de uma forma que permite que uma forma comum seja retida e compartilhada, enquanto a compreensão individual é flexível e o apego pode ser expresso sem comprometer as crenças e valores individuais. (ELGENIUS, 2005, p.19). Por mais que as noções de um estado-nação homogêneo a união do povo com o Estado, em termos de estrutura política, esteja se

desfazendo, as tradições de um estado-nação não deixam de ser promovidas. (ELGENIUS, 2005).

Por mais que a sociedade moderna seja marcada pela ideia de separação entre assuntos políticos e religiosos, a presença de instituições religiosas é importante para os ritos de muitas nações, além disso, a religião é essência para desenvolver o sentimento de pertencimento. Portanto, embora a identidade religiosa esteja em declínio, ela manteve uma base normativa. (ELGENIUS, 2011, p.166). Com base nisso, é mais simples compreender os ritos e símbolos nacionais como “descendentes” de uma religião para formação de uma identidade coletiva. Apesar do secularismo, o Estado possui uma lógica estrutural herdada da religião no que diz respeito aos símbolos.

4.1 Ritos

Existem muitos rituais que perpassam uma nação, como comemorar o dia nacional em coletividade, jurar a bandeira, cantar o hino nacional em uma posição reverente, entre outros. Todavia, quando se trata em definir o que seria um rito, logo se imagina que seja algo relacionado à religião. Por mais que não esteja errado, ligar atos ritualísticos apenas a religião pode ser equivocado, nas últimas décadas. Yuan (2012) mostra que as atividades como, desfiles demonstram também atos ritualísticos assumidos por uma sociedade. O ritual se expressa por meio das práticas coletivas de uma comunidade social, por isso trabalha com a comunidade e a sustenta. (YUAN, 2012, p. 19).

Por mais que o objetivo dos rituais nacionais seja de unir a sociedade, as etapas nacionais ritualísticas envolvem públicos e comemorações diferentes em níveis, sentidos e interpretações. Todavia são esses rituais que permitem a ligação dos meios visuais com as simbólicas. (HYTTIEN, 2017). Em vista disso, ao pensar em rituais religiosos, como a comemoração do Natal ou a Santa Ceia para os cristãos, não parece ser muito diferente do que quando há uma celebração para receber um novo político ou até mesmo uma atividade simbólica, como o dia nacional de algum país. (ELGENIUS, 2011).

O que favorece os ritos nacionais é a comunicação, dessa forma, inspirada por uma comunicação religiosa, onde o rito tem o objetivo de gerar comunhão e identificação entre as pessoas. (YUAN, 2012). Portanto os símbolos são os meios pelos quais as comunidades se apresentam e se enxergam, de maneira geral, esse comportamento cria limites quando a ritualização da sua coletividade. Rituais expressam as identidades comunitárias, por exemplo, carnavais, feiras, festas e comemorações, podem reforçar o sentimento de pertencimento a um Estado. (ELGENIUS, 2005).

4.2 Símbolos

Como inicialmente explicado, os símbolos marcam e representam grupos sociais, tais símbolos indicam a que grupo as pessoas representam. Por isso a utilização de cores ou emblemas e adereços culturais são importantes para que visualmente um grupo seja identificado. Entretanto, esses símbolos e ritos são densos em sua interpretação, por exemplo, uma bandeira pode possuir muitos significados para diferentes grupos sociais, por mais que seja uma simples bandeira, ela tem um potencial emocional muito forte e desempenha, em muitos casos um papel de divisão e não de união. (HYTTIEN, 2017). Em razão disso, Saric e Luccarelli (2017) explicam a vantagem do Estado sobre o significado desses símbolos com o discurso oficial, enquanto isso a população luta para obter poder por meio da adaptação discursiva referente aos símbolos.

Em muitas nações os símbolos deveriam representar a coletividade de pensamento e ação, então o uso de totens, brasões ou bandeiras representam a fidelidade ou o sentimento que uma pessoa tem por sua pátria, comprovando a sua identidade. O uso desses elementos simbólicos e práticas de rituais nacionais dispõe de uma estrutura religiosa o que mostra um status sagrado, por exemplo, o ato de celebrar a bandeira. (ELGENIUS, 2005). Mas os símbolos que possui raízes profundas no passado e não “atualizam” seu significado cultural, são passíveis de causarem mais divisões do que possuir o caráter unificador planejado para tais símbolos, pois os grupos étnicos e políticos minoritários frequentemente lembraram as diferenças. (KOLSTO, 2006).

4.2.1 Bandeira

A bandeira é o símbolo mais significativo de um Estado, pois ela é a responsável pela representação em conferências, jogos e outros eventos. Gabriella Elgenius (2005) mostra que os símbolos atuam em campos justapostos de expressão, comunicação, conhecimento e controle. Primeiro, com relação a expressão as bandeiras podem recordar sentimentos fortes de identidade comum com grupos, podendo ser usada para pontos de encontro para alguma ação. Segundo, ao se referir a comunicação a autora explica que a bandeira nacional se comunica com um significado, seja ele atual ou do passado, com o passar do tempo os cada símbolo pode acumular vários significados em diferentes grupos. Por fim, esses símbolos são utilizados para controle e ordem social ou como meio de propaganda de uma nação forte. (ELGENIUS, 2005).

Outra questão interessante referente à representatividade da bandeira são as suas representações no decorrer na história europeia. Gabriella Elgenius (2011) apresenta que algumas civilizações já usavam bandeiras, todavia na Idade Média os árabes já utilizavam bandeiras, isso inspirou os europeus a também usarem esse símbolo durante as cruzadas e elas serviam para identificar que as operações militares foram sancionadas pelo Papa.

As cores das bandeiras também influenciaram muito a formação do que são as bandeiras hoje, na Europa.

Dessa maneira, na obra *Symbols of Nations and Nationalism: Celebrating Nationhood*, a autora continua a explicar a influência religiosa no que concerne ao significado das bandeiras. Nos primeiros tempos modernos a cruz ainda foi o símbolo de muitos países europeus, devido a influência da Igreja. Da mesma maneira a representação da monarquia continha elementos sagrados. Mas a bandeira holandesa surge como uma maneira de mudar as representações que indicavam as cruzes, dessa forma a bandeira holandesa foi a primeira exceção com uma bandeira tricolor, em um período pré-moderno. (ELGENIUS, 2011). Além disso, depois de algumas revoluções na Europa, as bandeiras tricolores passaram a ser um sinal de resistência ao poder da Igreja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente o esforço político para diminuir o poder dos atores religiosos quanto a política de cada Estado. Esse empenho é visto principalmente após os acordos em Westfália, que visavam diminuir o poder da família Habsburgo e da Igreja católica nos impérios europeus. O crescimento daquela família assustava outros impérios e minava a existência de outras crenças. Por mais que nesse período a religião não tenha sido esquecida, visto que os políticos eram ligados à religião, esse momento marca a primeira tentativa. Mas como visto, a religião fez parte da formação daquelas pessoas e, além disso, também fez parte da estrutura do Estado posteriormente.

Devido a esse “exílio” os formadores de política conseguiram enxergar outros problemas estruturais, que não necessariamente estariam relacionados à religião. Todavia o afastamento dessas temáticas gerou um sistema internacional desigual. Isso porque muitos países fora daquele espaço continuaram sendo explorados e dominados por uma religião. Além disso, países que possuem uma religião como guia para a administração do Estado, são consideradas inferiores. Por isso é possível observar a tentativa de Estados seculares de implementarem a sua formação a todos os outros sem considerar as suas diferenças. Entretanto, o retorno da religião para os estudos de relações internacionais é de suma importância para compreender um sistema plural.

Essa relação do Estado com a religião pode ser analisada como uma total exclusão, como a adoção do ateísmo por alguns Estados, ou uma existência pacífica dos dois atores, onde a religião atua somente na vida privada dos cidadãos. Contudo, nem mesmo os países que

tentaram excluir drasticamente a religião atingiram por completo esse objetivo, visto que, a estrutura do Estado secular carrega uma estrutura simbólica da religião. Seguindo a lógica de que os Estados seculares devem ser menos religiosos, muitos deles não deveriam ser tão ligados à religião, como os Estados Unidos, que em sua formação, por mais que secular, é inspirada em movimentos protestantes. Por outro lado, países não religiosos também não escapam à religião, como a Coreia do Norte que possui um sistema de símbolos e ritos similares a muitas religiões.

O Estado como um sistema de crenças, portanto, é fundamental para a formação de uma unidade coletiva entre os cidadãos. As pessoas precisam ter um sentimento de respeito e reverência aos símbolos atribuídos ao Estado. Não é um trabalho fácil para muitos lugares que foram historicamente divididos, pois cada pessoa se sente representada por símbolos e políticas diferentes. Todavia, os Estados que conseguem manter os rituais com uma boa frequência da população e ter seus símbolos respeitados, significa que o mesmo alcançou uma unidade coletiva através daquilo. Portanto, o Estado se apoia na estrutura religiosa para sua formação, o importante nesse sentido é que as pessoas se sintam representadas nesse sistema.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, Aline Gomes de. **O papel do divino na construção da Retórica da guerra ao terror.** Relações Internacionais e religião. Reflexões rumo a um contexto pós-laicista. Editora UFPB. Universidade Federal da Paraíba, 2020. 286 p. Cap. 7.

ARMSTRONG, Karen. **Campos de sangue: religião e a história da violência.** Companhia Das Letras. Editora SCHWARCZ S.A, 2016.

DARK, Ken. **Religion and International Relations.** 2000.

ELGENIUS, G. **Expressions of Nationhood: National Symbols and Ceremonies in Contemporary Europe.** Submitted for the degree of Doctor of Philosophy. The London School of Economics & Political Science. University of London, 2005.

ELGENIUS, G. **Symbols of Nations and Nationalism: Celebrating Nationhood.** Palgrave Macmillan, 2011,

FERREIRA, M. A. S. V. O Fenômeno Religioso e as Relações Internacionais: Perspectivas Analíticas as Novas Agendas de Pesquisa no Brasil. *In: Érica Winand; Daniel Chaves; Lucas Pinheiro. (Org.).* **Perspectivas e debates em segurança, defesa e relações internacionais.** Rio de Janeiro/Macapá: Autografai/Editora da Univ. Fed. do Amapá, p. 154, 2015.

FOX, J.; SANDLER, S. **Bringing Religion into International Relations.** Palgrave Macmillan, 2004.

HYTTIEN, A.; Näre L. **Symbolic and Ritual Enactments of Nationalism – A visual**

Study of Jobbik's Gatherings during Hungarian National Day Commemorations. *Visual Studies*. Article number 1358104. Vol 00, No. 00, 1-15 , 2017.

JESUS, Diego Santos Vieira de. Em nome de Deus? Religião e relações Internacionais. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 20, n. 29, p. 215-231, ago-dez de 2018.

KENNEDY, Paul. A tentativa de domínio dos Habsburgos, 1519-1659. *In*: KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 39-48.

KOLSTO, P. **National Symbols as Signs of Unity and Division**. *Ethnic and Racial Studies*, 29:4, 676-701, DOI: 10. 1080/01419870600665409. Published online, 16 Aug, 2006.

OSIANDER, Andreas. "Sovereignty, International Relations, and the Westphalian Myth." *International Organization* 55, no. 2 (2001): 251-87. Accessed September 30, 2020. <http://www.jstor.org/stable/3078632>.

PATTON, Steven (2019) "The Peace of Westphalia and its Affects on International Relations, Diplomacy and Foreign Policy." **The Histories**, v. 10, Iss. 1, Article 5.

PETITO, F.; HATZOPOULOS, P. **Religion in International Relations -The Return from Exile**. PALGRAVE MACMILLAN, New York, 2003.

REICHERT, Rolf. Estado e religião no Irã. Afro-Ásia. **Centro de Estudos Afro-Orientais**, n.14. Universidade Federal da Bahia UFBA. 1983.

Rosato, Sebastian. "The Sufficiency of Secular International Relations Theory." Working Group on International Relations and Religion. *In: Religion and International Relations: A Primer for Research*, 2013.

SANDAL, N. A.; JAMES, P. Religion and International Relations theory: Towards a mutual understanding. **European Journal of International Relations**, 2010.

SARIĆ, L.; LUCCARELLI, M. **Symbols and Symbolic Meanings in Constructions of Nations and National Identity**. University of Oslo, ILOS, 2017.

SHEIKH, M. K. **How does religion matter? Pathways to religion in International Relations**. *Review of International Studies*, 38, pp 365-392 doi:10.1017/S026021051100057X, 2011.

STRASSER, Ryan. (2016). Thirty Years - A Summary -. 10.13140/RG.2.1.3051.0161.

SUTHERLAND, N. M. "The Origins of the Thirty Years War and the Structure of European Politics." *The English Historical Review* 107, no. 424 (1992): 587-625. Accessed September 23, 2020. <http://www.jstor.org/stable/575246>.

TESCHKE, Benno Gerhard. The Making of the Westphalian State System - Social Property Relations, Geopolitics and the Myth of 1648.

THOMAS, Scott M. **A globalized god: religion's growing influence in international**

politics. Foreign Affairs, 2010, p. 93-101.

TOFT, Monica Duffy. Religion and Civil Wars: Next Steps? *In*: DESCH, Michael; PHILPOTT, Daniel (Ed.) **Religion and International Relations: A Primer for Research**. South Bend, Indiana: University of Notre Dame, 2013, p.142-151.

United Nations Commission of Inquiry. **Religion and Belief in the Democratic People's Republic of Korea: A Report of the All Party Parliamentary Group on International Freedom of Religion or Belief**. Reporting Document, 2014.

Yuan, G. **Constructing National Identity through Medial Ritual: A Case Study of the CCTV Spring Festival Gala**. Master's Degree of Social Science in the field of Media and Communication Studies. Department of Informatics and Media. Uppsala University, 2012.

GRUPO TEMÁTICO (GT) 05 – GÊNERO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

#STOPASIANHATE E O CORONAVÍRUS: A COALESCÊNCIA DO RACISMO E DO SEXISMO NA DINÂMICA INTERSECCIONAL DA PANDEMIA

Keilla Kaori Watanabe¹
Universidade Federal de Uberlândia
<keilla.watanabe@ufu.br>

RESUMO

Este artigo objetiva expor a narrativa acerca dos desdobramentos dos discursos e crimes de ódio, assédio e do racismo perpetrado contra mulheres asiáticas no decurso da pandemia de coronavírus no Brasil e no mundo. Ao abordar os atos de violência e xenofobia enfrentados recentemente por não apenas membras de comunidades de ascendências asiáticas que residem principalmente nos Estados Unidos e nas Ilhas do Pacífico, o trabalho se orienta pela sua controvérsia e dimensão pela necessidade da representação desse grupo dentro da mídia e da cultura popular, questionando o impacto direto das injustiças raciais sobre as comunidades de origens asiáticas.

Palavras-chave: Stop Asian Hate; biopolítica; orientalismo; pandemia; segurança.

ABSTRACT:

This article aims to expose the narrative about the unfolding of hate speeches and crimes, harassment and racism perpetrated against Asian women during the coronavirus pandemic in Brazil and worldwide. By addressing the acts of violence and xenophobia faced recently by not only members of communities of Asian descent who reside mainly in the United States and the Pacific Islands, the work is guided by its controversy and dimension by the need for representation of this group within the media and from popular culture, questioning the direct impact of racial injustices on communities of Asian origins.

Keywords: Stop Asian Hate; biopolitics; orientalism; pandemic; security.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre a biopolítica e o aumento do crime de ódio contra a Ásia permeia a pandemia de SARS-CoV-2 (abreviação para coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2), causador da Covid-19 (doença do coronavírus 2019) como uma das razões atribuídas para essa massiva discriminação racial em todo o mundo. De acordo com o Centro para o Estudo do Ódio e Extremismo (Center for the Study of Hate & Extremism (CSUSB)), os crimes de ódio contra asiáticos-americanos aumentaram 145% em 2020, em 16 grandes cidades, levando em consideração o ano de 2019, pré-pandemia.

¹ Discente do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Desde o decreto da pandemia anunciado em março de 2020 pelo Diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Ghebreyesus, o número de ataques anti-asiáticos aumentaram desproporcionalmente: segundo dados do Departamento Policial de Nova York, crimes de ódio motivados pelo sentimento anti-asiático aumentaram em 1900% no último ano. Segundo dados do relatório anual de pesquisa nacional do Fórum Stop AAPI Hate, 68,1% das denúncias recebidas são de assédio verbal, 20,5% são referentes a evasão (rejeição deliberada de asiáticos-americanos), 11,1% de agressão física e outras queixas relativas à violação de direitos civis, como a discriminação no trabalho, somam 8,5%.

Através da investigação dessas questões por meio da crítica orientalista, da fetichização dos corpos asiáticos e da associação da figura asiática com a doença, toda a extensão dessas conjunções pode ser definida taticamente sob análises e estudos da biopolítica, com o destaque da política interseccional, compreendendo que a abstração dos corpos femininos desenvolve ainda uma nova crítica dentro da estratificação social. No que se refere às mulheres, essas estatísticas são ainda piores: as mulheres asiáticas relataram incidentes de ódio pelo menos 2,3 vezes mais do que os homens ao longo de aproximadamente cinco meses durante o primeiro ano da pandemia, representando uma parcela muito maior de 68% dos índices de perseguição, calúnia e agressão física em relação aos homens.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivos Gerais

Ao expor a cobertura das estatísticas conseguintes à xenofobia retórica e racista, bem como da violência anti-asiática crescente nas principais cidades dos Estados Unidos, objetiva-se discutir a importância da análise da interseccionalidade das comunidades asiáticas ao redor do mundo a partir dos amplos quadros de assédio ou violência que levaram aos protestos e pedidos de equidade mudança comportamental através do #STOPASIANHATE, enfatizando a recorrência dos crimes de ódio contra as mulheres asiáticas.

2.2 Objetivos Específicos

1. Analisar a narrativa acerca dos desdobramentos dos discursos e crimes de ódio e assédio contra mulheres asiáticas;
2. Demonstrar a importância da representação da comunidade asiática dentro da mídia e da cultura popular a partir do impacto das injustiças raciais e da linguagem racista no decurso da pandemia de coronavírus no Brasil e no mundo.

3 METODOLOGIA

Para elaboração do trabalho foi utilizado o método de pesquisa exploratória, de modo a analisar e identificar as principais opressões racistas e sexistas na dinâmica interseccional da pandemia, através de estudos, relatórios e revisão bibliográfica. Assim sendo, o processo de pesquisa, desenvolvimento e investigação ocorre a partir do levantamento de dados e análise geográfica e social realizados por outros pesquisadores da área. Ademais, o estudo terá caráter essencialmente qualitativo, favorecendo a liberdade no posicionamento necessário para cruzamento de dados coletados juntamente à pesquisa bibliográfica realizada.

4 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Ao concretizar com a docilidade e a subserviência propostas pela minoria-modelo, a falsa e ilusória sensação de segurança e aceitação, vários aspectos racistas são conferidos para a toda a comunidade asiática de forma generalizada, onde a circunstância da "branquitude condicional" também tem seus limites, enfatizando a recorrência dos crimes de ódio contra a população asiática desde o início da pandemia. Para de Kloet, Lin e Chow (2020), essa dinâmica entre a geopolítica dos corpos deve ser entendida como um "nacionalismo biopolítico", inter-relacionando os conceitos de poder como uma força de produção, e não somente como uma reprodução clássica do capital.

“As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação, durante a época clássica, desta tecnologia de duas faces – anatômica e biológica –, individualmente especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida, caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima para baixo.” (FOUCAULT, 2012, p.152).

Diretamente ligado ao processo histórico de colonização e racialização dos corpos, o controle dos cidadãos sustenta-se e é disseminado majoritariamente com base no racismo e no patriarcalismo, o que tem produzido práticas e relações sociais extremamente sociais,

precarizando vidas a partir dos recortes de raça, gênero e classe. De acordo com Kong (2019), na medida em que a biopolítica em seu sentido mais amplo abrange a intersecção da política e da vida, incluindo o inverso da vida, seu domínio é potencialmente infinito.

Com a distinção dessa violência particular, explicitamente motivada pelo racismo e pelo sexismo, a complexidade de fatores não justifica a realidade fundamental da insegurança retroativa das descendentes de asiáticas ou de povos das Ilhas do Pacífico, verificada principalmente no início deste ano. Como Mei Zhan (2011) aponta em seu artigo, a exposição à densidade e à profundidade de outras histórias não-europeias fortalece a ideia de biopolítica, alertando para as múltiplas formas pelas quais a vida e o poder podem se enredar, especificamente no que tange ao gênero e suas contestações, trazendo para o estudo de gênero um micropoder cujas medidas ultrapassam todos os grupos sociais.

“O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. Servimo-nos dele como matriz das disciplinas e como princípio das regulações. É por isso que, no século XIX a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância. Mas vemo-la também tornar-se tema de operações políticas, de intervenções econômicas (por meio de incitações ou freios à procriação), de campanhas ideológicas de moralização ou de responsabilização (...). De um polo a outro dessa tecnologia do sexo escalona-se toda uma série de táticas diversas que combinam, em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e o da regulação das populações.” (FOUCAULT, 2012, p. 159).

De acordo com Ho (2020), o fato de que a COVID-19 não discrimina não impediu que as pessoas deixassem de cometer atos de extrema violência contra toda e qualquer outra pessoa que elas acreditam ter causado o surto da pandemia, o que significa que qualquer pessoa com ascendência do Leste Asiático está sujeita a formas de assédio e ataques violentos desde os níveis mais brandos até os violentos. Essa narrativa acerca do racismo contra asiático-americanos considera a prerrogativa do perigo amarelo, uma metáfora racista proposta pelos Estados Unidos que descreveu os asiáticos como uma ameaça e um perigo existenciais para o mundo ocidental.

A visão estereotipada sobre os japoneses e sobre os chineses decorrente da imigração massiva suscitou estereótipos negativos, fazendo do branqueamento da população um mecanismo para conter as crises sociais e econômicas na constituição étnica da população. Ao tentar contornar as microagressões contra o escopo desse grupo racial no contexto pandêmico, o coronavírus desnudou uma xenofobia que sempre esteve latente e estruturada na sociedade, corroborando intensamente com a legitimação das agressões e repúdios pelo fenótipo para atingir a honra desgarrada de preconceitos.

“Essa difusão da normatividade branca, privilégio branco e supremacia branca significou que quaisquer ameaças, reais ou imaginárias, ao corpo político dos Estados Unidos, um corpo político que na realidade nunca foi branco, mas que em nossa política, cultural e social as imaginações permanecem brancas opressoras, são tratadas com vigor e sem muita premeditação. Ou seja, sempre que houve uma ameaça de uma nação asiática aos Estados Unidos (e a história do século XX nos EUA é uma história crivada de guerras estrangeiras contra as nações asiáticas), as pessoas nos EUA direcionaram sua ansiedade, medo, e ira contra quaisquer súditos associados ao inimigo asiático, sejam eles realmente dessa nação ou não.” (HO, 2020, p.152).

Na perspectiva do biopoder com as práticas políticas e para se obter a sujeição dos corpos e controle das populações, encarar os processos da vida caracteriza o fenômeno do capitalismo como sobrevivência ou afastamento das iminências da morte (FOUCAULT, 2012, p. 155). Conforme dados do Conselho de Política e Planejamento da Ásia-Pacífico (A3PCON) e o Chinês para Ação Afirmativa (CAA), foram reportados 1.135 incidentes de discriminação relacionados ao coronavírus apenas nos Estados Unidos durante as duas primeiras semanas iniciais da propagação do vírus após decreto de pandemia, contabilizando uma média de 100 casos diariamente.

O aumento nos casos de violência, ódio e da retórica, desproporcionalmente contra mulheres asiáticas², sinaliza o tensionamento das relações de sexualização e objetificação das mesmas e a necessidade urgente de reconhecer a coalescência do racismo e do sexismo na dinâmica interseccional da pandemia, esperando que estudos etnográficos e étnicos catalisem uma mudança pelo reconhecimento e pelo encontro de uma resposta eficaz para que a comunidade asiática como um todo seja plenamente observada e ouvida pela sociedade internacional, reverberando a gravidade de cada ferida ou morte para combater o racismo. De fato, o cenário mundial do coronavírus escancarou a realidade de calamidade e emergência na combinação do biopoder e do reflexo do privilégio capitalista no que tange à decadência da continuidade das políticas da morte.

Dessa forma, em termos de reconhecimento de cada etnia como ferramenta crítica para o avanço político estratégico, a diversidade da comunidade asiática é primordial para refinar a análise do pertencimento e da singularidade das múltiplas presenças e interseccionalidades para empoderamento da mesma³. Em concordância com a estimativa do Censo 2016 dos Estados Unidos, existem aproximadamente 21,4 milhões de descendentes

² Segundo relatório submetido por Russell Jeung para o Conselho de Política e Planejamento da Ásia-Pacífico (A3PCON) e o Chinês para Ação Afirmativa (CAA), entre os dias 26 de março e 1 de abril de 2020, mulheres asiáticas ou das Ilhas do Pacífico são assediadas duas vezes mais do que os homens.

³ De acordo com Kathy Ko Chin, presidente do Fórum Americano de Saúde das Ilhas da Ásia e do Pacífico, a multiracialidade proporcionou um enfoque para a melhor forma de alcançar a equidade entre as comunidades asiáticas, pois o desafio de ter apenas dados agregados para toda a comunidade seria solucionado a partir da compreensão das disparidades (KANDIL, 2018).

asiáticos vivendo no país, sendo que eles vêm de mais de 20 países diferentes, constituindo atualmente o principal grupo racial ou étnico de crescimento mais rápido dos Estados Unidos. À margem da comunidade asiático-americana, com foco na exclusão e migração, a necessidade de abordar a temática da segurança nacional a partir da agenda política das organizações estadunidenses com base na reconexão das raízes da diversidade da ascendência asiática na luta pela justiça social escancara a vulnerabilidade entre as mulheres e meninas de várias maneiras novas e interconectadas. Para Poudel (2021), a pandemia aumentou os riscos pré-existentes da violência contra mulheres e meninas, e através da intersecção de dois ou mais grupos marginalizados⁴, o agravamento ocorre em vários aspectos: "[...] em muitos países, refugiadas e migrantes relataram ter sido estigmatizadas como portadoras (do coronavírus) e expulsas pelas autoridades, especialmente nos primeiros dias da pandemia" (tradução nossa).

As mulheres e meninas asiáticas foram atingidas pela pandemia particularmente pelas normas patriarcais de longa data, pelo preconceito de gênero arraigado e pela fraca proteção institucional dos direitos das mulheres, os quais são preteridos em muitas sociedades asiáticas por meio de seus sistemas interligados de castas, etnias e religião, estendendo essa subordinação para os compromissos econômicos, socioculturais, legais, políticos e governamentais. Logo, a necessidade de confrontar posicionamentos no escopo internacional diante da representação desse grupo, questionando as injustiças raciais e de gênero é evidente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CENTRO PARA O ESTUDO DO ÓDIO E EXTREMISMO. Anti-Asian Hate Crime Reported to Police in America's Largest Cities: 2019 & 2020. **FACT SHEET: Anti-Asian Prejudice March 2021 Center for the Study of Hate & Extremism**. California State University, San Bernardino, mar. 2021. Disponível em: <https://www.csusb.edu/sites/default/files/FACT%20SHEET-%20Anti-Asian%20Hate%2020%20rev%203.21.21.pdf>. Acesso em: 12 maio 2021.

DE KLOET, Jeroen. LIN, Jian. CHOW Yiu Fai. 'We are doing better': Biopolitical nationalism and the COVID-19 virus in East Asia. **European Journal of Cultural Studies**, v. 23, n. 4, pp. 635–640, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1367549420928092>. Acesso em: 12 maio 2021.

DONLEVY, Katherine. Anti-Asian hate crime jumps 1,900 percent. **Queens Chronicle**, Glendale, 24 sep. 2020. Politics. Disponível em: <https://www.qchron.com/editions/queenswide/anti-asian-hate-crime-jumps-1-900-percent/arti>

⁴ Estes incluem mulheres migrantes, refugiadas, com deficiência, adolescentes, indígenas de aldeias remotas, grávidas, puérperas, mães solo, chefes de família, praticantes de religiões específicas, com pouca ou nenhuma condição médica de longo prazo, usuárias de drogas e membras da comunidade LGBTI+.

cle_f007a05b-f43e-54ca-a3c6-1b54933333dea.html. Acesso em: 12 maio 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**; tradução de MariaThereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

JEUNG, Russell. INCIDENTS OF CORONAVIRUS DISCRIMINATION, **A Report for A3PCON and CAA**, San Francisco State University Asian American Studies, pp.1-9, apr.2020.

HO, Jennifer, Anti-Asian racism, Black Lives Matter, and COVID-19. **Japan Forum**, Routledge Taylor & Francis Group, 33:1, 148-159, oct. 2020.

KANDIL, Caitlin Yoshiko. After 50 years of 'Asian American, ' advocates say the term is 'more essential than ever'. **NBC Asian America News**, mar. 2021. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/news/asian-america/after-50-years-asian-american-advocates-say-term-more-essential-n875601>. Acesso em: 12 maio 2021.

KONG, Berlinda. Biopolitics and Asian America. **Oxford Research Encyclopedia of Literature**, sep. 2019. Disponível em: <https://oxfordre.com/literature/view/10.1093/acrefore/9780190201098.001.0001/acrefore-9780190201098-e-837>. Acesso em: 12 maio 2021.

POUDEL, Meena. Women and girls across Asia are facing complex, urgent risks from the pandemic, expert warns. **Friedrich Ebert Stiftung Nepal**, jan. 2021. Disponível em: <https://asia.fes.de/news/asia-women-pandemic/>. Acesso em: 12 maio 2021.

ZHAN, Mei. Human Oriented? Angels and Monsters in China's Health-Care Reform, East Asian Science, **Technology and Society: An International Journal**, v. 5, n. 3, p. 291-311, 2011. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/453430/pdf>. Acesso em: 12 maio 2021.